

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO**

**O ENSINO EM TOMÁS DE AQUINO: O INTELECTO COMO
CONDIÇÃO DE CIVILIDADE**

CLÁUDIA JUSTUS TORRES PEREIRA

**MARINGÁ
2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**O ENSINO EM TOMÁS DE AQUINO: O INTELECTO COMO CONDIÇÃO DE
CIVILIDADE**

Tese apresentada por Cláudia Justus Torres Pereira ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira

Este exemplar corresponde à versão definitiva da dissertação aprovada perante Banca Examinadora

MARINGÁ

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P436e	<p>Pereira, Cláudia Justus Tôrres</p> <p>O ensino em Tomás de Aquino : o intelecto como condição de civilidade / Cláudia Justus Tôrres Pereira. -- Maringá, PR, 2021. 110 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Terezinha Oliveira. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.</p> <p>1. Idade Média. 2. Tomás, de Aquino, Santo, 1225?-1274. 3. Escolástica. 4. Intelecto . 5. Civilidade. I. Oliveira, Terezinha , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 23.ed. 370</p>
-------	---

CLÁUDIA JUSTUS TORRES PEREIRA

O ENSINO EM TOMÁS DE AQUINO: O INTELLECTO COMO CONDIÇÃO DE CIVILIDADE

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira (Orientadora) – UEM

Prof^a. Dr^a. Graziela Zambão Abdian – UNESP – Marília

Prof. Dr. Edinaldo Flauzino Matos – UNIR – Guajará Mirim

Prof^a. Dr^a. Laís Boveto – UEM

Prof^a. Dr^a. Conceição Solange Bution Perin – UNESPAR

SUPLENTE

Prof^a Dr^a Solange Franci Raimundo Yaegashi – UEM – Maringá/PR

Prof^a Dr^a Meire Aparecida Lóde Nunes - UNESPAR – Paranavaí/PR

MARINGÁ

26/07/2021

Dedico essa tese

A meu pai, Abdias Rodrigues Torres, e minha mãe, Maria Aparecida Justus Torres, meus primeiros professores, pelo admirável exemplo de dignidade, de dedicação a mim, a Helton (meu irmão) e a Elaine (minha irmã) e por sempre me aconselharem a me dedicar aos estudos. Seus conselhos preciosos auxiliaram-me a chegar até aqui... eu amo muito vocês dois. Obrigada por tudo que fizeram e ainda fazem por mim e, especialmente, pelo dom da vida!

A minhas filhas, Larissa e Luiza: vocês são a razão de minhas buscas por querer aprender, sempre... amo vocês duas sem medida e vocês são minha inspiração para ser melhor, a cada dia!

A meu esposo Itamar, pelo incentivo amoroso, pela força e por me ensinar a confiar no Mestre! Te amo, sempre, e essa conquista é sua também!

A meu irmão Helton Justus Torres e minha irmã Elaine Justus Torres, pelas palavras de incentivo e pela demonstração de alegria por minhas vitórias! Vocês são meus parceiros de jornada... não poderiam ser melhores. Amo vocês!

Ao Mestre dos Mestres, pela luz na consciência!

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Terezinha Oliveira, que soube pacientemente me ensinar e transformar minha vida! Minha gratidão, sempre, querida professora!

Aos Coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, que durante esses quatro anos de parceria com a UNIR, demonstraram amizade e boa vontade em auxiliar para o bom andamento do DINTER.

Ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação, Hugo Alex da Silva, pela presteza, boa vontade e dedicação ao DINTER UEM/UNIR.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Prof.^a Dr.^a Graziela Zambão Abdian, Prof. Dr. Edinaldo Flauzino Matos, Prof.^a Dr.^a Laís Boveto, Prof.^a Dr.^a Conceição Solange Bution Perin, Prof.^a Dr.^a Solange Franci Raimundo Yaegashi e Prof.^a Dr.^a Meire Aparecida Lóde Nunes, pela disponibilidade, pela leitura atenta e pelas contribuições valiosas para o aperfeiçoamento desta tese.

A todos os docentes do programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, os quais que se dispuseram a compartilhar seus saberes tanto nas disciplinas, quanto nas orientações de pesquisas para a elaboração de nossas teses.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa mediante a concessão da bolsa de doutorado.

À UNIR /RO pela concessão de afastamento para estágio doutoral, o que favoreceu a conclusão da tese.

A meus futuros genros, Tiago Guedes e Rafael Henrique Machado, pela amizade, pelo carinho e pela atenção dedicada a Luiza e Larissa, respectivamente. Vocês lhes deram mais segurança em meus momentos de ausência.

Ao amigo Fábio Andrade e às amigas Fernanda Emanuele, Edilene de Souza, Giovana Stevanato e Daiane Trindade, pela amizade, alegria, acolhimento e apoio incondicional! Vocês foram fundamentais nessa conquista!

Aos amigos e amigas, Cleusa Pereira, Denise Bezerra, Marcia Messias, Josafá Bezerra e Idejane Prestes, pelo apoio nas horas mais desafiadoras. Vocês são incrivelmente amigos... amo cada um com a força da união!

À amiga Josiane Brolo Rohden e ao amigo Elder Gomes, pela atenção e apoio em todos os momentos.

A amigo e exemplo de 'mestre', professor Dr. Ivanor Luiz Guarnieri, pela amizade e auxílio prestado. O senhor é uma inspiração para a busca pela sabedoria!

A meus colegas do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação/ UNIR/Vilhena, pela compreensão e apoio!

A meus colegas do DINTER, com os quais partilhei os nobres momentos de aprendizagem! Minha gratidão pelas escutas nos momentos de desabafo!

A Dona Cida, proprietária do Pensionato da Dona Cida/ Maringá/PR, por ter-me acolhido e cuidado de mim como uma mãe durante o período de Estágio Doutoral! A senhora é uma pessoa especial para mim!

A todos vocês, minha gratidão, sempre!

Criador inefável,

*[...] Vós, que sois verdadeiramente a Fonte de Luz
e o princípio sobre-eminente da Sabedoria,
infunde um raio de teu brilho
nos lugares escuros de minha inteligência;
Vós que fazeis magniloquas até as criancinhas,
tornai erudita minha língua
e derramai vossa bênção sobre meus lábios.*

Dai-me

*agudeza na inteligência,
capacidade para reter,
método e faculdade para aprender,
sutileza ao interpretar,
graça e abundância no falar.*

*Concedei-me acerto ao começar,
direção ao progredir
e perfeição ao concluir.*

*Vós que sois verdadeiro Deus
e verdadeiro homem,
que vive e reina pelos séculos sem fim.
Amém.*

Tomás de Aquino

PEREIRA, Cláudia Justus Torres. **O ENSINO EM TOMÁS DE AQUINO: O INTELLECTO COMO CONDIÇÃO DE CIVILIDADE.** 111 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira. Maringá, 2021.

RESUMO

O objetivo desta tese foi investigar o ensino em Tomás de Aquino (1225-5?/1274), especialmente sua intencionalidade em desenvolver o intelecto do aluno. Relacionamos suas concepções com a noção de civilidade, haja vista a necessidade da formação das potencialidades que caracterizam o homem como animal político, racional e reflexivo no contexto do século XIII. O problema de pesquisa relaciona-se, portanto, à intencionalidade do ensino em Tomás de Aquino, que era desenvolver a potencialidade intelectual do aluno, uma vez que, ao mestre medieval, cabia o ofício de oferecer ao discípulo o necessário para que este transformasse em ato o que a natureza lhe concedeu em potência. Como encaminhamento teórico metodológico, elegeu-se História Social, cuja concepção de homem é multiplural e totalizante e está em consonância com a visão de homem enquanto ser potencialmente em desenvolvimento que predominava na Idade Média. A relação entre passado/presente e memória norteou as interpretações no campo da História da Educação, oferecendo a possibilidade de aproximação dos modos de ser e dar sentido à vida dos homens do medievo. Marc Bloch (1974, 2001) e Lucien Febvre (1989) permitiram, por meio do conceito de história social, ou seja, da ‘ciência dos homens no tempo’, a compreensão das subjetividades humanas em relação com a coletividade; Fernand Braudel (2014) ampliou o entendimento acerca dos tempos históricos com destaque ao conceito de longa duração e ênfase na importância da mudança da mentalidade social. Le Goff (1991; 2003; 2006; 2007; 2013; 2016) intermediou, no mundo medieval, o vínculo dos fatos históricos com os conceitos da nova ciência histórica. François Guizot (1907) norteou a construção do conceito de civilidade, fruto da relação indivíduo e instituições sociais. Para a interrelação dos conceitos de ensino, intelecto, intencionalidade, potência, ato e civilidade, foram analisadas partes das obras: *Suma Teológica, A unidade do intelecto contra os averroístas, Suma contra os gentios, Sobre o Ensino, Sobre o Mal e Comentário de Tomás de Aquino à Ética a Nicômaco*, todas de autoria de Tomás de Aquino. Nesse sentido, foi possível saber que toda ação educativa precisa ser intencional e conscientemente definida pelo professor/mestre, porque ao ofício de ensinar compete a responsabilidade de apresentar aos alunos/discípulos os sinais capazes de conduzi-los da potência ao ato. Foi o que concluímos estudo a respeito do ensino em Tomás de Aquino: agiu com consciência em seu ofício de ensinar; possibilitou o desenvolvimento das capacidades intelectivas de seus alunos/discípulos, outorgando-lhes a condição de se reconhecerem como animais políticos e senhores de seus atos. Desse modo, explicando como se desenvolvem as capacidades intelectivas dos homens do século XIII, ele demonstrou que o ato de entender é o que nos diferencia dos outros animais. Portanto, o ato de ensinar, específico de quem ensina, ultrapassa limites temporais e se caracteriza como uma educação dedicada ao devir humano, uma vez que, como seres históricos, atualizamos a perfectibilidade humana por meio do desenvolvimento das nossas potencialidades intelectivas.

Palavras-chave: Tomás de Aquino; Idade Média; Intelecto; Ensino Escolástico; Civilidade.

PEREIRA, Cláudia Justus Torres. **TEACHING IN THOMAS DE AQUINO: THE INTELLECT AS A CONDITION OF CIVILITY**. 111f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira. Maringá, 2021.

ABSTRACT

The aim of this thesis was to investigate the teaching of Thomas Aquinas (1225-5?/1274), especially his intention to develop the student's intellect. We relate their conceptions to the notion of civility, given the need to form the potential that characterizes man as a political, rational, and reflective animal in the context of the thirteenth century. The research problem is related, therefore, to the intention of teaching in Thomas Aquinas, which was to develop the student's intellectual potential, since it was up to the medieval master to offer the disciple what was necessary for him to transform into act what nature has potentially bestowed upon you. As a theoretical methodological approach, Social History was chosen, whose conception of man is multiplural and totalizing and is in line with the view of man as a potentially developing being that predominated in the Middle Ages. The relationship between past/present and memory guided the interpretations in the field of History of Education, offering the possibility of approaching ways of being and giving meaning to the lives of medieval men. Marc Bloch (1974, 2001) and Lucien Febvre (1989) allowed, through the concept of social history, that is, the 'science of men in time', the understanding of human subjectivities in relation to the collectivity; Fernand Braudel (2014) broadened the understanding of historical times, highlighting the concept of long term and emphasizing the importance of changing social mentality. Le Goff (1991; 2003; 2006; 2007; 2013; 2016) intermediated, in the medieval world, the link of historical facts with the concepts of the new historical science. François Guizot (1907) guided the construction of the concept of civility, because of the relationship between individual and social institutions. For the interrelation of the concepts of teaching, intellect, intentionality, potency, act and civility, parts of the works were analyzed: Theological Summa, The Unity of Intellect against the Averroists, Summa against the Gentiles, On Teaching, On Evil and Commentary by Aquinas to the Nicomachean Ethics, all authored by Thomas Aquinas. In this sense, it was possible to know that every educational action needs to be intentionally and consciously defined by the teacher/teacher, because the job of teaching is responsible for presenting the students/disciples with the signs capable of leading them from power to act. This is what we concluded in a study about teaching in Thomas Aquinas: he acted conscientiously in his profession of teaching; it enabled the development of the intellectual abilities of its students/disciples, granting them the condition to recognize themselves as political animals and masters of their actions. In this way, explaining how the intellectual capacities of thirteenth-century men develop, he demonstrated that the act of understanding is what differentiates us from other animals. Therefore, the act of professing, specific to those who teach, surpasses temporal limits, and is characterized as an education dedicated to human becoming, since, as historical beings, we update human perfectibility through the development of our intellectual potential.

Keywords: Thomas Aquinas; Middle Ages; Intellect; Scholastic Teaching; Civility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O OFÍCIO DE ENSINAR EM TOMÁS DE AQUINO: CONHECIMENTO, INTELLECTO E CONCEPÇÃO TOTALIZANTE DO HOMEM	28
2.1 Aproximação a Tomás de Aquino: um breve relato de suas andanças	28
2.2 Tomás de Aquino e o ofício de ensinar no século XIII: renascimento das cidades, das ordens mendicantes e da universidade	32
2.3 A intencionalidade no ensino em Tomás de Aquino	42
2.3.1 Ações de Tomás de Aquino no ofício de ensinar: ato educativo e intencionalidade	45
2.3.2 Ações de ensino em Tomás de Aquino e a escolástica.....	48
3 O ENSINO EM TOMÁS DE AQUINO E O INTELLECTO: A FORMAÇÃO HUMANA, A VIRTUDE DA PRUDÊNCIA, O CONSELHO E A CIVILIDADE	63
3.1 O ensino em Tomás de Aquino: a natureza humana, o intelecto e a civilidade	64
3.1.1 Homem: a união intrínseca entre a alma e o corpo.....	64
3.1.2 O intelecto ou inteligência humana: capacidade para conhecer da forma à essência.....	67
3.2 O ensino em Tomás de Aquino e a virtude da prudência: o conselho e as ações direcionadas à civilidade no século XIII	70
4 TOMÁS DE AQUINO E O ENSINO: <i>QUESTÃO 79 DA SUMA TEOLÓGICA</i>, CONSCIÊNCIA E O PROJETO DE CIVILIDADE PARA O SÉCULO XIII	81
4.1 O homem e as capacidades intelectivas da alma	82
4.2 Análise da Questão 79: as potências intelectivas	89
4.3 O ensino em Tomás de Aquino, a consciência humana e a civilidade	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	107

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta tese foi investigar o ensino em Tomás de Aquino, especialmente sua intencionalidade na proposta de desenvolver o intelecto do aluno segundo a noção de civilidade adotada no século XIII, em atenção à necessidade de formar as potencialidades do homem como animal político, racional e reflexivo.

Como problema de pesquisa, questionou-se a intencionalidade de Tomás de Aquino em desenvolver a potencialidade intelectual do aluno, uma vez que, ao mestre medieval, em seu ofício de ensinar, competia oferecer ao discípulo o necessário para que transformasse em ato o que a natureza lhe concedia em potência.

Dentre os vários temas desenvolvidos em seu ofício de ensinar, chamou nossa atenção a importância que ele deu às questões acerca da natureza humana e do intelecto, as quais eram recorrentes nos debates promovidos nas universidades recém-criadas no século XIII. Ele não se furtou a apresentar seu pensamento a respeito das questões que inquietavam os intelectuais de seu tempo, principalmente as relacionadas ao intelecto.

Estudamos três de suas obras dedicadas a essa temática: *A unidade do intelecto contra os averroístas*, *Suma Teológica* e *Suma contra os gentios*. Pudemos perceber a ligação entre o estudo do intelecto e outras questões de natureza social, cultural, política, econômica, psicológica em outros escritos de sua autoria, nos quais fica claro que a formação do homem e o desenvolvimento de suas potencialidades estão relacionados intrinsecamente com as experiências sociais e coletivas.

Entendemos que o intelecto ganha destaque no pensamento de Tomás de Aquino porque é a única característica que diferencia o homem dos outros animais: é por meio das potencialidades intelectivas que o ser humano se torna capaz de se autoconhecer, se autodominar e se auto entregar ao trabalho comum. A consciência humana para agir de modo racional e por vontade própria torna-se a finalidade norteadora do ato de educar; ao professor, por meio do ensino, cabe a responsabilidade de oportunizar condições para que os alunos ajam, ou seja, que passem da potência ao ato.

Defendemos a tese de que o mestre Tomás desenvolveu sua arte do ensino de uma perspectiva ontológica e antropológica. Ontológica porque, por meio do estudo do intelecto e da natureza humana, estruturou sua concepção de que o homem é um ser capaz de aprender, conhecer e raciocinar exatamente porque possui intelecto e de que, sendo composto de espírito e matéria, aprende em interação com a realidade. Essa condição dá ao homem a capacidade do

livre arbítrio, ou seja, a liberdade de eleger suas ações e exercê-las em seu cotidiano. Antropológica porque demonstrou a importância e a necessidade de o homem aprender a agir com consciência, ou seja, ser responsável por suas ações deliberadamente praticadas sob o domínio da razão.

Advogamos que Tomás de Aquino teve a intencionalidade de demonstrar, por meio de sua pedagogia escolástica, um caminho para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do intelecto. Segundo ele, o próprio método de ensino escolástico exigia conhecimento, lógica, reflexão, argumentação, contra-argumentação, raciocínio, imaginação, criação, memória, abstração e solução para a questão em disputa. É possível perceber na *disputatio* o exercício dialético constante de análise, síntese e tese, por meio do qual ideias divergentes conversam entre si, função primordial da universidade que surgiu no século XIII. Convém destacar que o ensino escolástico contemplava o homem em sua totalidade, ou seja, ensinava o corpo e o espírito, já que tinha uma concepção orgânica de educação.

Esta pesquisa sobre o ensino, com foco na formação humana, temporalmente delimitada na Idade Média, foi motivada pela aproximação com o pensamento de Tomás de Aquino, especialmente no que diz respeito ao modo como ele concebia o ofício de mestre e à sua dedicação ao trabalho professoral. João Ameal (1945) e Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (2011) relatam que Tomás de Aquino já demonstrava precocemente vontade em ensinar, perceptível quando declarou ser o ofício primário de sua vida falar de Deus em palavras e sentimentos. Assim, ao se dispor a conhecer Deus para transmiti-lo aos outros, revelou sua vocação de mestre e, quando se tornou frade dominicano e professor de teologia, pode cumprir esse sacro ofício.

Importa declarar que nossas reflexões, desde o início de nossa condição de docente, foram motivadas pela inquietação com a responsabilidade na formação das pessoas, sendo constante a seguinte indagação sobre o ato de ensinar: que tipo de pessoa pretendemos entregar à sociedade? Essa inquietação surgia da percepção de que nossos alunos, ainda crianças, certamente se tornariam nossos vizinhos, amigos, professores de nossos filhos, governantes da cidade, do estado ou até do país, líderes comunitários, políticos, profissionais da saúde, da justiça, enfim, atuariam em níveis de toda a natureza existente na sociedade.

Como essas pessoas agiriam com seus pares? Seriam capazes de refletir sobre a importância de tratar o outro como desejavam ser tratadas? Compreenderiam a necessidade de agir sem egoísmo, pensando no bem estar de toda a comunidade? Seriam honestas e verdadeiras no cumprimento de suas profissões, dedicando-se a fazer o que fosse justo e bom para todos?

Em razão disso, nos cursos de capacitação e de aperfeiçoamento profissional, procuramos desenvolver pesquisas relacionadas a uma concepção de educação pautada em princípios éticos e morais. Em tais estudos, empreendidos tanto na pós-graduação *latu sensu* quanto na *stricto sensu*, a ética na ação do professor norteou as reflexões e a produção do conhecimento, tal como está expresso nos trabalhos de conclusão.

No Programa de Especialização de Professores de Ensino Superior (PREPES/PUC/MG), no período de 1999 a 2001, em Supervisão e Coordenação Pedagógica, desenvolvemos um estudo de caso intitulado *Ética x Desempenho Profissional: um desafio aos educadores do terceiro milênio*, no qual destacamos o papel do coordenador pedagógico na formação em serviço dos professores que faziam parte de seu corpo docente. Foi por meio dessa pesquisa que estabelecemos contato com a filosofia, destacando a ética como princípio das ações não só dos professores, mas de todos os profissionais da escola, uma vez que todos são educadores.

O Mestrado em Educação, cursado na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) no período de 2010 a 2012, oportunizou a pesquisa também dedicada à formação docente com ênfase na formação do alfabetizador. A dissertação, intitulada *A formação do professor alfabetizador: desafios e possibilidades na construção da prática docente*, versou sobre a importância do comprometimento ético-político da ação docente alfabetizadora na garantia da dignidade da pessoa humana, considerando que é por meio da capacidade de ler e de escrever que as pessoas poderiam viver em uma sociedade cada vez mais grafocêntrica. Nesse trabalho, reaproximamo-nos da História e da História da Educação¹ em face da necessidade de investigar o processo de criação e desenvolvimento dos cursos de licenciatura em Pedagogia no Brasil.

Como resultado dos novos conhecimentos adquiridos durante as capacitações profissionais mencionadas, dedicamo-nos, com certa continuidade, aos estudos no campo da História da Educação, procurando investigar as complexidades do processo de ensino e aprendizagem, já que educar não se limita a transmitir conteúdos de natureza conceitual e factual. A formação da pessoa implica também, e principalmente, o desenvolvimento da capacidade intelectual conforme os princípios da ética e da moral; o resultado esperado dessa

¹ Dizemos “nos reaproximou” porque havíamos estudado tal disciplina no Curso de Magistério (1988-1989) e no curso de Pedagogia (1988-1991). Portanto, já estávamos afastados há alguns anos das reflexões históricas acerca da educação.

educação é um ser humano que reconhece sua singularidade em intrínseca relação com a coletividade. A formação com base em valores humanos edifica o caráter das pessoas, norteia seus comportamentos e influenciam-nas no sentido que atribuirão à vida e ao modo de existir no mundo.

O convênio entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) para a oferta do Doutorado Interinstitucional (DINTER) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM) ofereceu-nos a possibilidade de realização de uma nova pesquisa. Tendo obtido aprovação no processo seletivo, pudemos participar da linha de pesquisa *História e Historiografia da Educação*, apresentamos o projeto de pesquisa sobre as *7 Artes Liberais no Império Carolíngio*. Contudo, o ingresso no Grupo de Pesquisa *Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade* (GTSEAM), coordenado pela Prof^a Dr^a Terezinha Oliveira, bem como as reflexões oportunizadas pelos debates empreendidos entre os membros do GTSEAM reavivaram nossas inquietações com o papel do professor/ mestre em seu ofício de ensinar e com a intencionalidade dessa ação, o que guarda estreita relação com a responsabilidade social e ética - política que impregna o ato de ensinar.

Nas leituras propostas como referenciais para os debates e reflexões relacionados aos temas estudados do GTSEAM, pudemos aprender elementos esclarecedores sobre formação humana, ética, responsabilidade social do professor, formação docente, civilidade, tendo como fundamento o campo da História e da História da Educação. Foi nessa dinâmica de estudos que estabelecemos contato com um artigo de autoria da professora Dr^a Terezinha Oliveira que objetivava responder ao questionamento de uma aluna sobre a necessidade de estudar clássicos medievais (*A importância da leitura de escritos tomasianos para a formação docente*) e sobre a utilidade desse conteúdo em sua formação por considerar que se preparava para ser professora de crianças e tais textos eram demasiados distantes de seus dias.

Nesse artigo acerca do papel do intelectual medieval e do surgimento de uma nova concepção de saber e de ensino, explica a autora que a educação para o desenvolvimento da capacidade intelectual dos homens revela-se atemporal, pois os homens de diferentes tempos históricos guardam, em essência, a unidade intelectual que os define como seres reflexivos e racionais.

Assim, identificamos que o estudo da formação humana e do desenvolvimento das capacidades intelectivas do homem no ensino proposto por Tomás de Aquino apresentava-se como possibilidade para pensarmos o ser humano em sua relação com o mundo e reconhecermos o ato educativo como contínuo de humanização. Configurado em uma

determinada concepção de homem, o ato educativo é capaz de definir um modo de vida e de lhe dar sentido.

Importa dizer que estudar Tomás de Aquino bem como seus atos implica compreendê-lo como homem de seu tempo, considerar que suas formulações teóricas se constituíram com base nos parâmetros filosófico-teológicos que prevaleciam no período medieval, ou seja, ele ensinava segundo as concepções que interferiam em seu modo de pensar, de elaborar ideias e de explicar o mundo. Como ele participava da Igreja Católica e, portanto, era cristão, de uma ordem mendicante (Ordem Dominicana) e de uma instituição chamada universidade, seu pensamento tinha como princípios os preceitos religiosos cristãos validados por essas instituições que formavam o pensamento de toda a cristandade.

Por isso, as reflexões decorrentes da investigação e do estudo do ensino em Tomás de Aquino, consideradas a diferentes condições sociais e culturais dos homens em cada época, precisam ser respeitadas para que possamos demonstrar que seu fazer docente era dedicado a responder às vicissitudes intelectuais de seu tempo e às necessidades dos homens medievais. Utilizando-se de instrumentos de investigação e análise próprios do século XIII, ele estabeleceu uma relação entre o ser e o pensar como elementos comuns a todos os homens, independentemente do seu tempo histórico.

Podemos depreender desse raciocínio que o ato de ensinar também tem uma dimensão atemporal e nos une (homens hodiernos) aos homens medievais em essência, ou seja, une homens diferentes no tempo histórico, mas únicos em essência. Evidentemente, não temos a intenção de prescrever o ensino proposto por Tomás de Aquino, necessário ao século XIII, para os dias atuais, mas consideramos possível aprender com os homens medievais (intelectuais dedicados a pensar o homem em relação à realidade social de seu tempo) que também nós, desenvolvendo nossas potencialidades intelectivas, apoiando-nos em uma filosofia educacional que tenha como princípios a ética e a moral, podemos aperfeiçoar nossa humanidade.

Portanto, consideramos pertinente indagar: em que se diferenciam a educação medieval e a educação hodierna; a pedagogia moderna se dedica tanto quanto a pedagogia medieval se dedicou ao desenvolvimento intelectual dos mais jovens; as práticas educacionais desenvolvidas por mestres da atualidade contemplam o desenvolvimento das capacidades de expressão e de argumentação dos alunos; os significados do conhecimento ensinado no presente traduzem-se em conduta moral e em história humana; os mestres contemporâneos fomentam disciplina e método, rigorosidade e dedicação, rigor e domínio intelectual na busca do saber; por que a Pedagogia hodierna prima pela rapidez na formação, pela superficialidade de conhecimentos e pelo culto às novidades; o movimento da pedagogia moderna que se

afastou das leituras mais elaboradas e se aproximou dos pequenos textos propagados pelas redes sociais consegue desenvolver a capacidade de refletir, analisar, entender e discutir a realidade; a concepção de educação de Tomás de Aquino, “[...] que pensa no saber integrado à existência [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 251) e pensa o homem numa perspectiva totalizante (cujo desenvolvimento integra espírito e matéria) contribuiu para que o estudante chegasse à sua plenitude, ou seja, se tornasse um mestre; por que, na pedagogia medieval, era importante que o mestre promovesse a formação de discípulos com capacidade crítico-reflexiva; a pedagogia moderna tem o que aprender com a pedagogia medieval que seja útil à formação do homem? Ainda indagamos: nós, homens do presente, não necessitaríamos repensar o projeto de civilidade do século XXI?

Não temos a pretensão de responder a todos questionamentos ora suscitados, já que uma grande complexidade os envolve. Contudo, podemos considerá-los nas reflexões a respeito de uma concepção de educação para nossos dias, a qual deveria ser capaz de promover a elevação e a progressão intelectual gradual dos discentes, cuja ação deveria ser fundamentada em princípios da ética e da moral para que, assim, se atingisse o ordenamento de uma sociedade justa (OLIVEIRA, 2011).

Some-se a isso a perenidade dos ensinamentos de Tomás de Aquino: eles ressoam até nós porque ainda encontramos sentidos em suas palavras. Esse reconhecimento existe apesar dos quase 800 anos que nos separam dos intelectuais do século XIII porque o significado que produziram ultrapassou suas circunstâncias temporais e alcançou a essência humanizadora em cada homem.

Consideramos que Tomás de Aquino conseguiu explicar e interpretar o paradoxo entre unidade e dualidade sobre o homem. Como estabeleceu a unidade das contradições e dualidades existentes entre matéria e espírito? Evidentemente, a análise de apenas um dentre muitos temas estudados, interpretados e explicados por Tomás de Aquino não é suficiente para apreendermos a totalidade de suas reflexões e de como contribuíram para os homens da Idade Média; no entanto, podemos antecipar que os homens do século XIII estavam diante de questões impactantes e precisavam agir com consciência no contexto das profundas transformações, conflitos e tensões que ocorreram nos ambientes citadinos e fomentaram um novo projeto de civilidade.

A forma de ensino de Tomás de Aquino aponta a intencionalidade que norteava seu magistério: ele acreditava que o entendimento deveria ter primazia sobre o ato de crer. Desse modo, trouxe para o medievo a pesquisa e empreendeu ações de investigação, crítica, ampliação, interpretação dos conhecimentos do passado (Padres da Igreja), dos conhecimentos

de Aristóteles que adentravam o Ocidente medieval. O resultado dessa postura investigativa foi a síntese integradora de conhecimentos que devolveu aos homens de seu tempo diante da necessidade premente da época que demandava respostas fundadas na razão: quem ou que é ser homem; qual o significado da existência? A resposta a tais questões era decisiva para a orientação do homem em direção ao seu fim e o mestre Tomás, ao recolher as grandes contribuições do pensamento filosófico platonista, aristotélico, plotinista e agostinista, ultrapassou seu tempo e se colocou disponível para o devir humano.

Dado o exposto, elegemos para a análise as seguintes obras do autor: *Suma Teológica*, *A unidade do intelecto contra os averroístas*, *Suma contra os gentios*, *Sobre o Ensino e Sobre o Mal e o Comentário de Tomás de Aquino sobre Ética a Nicomaco*². Nosso foco é analisar suas reflexões acerca do ensino, identificar a intencionalidade do ato educativo tomasiano e a relação que estabeleceu com a noção de civilidade. Importa ressaltar que as obras mencionadas não foram analisadas integralmente; reportamo-nos apenas às partes relativas aos temas prioritários ao desenvolvimento desta tese.

Da *Suma Teológica*, escolhemos a *Questão 79* da primeira parte como fonte da análise acerca do intelecto, da natureza do conhecimento e da razão reflexiva do homem enquanto um ser que pensa, aprende e conhece, o que, segundo ao autor, é possível somente por meio do intelecto. De *Unidade do Intelecto contra os Averroístas*, analisaremos a questão do intelecto único, por considerarmos que a concepção do intelecto influencia sobremaneira o modo de ensinar: o professor/mestre estabelece sua intencionalidade de ensino conforme ele compreende que o homem aprende. De *Suma contra os gentios*, buscamos reforçar a compreensão da totalidade do homem. De *Sobre o Ensino e sobre o Mal*, destacamos o *Comentário da questão Sobre o Mal, e*, do *Comentário de Tomás de Aquino à Ética a Nicômaco*, analisaremos o item IV- *Do fim da virtude em relação ao bem comum do Livro X*, com a intenção de estabelecer uma relação entre o ensino do mestre Tomás e suas projeções ontológicas e antropológicas acerca do alcance da natureza social do homem e da formação humana de seus alunos/discípulos.

Embora Tomás de Aquino não tenha escrito um tratado específico a respeito de educação, podemos extrair, de sua filosofia antropológica e de sua teologia, elementos importantes, passíveis de ser aplicados à educação de qualquer tempo. Como exemplo, citamos: a autodisciplina; a concepção do homem como um ser potencialmente dotado de razão e em

² A seleção das obras de Tomás de Aquino como fontes da análise nesta tese não excluiu a utilização de outras obras desse autor, o que foi sendo feito mediante a necessidade da pesquisa.

condições de se autogovernar; a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem; a participação ativa do aluno em vez de uma postura passiva; a busca da verdade como ponto central da educação; uma visão realista da vida no que concerne ao papel do aluno na aprendizagem; o entendimento de que aprender é um ato de reflexão contínuo e ensinar, um exercício de praticidade da ética.

Tomás de Aquino demonstrou, em seu ofício de ensinar, em sua vida e em suas obras e pensamentos, coerência entre ser, pensar e agir; questões existenciais também mereceram sua atenção; por meio do ensino, compartilhou saberes com seus alunos/discípulos e oportunizou a aquisição de conhecimentos sobre a capacidade do homem para agir sob o comando da própria razão e vontade. Esse proceder próprio do homem também pode ser pensado na atualidade porque é o elemento que nos une e nos assemelha em essência humanizadora.

Considerando o exposto, afirmamos que esta tese se situa no campo da História e da História da Educação, sendo orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da História Social. Em conformidade com a metodologia adotada, para nortear nossas reflexões, apoiamos-nos em estudos de Lucien Febvre (1989), Marc Bloch (1974;2001), Fernand Braudel (2004) e Le Goff(1989; 1991; 2003;2006; 2007;2013; 2016), ou seja, de alguns dos historiadores pertencentes à Escola dos Annales. Tais obras fundamentam as reflexões acerca dos conceitos de História, História Social, longa duração, totalidade e Idade Média, além de dar suporte à análise das fontes.

Na renovação teórico-metodológica da História defendida por Marc Bloch (2001), ele propõe uma ciência histórica dos homens em interdependência com a sociedade de seu tempo, ou seja, com o conhecimento dos homens, de seus atos, de suas iniciativas e valores, experiências e desafios e mudanças socioculturais, ou seja, com suas historicidades. Para esse historiador medievalista francês, a História não deve ser mais entendida como uma ciência do passado: “passado não é objeto da ciência” (BLOCH, 2001, p. 7) porque esta é uma estrutura em progresso. No entanto, considera essencial a articulação do presente para a compreensão do passado e vice-versa e afirma que as questões do presente inclinam os historiadores a retornar ao passado para responder às inquietações de seu tempo. Nesse sentido, a historiografia não mais se apoiaria em fatos e grandes acontecimentos, nem evidenciaria heróis, deixaria de naturalizar uma pauta distanciada das ações humanas em sua relação com o meio social. Assim, define a História como “[...] a ciência dos homens, ou melhor, dos homens em seu tempo”(BLOCH, 2001, p.7)

Vavy Pacheco Borges (1986), em sua obra *O que é história*, enfatiza que a finalidade da História é estudar e analisar o que realmente aconteceu e acontece com os homens, o que

ocorre concretamente com eles, quais são as transformações pelas quais passam na sociedade, sejam elas descontínuas, progressivas ou com rupturas. A finalidade da História e do historiador é “[...] ter interesse dentro de uma perspectiva tripla que envolve o passado, o presente e o futuro, essa é sua essência” (BORGES, 1986, p. 60-84).

Essa ‘Nova História’ possibilitou a abertura de novos horizontes, um chamamento à colaboração entre as diferentes ciências do homem, uma clara intencionalidade interdisciplinar. Marc Bloch e Lucien Febvre lutaram por uma História total, centrada na atividade humana dos grupos e das sociedades. Essencialmente, esses autores esboçaram uma história-problema³, o que torna relevante a reflexão acerca dessa designação de História. A conceituação não se refere a conflito, dificuldade, transtorno; seu significado relaciona-se a problematização, a certomodo de observar os objetos, as situações, as ações das pessoas, a uma postura crítica que permita repensar o que está sendo estudado, enxergar a produção de certo momento ou situação histórica sem avaliá-la como certo/errado, verdadeiro/falso, bonito/feio, a um exercício de aproximação com os homens do passado de forma a compreendê-los em seu modo de ser e existir, considerar os costumes de seu tempo histórico.

Ponderamos, ainda, que na interligação da História com o problema, segundo nossa compreensão, unem-se o objeto de interesse da História (os homens no tempo e em sociedade) e o exercício da problematização (a observação). O ponto de interseção contempla aspectos do trabalho do historiador, do âmbito do fazer histórico, cujas possibilidades abrem múltiplos objetos e métodos e o aproximam de outras disciplinas; uma postura metodológica crítica e prudente na análise do objeto de estudo, uma vez que tem a liberdade de questionar, investigar e dialogar com uma diversidade de fontes; um posicionamento histórico-político comprometido com os princípios ético-morais norteadores dessa concepção da História. Como consideramos que esses princípios são um espelhamento das concepções ético-morais e teóricas de seus fundadores, eles foram definidos como norte da análise desenvolvida em nossa tese, que julgamos comprometida com os princípios ora apontados e com a verdade.

Borges (1986) faz um excelente apontamento ao enfatizar que os historiadores não são investigadores neutros que transferem a verdade sobre o passado dos documentos para o leitor:

³ É atribuída a Marc Bloch a inauguração da noção de ‘história-problema’ contra uma historiografia positivista, que se apoiava em fatos, grandes nomes, militares e guerras e, assim, constituía pautas e agendas históricas naturalizadas. Burke (2010) faz referência a Lucien Febvre quando considera a expressão ‘História- problema’ como uma intenção de problematizar o próprio fazer histórico e sua necessidade de observar, ou seja, uma exaltação de uma historiografia do problema, importância de uma produção voltada para todas as atividades humanas em colaboração interdisciplinar com outras ciências humanas.

antes, são indivíduos que marcam com suas idéias e convicções pessoais as fontes e os fatos históricos. Para esse autor, não há neutralidade nas ações humanas, sejam elas de que natureza forem. Os historiadores não se limitam a ‘papaguear’ um discurso social mais amplo: possuem suas próprias vozes individuais, que fazem parte do seu ofício. A postura crítica e reflexiva sobrepõe-se à função do historiador como responsável por retratar o passado naturalizado, sem posições políticas, ideológicas e sociais, sem partir de questionamentos do presente e muito menos estabelecer uma relação entre passado, presente e futuro.

A ciência histórica, nas palavras de Lucien Febvre, conforme registra Fernand Braudel (2014) em *Escritos sobre a História*, é vista como “[...] uma explicação do homem e do social a partir dessa coordenada preciosa, sutil e complexa – o tempo [...] e que se dedica ao homem total, visto sob todos os seus aspectos [...]” (p. 35). O fazer da história, portanto, volta-se para um todo integrado e, assim, as dimensões econômicas, políticas, culturais e intelectuais são vistas como partes inseparáveis da sociedade que se articulam nos períodos da História.

Parafraseando Braudel (2014), afirmamos que a história de um momento não é uma história em si mesma; é preciso contextualizá-la entre outras histórias que a rodeiam e a sustentam. Assim, a verdade poderá ser percebida com maior facilidade pois as articulações das histórias de todos os homens têm como resultado a história das civilizações, ou seja, a História Social ou História da Sociedade.

A História Social vincula-se ao movimento dos *Annales*, denominado por Burke (2010) de Revolução Francesa da Historiografia. Esse movimento, liderado por Lucien Febvre e Marc Bloch, surgiu dos planos deste último de revitalizar um antigo projeto para criação de uma revista que fosse porta-voz dos editores de uma abordagem nova da história (BURKE, 2010). Originalmente chamada de *Annales d’histoire économique et sociale*, a revista foi planejada por seus editores para exercer liderança intelectual nos campos da História Social, tendo como eixo norteador uma abordagem nova e interdisciplinar. O lançamento do primeiro número ocorreu 15 de janeiro de 1929 e, ao longo da década de 1930, a revista se tornaria símbolo de uma nova corrente historiográfica identificada como Escola dos Annales 1929-1969 (BURKE, 2010).

O movimento dos *Annales* pode ser considerado marco constituinte de uma nova forma de escrever a história em contraposição a uma concepção que dominava a historiografia e era chamada de “história episódica”. Essa nomenclatura está relacionada à dedicação a estudos de fatos singulares, de acontecimentos políticos e militares, à história dos grandes feitos, dos grandes homens, de episódios. Neste caso, competia ao historiador, após a descoberta dos documentos, verificar sua autenticidade, o que levava a crer que tal constatação bastava como

verdade. Em seguida, ele os organizava cronologicamente para escrever uma história linear, fruto de uma descrição de fatos, uma narrativa que muitas vezes não correspondia à verdade. (BURKE, 2010; BRAUDEL, 2014; REIS, 2000).

Relacionamos aqui algumas concepções debatidas entre os historiadores da Nova História e os da História ‘Episódica’ e que podem ser entendidas como renovações no campo da historiografia: os documentos não são excluídos nem desmerecidos, porém precisam ser analisados, observados, questionados por meio de uma reflexão crítica; a passagem da história como narrativa para a história problematizada; a crença no caráter científico; o contato e o debate com as outras ciências humanas; a ampliação dos horizontes da ciência histórica; a observação dos aspectos coletivos em lugar dos episódicos; a utilização de todos os tipos de documentos disponíveis, mais do que a fixação só em fontes escritas; a construção de um tempo como realidades múltiplas em vez de um tempo com medida de dias, anos, em uma perspectiva linear, e o reconhecimento da ligação indissolúvel e necessária entre presente e passado no conhecimento histórico (CARDOSO, 2002; BRAUDEL, 2014; BURKE, 2010; OLIVEIRA, 2008).

Nessa nova visão, o homem é um ser sociável e político que vive em comunidade, relaciona-se com seus pares e, nessa interação, eles se constroem culturalmente; por serem interdependentes, as produções humanas se misturam no desenrolar do tempo, ampliando o campo de observação do historiador: apreender o homem em sua relação com a sociedade em que convive permite uma visão o mais próximo possível do todo.

Essa ampliação é considerada na análise do nosso objeto de pesquisa, pois adotamos o princípio metodológico da História Social, dedicado a descobrir, no seio de uma globalidade, as articulações verdadeiras, captar as vinculações importantes que acontecem nas relações entre os homens, as relações significativas que nos fazem entender a sociedade como um todo.

Bloch (1963) deixou aos historiadores a seguinte orientação: que fiquem atentos aos sinais e indícios que surgem no desenrolar da vida social e captem o que interessa à História, que são os homens no tempo e na atmosfera social das comunidades nas quais vivem suas experiências cotidianas. É a relação indivíduo e sociedade que a História Social defende como um dos aspectos constituintes e importantes de sua abordagem teórica. Assim, o homem, como indivíduo, tem importância como fonte de estudo; a ação individual pode interferir em um grupo social, no movimento do devir histórico.

Com efeito, um evento de proporção pequena pode se carregar de uma série de significações e relações. Segundo as palavras de Braudel (1965), “[...] ele é testemunha, às vezes, de movimentos muito profundos, e, pelo jogo factício ou não das “causas” e dos

“efeitos” [...] anexa a si, um tempo superior à própria duração” (p. 264).

A História Social propõe o conceito de longa duração⁴ como uma inegável inovação ao trabalho historiográfico. Essa ideia do tempo histórico não surgiu com Fernand Braudel, mas ele entendia a história como um cenário dinâmico, aberto à multidisciplinaridade com as ciências sociais, as quais chamava vizinhas, as quais precisavam estudar o homem de uma perspectiva globalizante. Esse historiador defendia uma nova concepção de tempo, não mais como medida de dias, de anos, mas como tempo social, cuja duração também social implicava tempos múltiplos e contraditórios. Os tempos foram classificados por Braudel (2014) como tempo de curta duração, tempo de duração intermediária e tempo de longa duração. Ele reconhecia o conceito de longa duração como uma estrada essencial da história, com uma possibilidade que, por si, colocaria aos historiadores todos os grandes problemas das estruturas sociais presentes e passadas.

Dessa perspectiva, identificam-se os movimentos que ocorrem nos níveis mais profundos das situações concretas, pois as representações simbólicas ou mentais são, muitas vezes, as causas das situações que se externam como acontecimentos nas realidades observáveis e superficiais. Não obstante, esse tempo é lento, quase imóvel, alcança para além de séculos, e as transformações na história são mais difíceis de acontecer porque dizem respeito às estruturas que organizam e regulam a sociedade como um todo. Desse modo, não é possível perceber as transformações em apenas uma geração, o que nos exige retroceder séculos nos estudos históricos para detectar alguma mudança nas estruturas (BRAUDEL, 2014; MELLO, 2017).

Segundo Fernand Braudel (1965), é possível conhecermos o passado, porém ele aconselha que partamos do presente em retorno a ele porque só conseguiremos compreender o momento atual se conhecermos os tempos pregressos (BLOCH, 2001). Nessa perspectiva, o conceito de totalidade oferece possibilidade para que a ciência histórica compreenda o homem em sua essência humanizadora, um elemento que une os homens dos diferentes tempos históricos. Tal concepção, também histórica, constitui uma espécie de pano de fundo que garante a continuidade das civilizações humanas (BLOCH, 2001).

Conforme essa concepção totalizante, a História se interessa pelo homem integral: seu

⁴ Por um lado, ele ressaltou a relevância em investigar as estruturas para se compreender o passado e o presente humanos e, por outro, enfatizou a necessidade de relacionar as estruturas aos acontecimentos para um esclarecimento mútuo: “[...] nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se” (BRAUDEL, 2007, p. 43).

corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, suas ideias e seus atos, em estreita relação com a sociedade e o tempo. Ao propor uma história de longa duração, de períodos históricos mais alargados e estruturas que se modificam mais lentamente, Bloch (2001) inaugurava uma espécie de antropologia histórica.

Burke (2010) esclarece que a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade, perceptível em sua “[...] maneira de sentir, pensar, agir não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento” (BURKE, 2010, p. 8). O autor destaca que as estruturas sempre têm algo a dizer a respeito do comportamento do homem e cita Burckhardt (s/d), para quem “[...] o homem não se confinava a um corpo a ser mantido, mas também a um espírito que criava e sentia diferentemente, em situações diferenciadas” (BURKE, 2010, p. 8)

Conforme a atual renovação da ciência histórica, cuja historiografia é feita em ritmos diferentes, a tarefa do historiador seria reconhecer esses ritmos. Em vez do extrato superficial, do tempo rápido do evento, mais importante seria o nível mais profundo das realidades que mudam devagar (geografia, cultura material, mentalidades em linhas gerais, as estruturas) ou seja, o nível da longa duração.

Salientamos que o estudo dos documentos históricos, fontes utilizadas pelo historiador para indagar acerca do passado, ultrapassa a visão que delimita a análise de textos a uma mera explicação histórica e, por meio da interpretação do historiador, amplia seu alcance, o que supõe um desmembramento entre o discurso e o social. No trabalho interpretativo de uma ciência humana dedicada ao estudo dos homens em sociedade e no tempo, cabe ao historiador articular um saber dizer a respeito do que a fonte revela. Mendes (2011) esclarece que, na atualidade, não só o conceito de fonte se ampliou como também novos conceitos foram incorporados ao ofício do historiador. Os relatos orais, cartas, breviários, planilhas econômicas e registros de práticas domésticas são exemplos de fontes aceitas em nossos dias como válidas para a pesquisa histórica. A *Suma Teológica*, por exemplo, insere-se nesse contexto, uma vez que ela é resultado dos registros dos ensinamentos de Tomás de Aquino, em seu ofício de mestre/professor.

Ao historiador também foi dedicado um novo olhar. Ele passou a ser compreendido como partícipe do processo histórico, tendo a possibilidade de interferir, por meio de suas concepções, na análise e na interpretação dos fatos históricos. Cabe-lhe, nessa nova história, “[...] buscar estabelecer aquilo que ela pode oferecer, assim como sua verdadeira natureza e limites” (MENDES, 2011, p. 206).

Desse modo, tratamos nossas fontes em sintonia com o que concebe Mendes (2011), ou seja, com o propósito de realizar uma reconstrução histórica da vida dos homens do medievo, particularmente do século XIII. A análise do nosso objeto de estudo - o ensino de Tomás de Aquino e o desenvolvimento do intelecto como condição de civilidade – fundamenta-se na concepção multidisciplinar da História Social: buscamos compreender os homens medievais em todos os seus aspectos, ou seja, como indivíduos que se relacionavam com sua sociedade. Observar os homens medievais, pertencentes a estruturas sociais, econômicas, políticas, intelectuais e a mentalidades que se entrelaçam na produção histórica, que se modificam e se reconstróem é observá-los pelo prisma da concepção da ‘História Total’.

Desse modo, investigar o ensino no século XIII é relevante porque nos oportuniza conhecer que os modos de ser e estar no mundo, o sentido atribuído à vida são diferentes dos nossos, pois correspondem a tempos e espaços sociais de tempos históricos distintos. Entretanto, a ação educativa orientada para a formação humana e para o desenvolvimento moral, intelectual e espiritual do homem alcança sua característica de universalidade ao tocar nossos dias e fazer-nos reconhecer que no século XIII existiu um mestre cuja imagem ainda reverbera como referencial para educadores contemporâneos. Tomás de Aquino, nessa perspectiva, é nosso referencial, razão pela qual utilizamos a denominação ‘**professor/mestre**’⁵ quando nos referirmos às ações próprias do ofício de ensinar.

Suas concepções de ensino têm como princípio que o entendimento tem primazia sobre a vontade (herança da tradição peripatética); por isso ele se manifestava a respeito da importância do desenvolvimento das potencialidades intelectivas do homem. Além disso, segundo ele, o ensino prepondera sobre a aquisição do conhecimento por conta própria porque, por meio de sinais (instrumentos de ensino), o professor consegue levar o aluno a conhecer o que antes não conhecia. Podemos inferir que o mestre de Aquino admite ser o professor a causa do conhecimento do aluno. Afirma:

[...] o conhecimento é normalmente mais adquirido por nós pela doutrina do que [por uma] descoberta [pessoal]. E ainda considera que é maior o número de pessoas que podem conhecer a verdade aprendendo-a de outros do que encontrando-a por si mesmo, e muito mais alguém encontrará aprendendo de outro do que encontrando por si mesmo. (TOMÁS DE AQUINO, *Comentário*, s/d)

Nesse sentido, ele evidencia a importância de se aprender pelo ensino, ou seja, quando a aprendizagem se origina de outro, no caso o professor. Ele acredita que, com a doutrina,

⁵ Grifo nosso

aprende-se mais a verdade; pelo costume (cultura), ensinam-se padrões sociais que se convertem em natureza. Ressaltamos também seu conceito de intelecto: Tomás de Aquino traz para a ordem do dia a concepção de homem como um ser composto de alma (mente) e corpo (matéria), as quais estão em união substancial e intrínseca interação entre si e com a realidade, e de alma humana, mente, como sinônimos de intelecto.

Nesse enfoque, ele define a alma humana como uma substância intelectual unida ao corpo como forma; ela é o princípio da atividade vital, ou seja, que dá vida aos seres animados. A alma do homem, portanto, é o princípio inteligível estruturado ao corpo em unidade substancial. Seguindo a filosofia aristotélica, o mestre de Aquino caracteriza a essência intelectual da alma como a potência da alma.

Portanto, examinar o ensino em Tomás de Aquino e a intencionalidade de sua ação educativa na formação humana de seus alunos/discípulos possibilitou-nos perceber sua dedicação ao ofício de ensinar, às questões de seu tempo. Isso levou-o a assumir um papel de liderança nas transformações da mentalidade dos homens do medievo, mais especificamente os do século XIII, com uma profundidade que alcança a humanização em um devir histórico.

Essa forma de compreender o homem como um ser intelectual capaz de, pela educação, agir conscientemente na construção de uma civilização na qual haja equilíbrio entre as necessidades individuais e as exigências sociais demanda assumirmos a razão como faculdade ativa, ou seja, como uma espécie de ‘observadora’ da própria mente que, ao agir, não se deixa determinar pelos fatos mas define suas próprias ações.

Finalmente, apresentamos a estrutura de nossa tese com o propósito de demonstrar o caminho percorrido no desenvolvimento de nossa pesquisa.

Na primeira seção, analisamos a concepção de ensino em Tomás de Aquino relacionando-a ao contexto histórico do século XIII. Focalizamos seu estudo acerca do conhecimento e do intelecto e sua concepção totalizante de homem como condição para se conhecer o ser humano nos vários aspectos que compõem sua individualidade e seu grupo social. Relatamos sua trajetória na vida professoral e analisamos o ofício de ensinar e a intencionalidade de seu ato educativo que encontra sua expressão mais significativa na Escolástica.

A Escolástica, nesse sentido, apresentou-se enquanto método e filosofia aos homens medievais e permitindo-lhes explicar a realidade e dar sentido à vida bem como construir um certo jeito de viver. Muitas transformações sociais influenciaram na construção de seus saberes: o renascimento dos espaços citadinos, o avanço da economia, o nascimento das universidades e a socialização dos conhecimentos aristotélicos no ocidente.

Diante desse cenário, Tomás de Aquino soube relacionar as necessidades humanas de seu tempo a um ideal de homem e sociedade além de seu período histórico.

Na segunda seção, analisamos como seu ensino se relaciona com a teoria da natureza do homem. O intelecto e a virtude da prudência, com destaque para o aconselhamento (uma das fases do ato intelectual que está relacionada à eleição), são considerados fundamento nas decisões humanas voltadas para a civilidade. Retomamos a observação de que Tomás de Aquino ensinava seus alunos/discípulos na Universidade, preparando-os para a pregação de todo um povo, de habitantes das cidades carentes de regras e normas adequadas ao novo quadro social, econômico, político e intelectual que ressurgia. Assim, os futuros mestres dominicanos tinham a possibilidade de alcançar essa sociedade do século XIII, desde os mais nobres até os mais necessitados. (OLIVEIRA, 2008)

Na terceira seção, apresentamos nossa análise acerca da *Questão 79 da Suma Teológica* e ressaltamos as aproximações de suas respostas com a escolástica, procurando identificar sua intencionalidade no desenvolvimento das capacidades intelectivas dos seus alunos/discípulos para uma transformação em suas vidas e, conseqüentemente, do espaço social do século XIII. O intelecto se apresenta como condição de civilidade uma vez que o homem que age com razão e deliberadamente para um bem que seja agradável, porque virtuoso, é capaz de transformar sua comunidade.

Assim, identificamos as concepções educacionais de Tomás de Aquino a respeito do ensino e sua intencionalidade educativa para a formação humana de seus alunos/discípulos, mostrando que o desenvolvimento da capacidade intelectual era considerada condição para que o homem agisse conscientemente em prol da coletividade.

O intelecto é o elemento principal nos estudos tomasianos porque, na perspectiva do autor, é o instrumento pelo qual o homem aprende. O ensino é o procedimento que o mestre utiliza para nortear as ações dos homens medievais que viviam no espaço citadino e promover um ordenamento social e um novo projeto de civilidade.

Ao mesmo tempo, reiteramos que o ensino em Tomás de Aquino e o estudo do intelecto como condição de civilidade do século XIII situam-se em um tempo histórico distinto do atual e que não pretendemos apresentar o ensino tomasiano como referencial para o ensino no século XXI.

Ver o homem pela perspectiva interdisciplinar da História Social abre espaço para a concepção de uma história total. Assim, podemos perceber as relações sociais, as produções mentais dos homens medievais, criando condição para compreendermos suas ideias, seus pensamentos e as ações que os levaram a superar os desafios impostos ao seu tempo histórico.

Salientamos ainda que adquirimos a consciência da importância das obras de Tomás de Aquino ao saber que seu pensamento não foi esquecido, mas que continua influenciando intelectuais e pensadores atuais e contribuindo para a estruturação da sociedade ocidental. Pudemos reconhecer a unidade humana presente nos esforços de intelectuais que sustentaram a permanência desse pensamento no tempo e permitiram que a humanidade tecesse laços entre as diferentes épocas (BLOCH, 2001).

2 OFÍCIO DE ENSINAR EM TOMÁS DE AQUINO: SÉCULO XIII, CONHECIMENTO, INTELLECTO E A CONCEPÇÃO TOTALIZANTE DO HOMEM

Nesta seção, considerando que a educação é uma ação orgânica da e na sociedade, analisaremos acerca da concepção de Tomás de Aquino e do papel de seu ensino no contexto histórico do século XIII. A análise implica abordar a relação entre o homem medieval, as transformações sociais ocorridas entre o século XI e XIII e os impactos dessa relação no desenvolvimento das potencialidades do homem.

Entendemos que, da interrelação homem e sociedade, emergem formulações que se estruturam em conhecimentos e estes passam a integrar a dimensão mental dos homens, induzindo comportamentos que se tornam marcas sociais da coletividade. Consideramos importante destacar que o conhecimento validado socialmente em correspondência direta com a atividade intelectual do homem cria representações da realidade que ditam padrões de condutas e até sentido de vida.

É nessa seara que abordaremos a concepção totalizante do homem apresentada por Tomás de Aquino para compreender a ação desse homem no mundo e a finalidade e sua existência.

2.1 Aproximação a Tomás de Aquino: um breve realto de suas andanças

Não ousaríamos iniciar nossa escrita acerca do tema sem antes nos dedicarmos a um breve relato da trajetória educacional de Tomás Aquino. Destacaremos a extensa lista de suas experiências e de suas vivências, com a ressalva de que não é possível nesta tese examinar a totalidade de sua existência.

Tomás de Aquino é considerado o mais elevado pensador escolástico e o melhor intérprete das obras de Aristóteles. Ele é reconhecido por sua admirável habilidade intelectual e pela capacidade de raciocínio, o que favoreceu a incessante produção de textos, tratados, sumas, cartas, comentários, a qual foi e ainda é valorizada pelo estilo da escrita expressiva, sistematizada, pela capacidade reflexiva, pela interlocução social e pelo fortalecimento dos princípios éticos na sociedade. É reconhecido também pelos elevados temas que foram originalmente comentados.

Miguel Grosso (2021), autor da obra denominada *Breve Biografia de São Tomás de Aquino*, informa-nos de que o nascimento de Tomás de Aquino ocorreu no Castelo de Roccasessa, próximo à localidade de Aquino, que, naquela época, pertencia à província de Nápoles, no reino da Sicília. Seus pais foram Landolfo e Teodora e, embora sua data de

nascimento não seja precisa, é possível situá-la entre o final de 1224 e início de 1225. Sua família pertencia à aristocracia cortesã e seu pai exercia o mais alto cargo do reino: Justiça da Terra de Labor⁶.

Tomás de Aquino era o caçula dos meninos e, por costume da época, foi destinado à Igreja, ao estado eclesiástico. Segundo Jean-Pierre Torrell (1993), o ingresso de Tomás como oblato na Abadia de Monte Cassino ocorreu entre 23 de julho de 1230 e 3 de maio de 1233, quando ele deveria ter entre cinco e seis anos. Miguel Grosso (2021) esclarece que foi nesse mosteiro que, até 14 ou 15 anos, Aquino recebeu as primeiras instruções, aprendendo as primeiras letras, gramática latina e italiana, música, poesia e salmodia, além da formação moral e religiosa.

Desde a pouca idade, o mestre dominicano já demonstrava interesse pelo conhecimento e “ainda menino, interrogava com ânsia e frequência seu mestre: O que é Deus?” (GROSSO, 2021, p. 23). Grosso (2021) comenta que já era possível perceber, nessa pergunta, a capacidade intelectual de Tomás de Aquino e a presença, em germe, da sabedoria que se revelaria futuramente em sua doutrina. Grosso (2021) afirma que o menino Tomás demonstrava certa maturidade ao pensar a respeito de assuntos avançados para sua idade. Além disso, demonstrava a vontade de conhecer Deus.

Tomás de Aquino permaneceu por dez anos em Monte Cassino, com uma conduta exemplar que o diferenciava dos outros oblatos, dedicando-se ao estudo da cartilha, dos salmos e das demais lições que recebia de seu mestre (TORRELL, 1993; NASCIMENTO, 2011; GROSSO, 2021).

Em 1236, o abade Etienne de Corbário aconselhou Landolfo a colocar o filho a salvo, pois possíveis agitações ameaçavam o mosteiro de Monte Cassino em razão de desavenças entre os poderes temporal e espiritual. Em marco/abril de 1239, então com 14 ou 15 anos, Tomás de Aquino deixou o mosteiro, já que seus pais tinham decidido enviá-lo a Nápoles, onde deveria realizar seus estudos. Desse modo, “Tomás se inscreveu no jovem *studium generale* de Nápoles no outono de 1239, que contava com as faculdades de artes, direito civil e canônico, de medicina e de teologia” (TORRELL, 1993, p. 7). Alí iniciou o estudo das artes liberais e da filosofia, condição obrigatória para se dedicar à teologia. Foi aplicado no estudo do *Trivium* (gramática, retórica e dialética), cujo professor foi o mestre Martinho, e do *Quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), com o mestre Pedro de Irlanda.

⁶ Este cargo era equivalente ao cargo de grão-chanceler. “Dele dependia toda a administração civil e judicial do território colocado sob sua autoridade” (GROSSO, 2021, p. 20).

Nesse meio intelectual, no qual florescia uma intensa vida cultural, circulavam e eram traduzidas obras árabes e outras mais possibilitadas por Miguel Scot. Por meio de sua escola de grego e árabe, este fazia chegar até a Sicília e a Itália do Sul a ciência de Aristóteles, a astronomia árabe e a medicina grega, já acessíveis em Palermo, Salerno e Nápoles. Tomás de Aquino teria se familiarizado desde cedo com a filosofia natural de Aristóteles e com sua metafísica, ainda quando havia a proibição, pela Igreja, do ensino desses conhecimentos em Paris (TORRELL, 1993).

Grosso (2021, p. 29) destaca que “Tomás de Aquino recebeu desses dois professores a primeira iniciação na doutrina aristotélica: de Martinho a lógica e de Pedro a filosofia natural e cosmologia”. Destaca também que ele teve desempenho extraordinário nas artes, quando frequentou o *Cursus*, pois progrediu de tal maneira que é possível apreciar a harmonia em seus escritos, especialmente em uma poesia litúrgica e um hino, *Adoro te devole, Sacris Sollennius*. Infere o autor que, nessa ocasião, o conhecimento aprendido na música era aplicado na prática, comportamento que seria uma constante na vida do futuro doutor em Teologia.

Seu comportamento em relação aos compromissos assumidos nos ambientes onde estudou foi exemplar, predizendo a coerência de suas ações, sempre condizentes com o propósito e a determinação de buscar a verdade. Na Universidade, sua genialidade despontou a partir dos primeiros conhecimentos em arte e filosofia.

Grabmann (1930, p. 10) refere-se à a nobreza de caráter que se evidenciava em Tomás de Aquino: “Com o aumento do saber cresceram igualmente no jovem nobre, a piedade e o zelo pela virtude. Não é de admirar que a roupa branca da florescente Ordem dos Pregadores tenha atraído poderosamente seu piedoso espírito”. Conforme as considerações de Grabmann (1930), Tomás de Aquino não se deixou engrandecer por seu saber, por sua intelectualidade diferenciada; ao contrário demonstrou piedade, uma virtude daqueles que alcançam a condição de amar os homens, uma orientação cristã originada das próprias pregações de Cristo.

Foi também na Universidade de Nápoles que Tomás de Aquino conheceu alguns religiosos da Ordem Dominicana, professores da faculdade de Teologia, cujo convento fora fundado na cidade de Nápoles, em 1231, por São Domingos (TORRELL, 1993). A entrada de Tomás de Aquino nessa ordem, também denominada Ordem dos Pregadores, ocorreu por três razões: primeiro, porque percebeu, desde tenra idade, sua inclinação para o estudo e a Ordem Dominicana exigia uma sólida formação científica de seus irmãos; segundo, por seu desejo de ensinar; terceiro, por seu desejo de defender o ideal de pobreza mendicante.

Entretanto, a família de Tomás de Aquino não concordou com sua decisão. Em Acquapendente, mesmo contra sua vontade, sua mãe decidiu trazê-lo de volta para sua

residência em Rocassecca. Durante o período em que esteve detido em casa, Tomás tinha o direito de ir e vir, receber visitas e conversar com suas irmãs. Torrell (1993), citando Tocco, descreve o comportamento de Tomás, sempre dedicado a orar, ler a Bíblia - que Frei João de São Julião lhe providenciou, junto com um breviário -, as *Sentenças* de Pedro Lombardo e a *Sofística* de Aristóteles, além de ter em memória todo o saltério. Segundo Grosso (2021, p. 40), “Tomás propiciou às suas irmãs beneficiarem-se de sua jovem ciência”, destacando que isso era um signo evidente de sua futura maestria.

Após aproximadamente 15 meses, durante os quais esteve preso em sua residência, pela resignação demonstrada pelo jovem, mesmo sendo importunado por seus irmãos, em situações por vezes constrangedoras, sua mãe decidiu liberá-lo, reconduzindo-o ao convento em Nápoles (TORRELL, 1993). Tomás retornou à Ordem dos Dominicanos no verão de 1245 e logo foi enviado à Roma, onde seria decidido seu futuro a respeito da universidade onde prosseguiria seus estudos. Em Roma, Tomás encontrou-se com João, o Teutônico, Mestre Geral da Ordem, que o encaminhou para Paris, primeiramente, e, depois, em 1248, para Colônia, onde existia o *Studium Generale*, dirigido pelo irmão Alberto Magno, Mestre em Teologia. Ali teria lugar a formação intelectual do jovem frade Tomás (TORRELL, 1993, p. 24).

Alberto Magno foi mestre de Tomás de Aquino e não demorou para perceber sua dedicação ao estudo, sua perservança, admirando-se de sua profunda sabedoria. Ele exerceu poderosa influência sobre a formação científica de Tomás de Aquino, sobretudo com o exemplo e a clareza com que soube divisar a verdade em todas as suas formas e valorizar as mais variadas conquistas do espírito humano (BOEHNER; GILSON, 2007).

Nos primeiros anos da década de 1250, tendo ficado vago o ofício de Bacharel (sub-regente) na cátedra de estrangeiros do *Studium* dominicano de Paris, instalado no convento chamado Saint Jacques, coube ao Mestre Geral da Ordem dos Pregadores indicar quem deveria provê-lo. A escolha deveria recair sobre um candidato que tivesse qualidades intelectuais, mas também temperamento à prova de adversidades, dado o clima de animosidade geral contra os mendicantes por parte do clero secular e dos professores da Universidade de Paris.⁷

Alberto Magno teve significativa influência nesse episódio. Após consulta do Mestre

⁷ Mais à frente, ofereceremos maiores detalhes dos mendicantes, em razão de sua importante participação no fortalecimento da Universidade, além da defesa e do ensino da ciência. Por ora, reservamos algumas considerações contextuais com o intuito de favorecer o reconhecimento desses freis pregadores.

Geral da Ordem dos Dominicanos, João de Wildeshauen, o Teutônico (1180-1253), aconselhou-o a nomear Tomás de Aquino. Não sem resistir, certamente por causa da pouca idade do candidato (26 anos), em 1252, quando Tomás de Aquino deu os primeiros passos para ser promovido a doutor em Teologia, o mestre-geral aceitou o conselho e o nomeou para assumir o ofício na Universidade de Paris.

Esse breve relato teve como objetivo levar o leitor a se aproximar um pouco da trajetória de Tomás de Aquino. A sistematização desses dados facilitou nossa análise de seu exercício professoral, seu modo de ensinar, sua postura em defesa da doutrina cristã da Igreja Católica, dos ideais teológicos, filosóficos e científicos que debateu na Universidade. Assim, procuramos atingir o objetivo de construir uma imagem sintética de suas produções humanas, relacionando-as às transformações dos homens de seu tempo e de sua comunidade.

2.2 Tomás de Aquino e o ofício de ensinar no século XIII: renascimento das cidades, das ordens mendicantes e da universidade

As mudanças que ocorrem nas sociedades em dados tempos históricos não acontecem de maneira abrupta, mas encaminham-se com certa sutileza para um ponto comum, no qual os conteúdos sociais deixam de atender às vicissitudes de determinada civilização, dando lugar a novas exigências civilizatórias, necessárias ao reordenamento da vida em comum. Caracteriza-se, assim, um movimento transitório de conexão entre os problemas que afetam as estruturas sociais e os conteúdos sociais renovadores e adequados ao novo tempo social que se anuncia.

Dessa ótica, o Ocidente medieval foi palco de intensas mudanças, que se iniciaram no século XI com o desenvolvimento da filosofia, da literatura, da arte, por exemplo. No século XII, com o fim das invasões dos bárbaros; com o estabelecimento da trégua e da paz proclamada em nome de Deus; com a invenção de instrumentos agrícolas que facilitaram o cultivo da terra e a melhoria da produção de alimentos; com o crescimento populacional considerado por Le Goff (2013) como uma explosão demográfica, novos conhecimentos chegam à cristandade. No século XIII, ocorreu o apogeu dessas transformações, cujos eventos repercutiram grandemente na vida social dos homens medievais, impulsionando o renascimento intelectual, a renovação social-ideológica e uma progressiva melhoria de vida, fruto do fenômeno estrutural da economia.

No que tange aos aspectos intelectuais e culturais, houve uma expansão na leitura, na escrita e na arte. No campo artístico, surgiram as catedrais góticas, inauguraram-se as praças públicas, que, tornando-se lugar de sociabilidade, favoreceram que o teatro e o riso fossem

marcando os homens do medievo com imaginação, criatividade e diversão, progrediu também o gosto pela dança e pela música, que tomaram parte em todos os acontecimentos festivos.

As escolas se expandiram nos espaços urbanos e modificaram normas, incluindo-se a abertura para pessoas leigas e meninas, o que possibilitou o progresso na alfabetização. Surgiu um novo tipo de escola, chamada *studium generale*, a que denominamos universidade. Assim, “[...] os séculos XII e XIII tornam-se séculos dos mestres e dos estudantes com a presença de grandes intelectuais, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Raymond Lulle e difusão de obras literárias” (LE GOFF, 2013, p. 58).

Cumprir observar que, no século XII, a maioria dos espaços era rural. Nesse mundo, em que a agricultura se firmava cada vez mais, com predominância do cultivo dos cereais, a vida, aspecto observado por Le Goff (2007), apresentava certa unidade de produção, sendo marcada pelo progresso tecnológico, com claros sinais de maior eficácia no trabalho dos homens medievais. Tais melhorias iniciaram-se pelo preparo do solo, com a troca do arado arcaico pela charrua, que possibilitava o progresso da tração; o cavalo tornou-se animal de trabalho em substituição ao boi; o ferro passou a ser utilizado no lugar da madeira, na criação de instrumentos; a arnês multiplicou a capacidade de tração.

Outro aspecto salientado por Le Goff (2007) é a melhoria dos métodos de cultura, incluindo a rotatividade da terra no cultivo de cereais e a introdução do plantio de leguminosas em uma terceira porção de terra. A rotatividade de plantio possibilitou o aumento das colheitas bienais e, como consequência, o aumento da produção de cereais, bem como da produção e do consumo de pães. Acrescenta-se, ainda, a valorização da ideia e das práticas de trabalho, as quais se tornaram valores reconhecidos pela sociedade. Ao mesmo tempo, surgiu uma categoria social nova: o mercador-banqueiro que, em conformidade com Le Goff (2006), é a união de dois ofícios. Sua gênese foi a necessidade que o mercador tinha de circular por diferentes lugares, intermediar a compra e a venda de produtos nas feiras medievais e trocar suas moedas, tornando-as conhecidas. Surgiu também a letra de câmbio e criou-se o crédito a termo e as operações que produzem juros.

Os espaços urbanos desenvolveram-se, tornaram-se pontos de rotas comerciais, de mercados e trânsito de mercadorias e fomentaram o progresso do comércio medieval (LE GOFF, 1991). Contudo, eram também “[...] espaços de vida e luta social, resultado do desenvolvimento material e dos conflitos entre seus habitantes e os senhores feudais” (OLIVEIRA, 2012, p. 83). Importa destacar que, na movimentação dos homens que deixavam os feudos e passavam a habitar os centros urbanos, a convivência entre pessoas com diferentes

modos de pensar o mundo em um espaço com representação comum exigia a adoção de novos comportamentos e novas mentalidades adequadas às novas relações sociais.

O campo do conhecimento, nessa perspectiva, ganhou destaque porque o estudo sobre o homem e sua potencialidade intelectual abriu caminho para a compreensão do ato de pensar, atividade eminentemente humana, por meio da qual o homem cria a realidade na medida em que as ideias, os conceitos e os valores tomam forma nos atos dos homens comuns, ou seja, formam suas mentalidades. Nos estudos dedicados à história das mentalidades, Braudel (2014) e Febvre (1989) identificaram duas dimensões: a individual e a coletiva. Eles evidenciaram o valor de tais dimensões, as quais pertencem ao campo das ideias, acessível somente aos intelectuais ou aos homens de poder, capazes de manejar essas dimensões. Nesse sentido, as civilizações caracterizam-se por uma mentalidade coletiva, resultante das construções simbólicas ou representações mentais de cada indivíduo que comunga das mesmas produções culturais. Essas representações moldam o homem e o ambiente social em seus conceitos, valores e comportamentos.

A esse respeito, ponderamos que o mundo medieval não é homogêneo e os movimentos das ideias e das correntes doutrinárias se sucedem quase automaticamente, haja vista a dinâmica de contínua transformação inerente à vida humana. Contudo, a história não pode dispensar um referencial temporal. Esse aspecto temporal é fundamental para a compreensão do desencadear das transformações, pois elas não acontecem de modo súbito, mas ocorrem por um processo de interação paulatino até que se constitua um novo cenário. Esse fenômeno foi observado por Jacques Le Goff (2006), cujo posicionamento conceitual era a favor de mudanças em um movimento de interação:

[...] privilegio a dupla continuidade/virada em prejuízo da noção de ruptura. A história transcorre de modo contínuo. Uma série de mudanças – que frequentemente não são simultâneas – delimitam evoluções. Quando um certo número dessas mudanças afeta domínios tão diferentes como a economia, os costumes, a política ou as ciências; quando essas trocas acabam por interagir umas sobre as outras até constituir um sistema, ou em todo caso, uma paisagem nova, então, sim, podemos falar de uma mudança de período (LE GOFF, 2006, p. 54-55).

Há que se considerar, com base no pensamento do autor, que as mudanças ocorridas na temporalidade histórica não se realizam concomitantemente, além de demarcarem, de modo constante e progressivo o desenvolvimento das diferentes estruturas da sociedade. É possível

verificar que, no século XIII, o renascimento dos espaços urbanos⁸, caracterizado pelo movimento de reocupação das cidades, não ocorreu de modo imediato, mas sim em decorrência de condições que se sobrepuseram umas às outras, mobilizaram forças, reajustaram acontecimentos e promoveram um novo espaço de vida.

Desse modo, a sociedade medieval dos séculos XII e XIII passou por inúmeras mudanças, que alcançaram estados mais profundos de suas estruturas sociais, alterando comportamentos individuais e coletivos, criando novos modos de produzir e trabalhar e impactando as mentalidades dos homens, fator preponderante no reordenamento da realidade, uma vez que esta é expressão própria do inteligir, ação exclusiva homem. Oliveira (2012), observa que:

Na medida em que os homens principiaram em fins do século XI e ao longo dos séculos XII e XIII, a construir e habitar espaços urbanos, seus hábitos e costumes também se modificaram [...] as relações sociais assumiram contornos mais complexos, conduzindo os homens a adotar novos comportamentos e, acima de tudo, novas leis, que permitissem a vida em comum em um novo ambiente, sem passar pelos ditames dos senhores feudais, tradicionalmente envolvidos em interesses pessoais. Assim, a vida urbana cria concomitantemente um ambiente diversificado de pessoas e atividade. Mas gera também a exigência de uma unidade social, não mais pautada pelas relações pessoais, mas em instrumentos jurídicos gerais [...] (OLIVEIRA, 2012, p. 85).

Do pensamento da autora, inferimos que as relações estabelecidas nos espaços urbanos entre o século XI e o XIII colocam para os homens medievais a necessidade de se organizarem em um ambiente comum e diverso. A realidade social emergia dos modos singulares com que os homens atribuíam sentido à vida e ao jeito de existir próprio dos ambientes citadinos. Assim, consideramos necessário pensar o homem medieval da perspectiva das novas exigências sociais

⁸ As cidades, no contexto dos séculos XII e XIII, passavam por distúrbios violentos, como é comum nos momentos em que aqueles que estão tentando consertar as coisas são vigorosamente acusados de desconcertá-las; “[...] ninguém sabia naquele reboiço, quem ganharia; o Islã, ou os Maniqueus do Midi ou o imperador hipócrita ou gozador, ou as antigas ordens do cristianismo. Muitos homens tinham um sentimento muito vívido de que tudo estava se rompendo; e de que todos os recentes experimentos e excessos eram parte da mesma dissolução social. E havia duas coisas que tais homens consideravam como sinais da ruína: uma era a horrorosa aparição de Aristóteles desde o Oriente, um tipo de deus grego sustentado por adoradores árabes; e outra era a nova liberdade dos frades, a abertura do monastério e a dispersão dos monges a vagar pelo mundo (CHESTERTON, 2015, p. 65-66)”. Pelo cenário apontado, o autor nos revela uma transformação de base na sociedade medieval, que, até então, seguia firme sobre os preceitos cristãos, cujos princípios filosóficos e teológicos ensinavam uma certa maneira de conceber o homem e de se relacionar com a realidade. As mudanças provocam medo e insegurança porque trazem circunstâncias desconhecidas, sendo necessária uma preparação desses homens para enfrentar as dificuldades daquele tempo, ainda incerto. É nesse espaço de desafios que os ensinamentos de Tomás de Aquino se apresentam como sinalizadores para o homem medieval, porque o valoriza, credita-lhe a capacidade de agir em busca de seu ideal, de uma vida com um bem social melhor. E a prudência, virtude da reta razão para a reta ação, pode ser percebida como possibilidade de um projeto civilizador para aquela sociedade.

e das necessidades que a urbanidade lhes colocava, já que sua existência engloba a totalidade da movimentação.

É nesse lócus que Tomás de Aquino está inserido. Penetrou, como intelectual de seu tempo, nas raízes da filosofia e da teologia do passado, extraiu os princípios sólidos das teses do platonismo, aristotelismo, plotinismo, agostinismo, assimilou essas diferentes correntes de pensamento e construiu sua síntese filosófico-teológica integradora capaz de explicar o homem. Depreende-se de seu entendimento que é na cidade que os homens se civilizam, pois afirmava que o homem é naturalmente um animal político (seguindo a teoria aristotélica).

Ele expressa tal pensamento em seu opúsculo *Escritos Políticos*, na segunda parte, *Do Reino ou do Governo dos príncipes ao rei de Chipre*, na qual, no segundo capítulo, elaborou uma resposta ao rei de Chipre que lhe solicitou conselhos para o bem governar: *De como é necessário que o homem, vivendo em sociedade, seja governado por alguém*. Na resposta, ele se identificou como professor, referindo-se ao lugar de sua profissão e ofício e explicou que o melhor a fazer para cumprir o pedido seria escrever um livro sobre o governo régio, no qual expusesse a origem do reino e o que competiria ao ofício de rei.

Vejamos o que Tomás considera acerca de o homem viver na *polis*:

É, todavia, o homem, por natureza, animal sociável e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que se evidencia pela natural necessidade. Realmente, aos outros animais preparou a natureza o alimento, a vestimenta dos pêlos, a defesa, tal como os dentes, os chifres, as unhas ou, pelo menos, a velocidade para a fuga. Foi, porém, o homem criado sem a preparação de nada disso pela natureza, e, em lugar de tudo, coube-lhe a razão, pela qual pudesse granjear, por meio das próprias mãos, todas essas coisas, para o que é insuficiente um homem só. Por cuja causa, não poderia um homem levar suficientemente a vida por si. Logo, é natural ao homem viver na sociedade de muitos (TOMÁS DE AQUINO, 1995, p.127).

No opúsculo denominado *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*, ele faz uma comparação entre o homem e os outros animais, ponderando que todos eles foram criados vivendo em grupo ou em multidão, com as condições de sobrevivência preparadas pela natureza. Entretanto o homem, por sua natureza, ou seja, pela razão, por meio da qual pode construir e adaptar-se à natureza, não consegue todas as coisas suficientes para sobreviver e conclui que, por isso, é natural ao homem viver na sociedade de muitos.

Nesse texto, a linguagem é apontada como o instrumento pelo qual os homens expressam seus pensamentos, interagem, compreendem e, por isso, conhecem a si, aos outros e ao espaço social no qual se relacionam e se humanizam. É nessa perspectiva que pensamos o ensino em Tomás de Aquino e a humanização dos homens medievais vinculada à noção de civilidade.

Ao ensinar, Tomás de Aquino considera tanto a dimensão material quanto a dimensão espiritual do ser humano porque compreende-o na totalidade, ou seja, o homem é um composto de corpo e alma e, possuidor de uma imperfeição intelectual, precisa dos sentidos para conhecer. Educar o corpo e a alma implica desenvolver as potencialidades intelectivas com o propósito de assimilar a inteligência maior, que, no mundo cristão, é Deus. Para tanto, o homem precisa adquirir o autodomínio, ou seja, exercer sua capacidade de pensar, de inteligir guiado pela razão. O próprio fazer docente é um exemplo do exercício intelectual.

Conforme o que estamos expondo, o mestre de Aquino optou por se tornar frade dominicano, o que também o influenciou sobremaneira em seu ofício de mestre. A Ordem Dominicana representava uma nova vida religiosa, longe dos mosteiros, pois seus conventos localizavam-se nas cidades. Como os dominicanos recorriam à mendicância para sobreviver e se dedicavam à pregação, ou seja, adotavam o modo de subsistir pela esmola e não dos dízimos, receberam o nome ‘mendicantes’.

Le Goff (2013) observa que “[...] a mendicância – que praticavam de maneira diferente em relação aos ‘verdadeiros’ mendigos – é um “valor” e um comportamento discutido no século XIII”. Provavelmente, o autor esteja se referindo à mendicância como um comportamento, uma reação a outros membros da Igreja que viviam se beneficiando da riqueza. Oliveira (2007) faz uma análise semelhante, pois considera que as ordens mendicantes, ao defender o ideal de pobreza, “criticavam a riqueza da Igreja e convertiam-se em uma nova perspectiva para o cristianismo” [...] (p. 1). Pondera também que as ordens surgiram em oposição à riqueza das igrejas e à opulência dos clérigos.

Com efeito, os dominicanos optaram, de modo consciente, por viver de doações, adotando uma postura de humildade. Os espaços urbanos, onde residiam, constituíam o local de suas pregações. Ali conviviam no meio dos homens, evangelizavam e buscavam combater os inimigos da fé e da Igreja, uma vez que o século XIII foi também tempo das filosofias ditas pagãs ou hereges, ou seja, aquelas que não eram fiéis aos dogmas católicos.

Nesse contexto, os frades dominicanos tinham o direito de ensinar, pois eram reconhecidos enquanto intelectuais com rigorosa formação científica, ocupavam cargos de professores nas universidades, dedicando-se ao ofício professoral, do que se valeram com muito sucesso. Desde o início, a Ordem Dominicana se dedicou à pregação e, mediante uma sólida formação científica, os frades souberam aliar a santidade da vida religiosa com o cultivo da ciência (BOEHNER; GILSON, 2007).

É importante destacar que, ainda que a palavra educação não apareça nos textos do mestre de Aquino, ele usava a educação, ou seja, o ensino com o sentido de dar sinais

(entendemos esses sinais como a linguagem), de mostrar o conhecimento ao aluno, para que este, por si próprio, extraísse de si o seu próprio conhecimento. Percebemos que, para Tomás de Aquino, o processo de ensino e de aprendizagem é dinâmico e o aluno tem papel participativo, precisa querer aprender e agir para alcançar o conhecimento. Desse modo, tanto o professor quanto os alunos tinham responsabilidade, ainda que distintas, no processo. Lauand (2004) refere-se ao conceito de ensinar, como entendido no medievo:

Ensinar é, pois, uma educação ao ato; uma condução da potência ao ato que só o próprio aluno pode fazer. Tomás está distante de qualquer concepção do ensino como transmissão mecânica; o professor tudo o que faz é *ensinar* (*insegnire*), apresentar sinais para que o aluno possa por si fazer a educação do ato de conhecimento [...] (LAUAND, 2004, p. 21).

O conhecimento preexiste no aluno como potência ativa e, por meio de sinais, o professor deve conduzi-lo ao conhecimento que ele ignora. Essa ação docente ocorre por meio de uma proposição do professor, que imita o proceder da razão natural: aplicar conceitos gerais evidentes a determinado objeto para chegar a alguma conclusão particular clara.

Em face do exposto, entendemos que o papel do professor é lançar luz no caminho que o aluno deve percorrer para alcançar o conhecimento. O professor pode iluminar a verdade para seu aluno, ser a luz do caminho do aluno em direção ao conhecimento, entendida essa luz como os instrumentos que dará ao aluno acesso ao conhecimento. O professor mostra ao aluno um certo modo de alcançar o saber, levando-o a se orientar e trazer o conhecimento ao ato; ou seja, por identificação, ele alcança o saber do mestre, reconhece a semelhança daquele saber com o saber que possui em potência. Ao ter consciência dessa semelhança, conhece.

É nesse sentido que o mestre Tomás explica as duas formas de conhecer: a descoberta por si próprio, quando a razão aplica os princípios universais inatos e tira as conclusões particulares; e a aquisição pelo ensino, quando o processo de raciocinar em busca do conhecimento acontece com a mediação do professor.

Em sua obra *Sobre o ensino*, artigo 1, o autor indaga *Se o homem – ou somente Deus pode ensinar a ser chamado mestre*. Observemos o que ele responde. Após apresentar as objeções, as questões em contrário, ele elabora uma sequência de argumentos acerca de como o homem conhece:

[...] preexistem em nós certas sementes de saber, que são os primeiros conceitos do intelecto, conhecidos ato contínuo mediante as espécies abstraídas das coisas sensíveis pela luz do intelecto agente: quer sejam complexas, como o caráter de ente, o caráter de uno e outros similares que o intelecto apreende de imediato, ora, nestes princípios universais já estão de certo modo contidas, como em razões seminais, todas as suas consequências. E quando a mente é conduzida a conhecer em ato as consequências

particulares que já antes e como que em potência estavam naqueles universais, diz-se que adquiriu conhecimento (LAUAND, 2004, p. 30).

Tomás de Aquino explica como o homem abstrai o conceito acerca do que deseja aprender. Em continuidade, afirma que, por possuir os primeiros princípios, estabelece uma relação entre os semelhantes e apreende o significado. Ou seja, o homem exerce a ação inerente à natureza: pensar. Essa ação permite ao homem ultrapassar a fronteira do mundo sensível e alcançar a dimensão do espírito, ou seja, o mundo das ideias, da essência das coisas.

É na universidade que Tomás de Aquino sinaliza aos alunos/discípulos o caminho para o desenvolvimento das potencialidades intelectivas da alma. Utilizando-se do método escolástico comum aos demais intelectuais do medievo e aperfeiçoando-o, insere a observação da realidade, ou seja, a experiência humana e seus desdobramentos em diferentes contextos. Podemos comparar sua proposta ao estudo de caso, tipo de pesquisa. A *quaestio disputata* é a via pela qual mestre Tomás realiza sua metodologia investigativa, questionadora, crítica e dialógica, destinada a fomentar e exercitar o ato de entender. A própria universidade, organizada em exames, graus acadêmicos e faculdades, estudava filosoficamente as ciências da época, ou, dito de outro modo, o todo das coisas divinas e humanas de modo crítico e dialético. Pieper (apud Lauand, 2006 p. 44), reconhece-a como “[...] uma instituição que é a realização do espírito do filosofar é, no fundo, do homem que se está tratando [...]”; reconhece-a como um lugar dedicado a pensar o homem e o homem em sociedade. Pensar o homem é, certamente, a que Tomás de Aquino se dedicou em seu ofício de ensinar.

Nesse ponto, as universidades, em sua origem, não se parecem com as faculdades atuais, mas não podemos negar que o espírito de produção do saber e do diálogo entre os diferentes conhecimentos e formas de pensar permanecem presentes em nossos dias. Oliveira (2018) informa que “[...] a origem das universidades medievais está ligada ao renascimento intelectual e urbano da sociedade europeia, ocorrido entre o século XI e XIII.

A vida urbana, resultante das ações humanas, passou a desempenhar papéis que permanecem até os dias atuais. A universidade, resultante das ações dos homens medievais, nasceu no movimento renovador dos espaços citadinos que, desde o século XII, prenunciava sua existência em alguns centros urbanos. No século XIII, mestres e alunos/discípulos se uniram em uma corporação – *studium generale* – que, segundo De Boni (2002), foi a instituição responsável pela produção do saber no medievo, passando a ocupar o primeiro lugar no interesse dos homens medievais.

Os pensadores do século XIII eram teólogos: seus interesses, ainda que voltados para a filosofia, permaneciam ligados à teologia; entretanto, a pesquisa filosófica modificou de maneira sensível o trabalho teológico. Em virtude do número elevado de mestres dedicados à pesquisa, a universidade tornou-se um ambiente de produção de saber. Alunos das mais diversas proveniências, impulsionados pelo resgate da cultura urbana, deslocaram-se para aprender com *quaestiones e disputationes* e interrogar sobre temas de *quolibet*. Assim, iniciava-se o caminho para uma ciência suscetível de inovação (DE BONI, 2002; HASKINS, 2015).

Antes do surgimento das universidades, ensinava-se o *Trivium* (Lógica, Gramática e Retórica) e o *Quadrivium* (Geometria, Aritmética, Música e Astronomia). O saber era somente transmitido e sempre idêntico, com citação dos mesmos textos e das mesmas autoridades. Os pensadores cristãos que antecederam os do século XIII foram: da Escola de Alexandria (Clemente de Alexandria, Orígenes, Basílio Magno, Gregório de Nissan, Dionísio Pseudo-Areopagita); da Filosofia da Patrística (Tertuliano, Santo Augustinho, Boécio); da Primeira Escolástica (João Scoto Erígena, Pedro Damiano, Pedro Abelardo); da Escola de Chartres (Hugo de São Vítor). Estes são alguns pensadores nos quais os intelectuais do século XIII se baseavam para ensinar o conhecimento cristão (BOEHNER; GILSON, 2007).

Desde os primeiros contatos com as obras de Tomás de Aquino, foi possível identificar as referências às autoridades da Igreja, com base nas quais ele sustentava os argumentos, as objeções, as soluções e as respostas que desenvolvia sistematicamente. Foi possível identificar também que ele utilizava a Escritura Sagrada e a filosofia de Aristóteles, filósofo grego fundamental na formação do Ocidente. Suas elaborações oportunizaram a clareza de pensamento e despertaram o interesse pela ciência de observação objetiva e dedicação ao estudo da natureza. (DE BONI, 2010)

Diante das contribuições de Aristóteles para o mundo ocidental, é possível ter noção da capacidade intelectual do estagirita que ficou conhecido por sua sabedoria. Contudo, inicialmente, sua filosofia não constava no programa das universidades. De Boni (2010) explica que certos historiadores acreditam mais em um reencontro com as obras de Aristóteles do que propriamente em uma descoberta. Observemos suas palavras.

De algumas obras, como a *Ética a Nicômaco*, a *Ética a Eudemo*, a *Política* (que os árabes jamais encontraram, embora soubessem de sua existência) e a *Retórica*, sequer houve tradução do árabe para o latim.

Estes dados parecem dar razão a muitos historiadores da cultura medieval, quando afirmam que não foi Aristóteles que desencadeou o movimento de renovação científico – filosófica na Europa, a partir do século XII: foi antes o movimento renovador que buscou Aristóteles por perceber que este respondia às exigências de uma nova situação histórica. Em defesa desta asserção, observam que os ocidentais nunca perderam contato político, econômico e também cultural com Constantinopla,

e nesta cidade a obra de Aristóteles era conhecida desde sempre. Acontecia, porém, que o esquema neoplatônico-agostiniano, que marcara a Igreja e o mundo latino, servia plena e inquestionavelmente à Cristandade, como modelo de interpretação do mundo e do homem. Quando este modelo foi abalado e entrou em crise, tornou-se necessário procurar-lhe um substituto e, então, em poucas décadas, a obra aristotélica estava disponível em língua latina. (DE BONI, 2010, p.28)

Segundo essa informação, os parâmetros que serviram à cristandade até aquele século como modelo de interpretação do mundo e do homem não mais atendiam aos anseios intelectuais dos homens do século XII, pois já existia um movimento de renovação científico-filosófica que apontava a necessidade de saberes renovados.

Em outra passagem de seu livro, o autor afirma que Aristóteles era conhecido desde sempre, exemplificando com Boécio, que, entre os anos 510 e 520, já havia traduzido a *Lógica*. Existem também informações de que, entre os séculos XII e XIII, outras obras aristotélicas foram socializadas pelos árabes; algumas obras escritas no idioma deste povo foram, posteriormente, traduzidas para o grego e o latim.

Tomás de Aquino teve acesso às obras aristotélicas, tornando-se um estudioso profundo dos diversos temas nelas desenvolvidos. Tais obras trouxeram às universidades a possibilidade de novas interpretações acerca dos conhecimentos ensinados conforme as diretrizes da Igreja, cuja natureza era teológica.

Esses são movimentos do tempo histórico, produzindo mudanças nas civilizações. Conforme Bloch (2001), as transformações são representações coletivas que podem mostrar o manejo entre modelos individuais e sociais. O autor evidencia que as estruturas se modificam de maneira lenta, acompanhando os eventos que marcam seu contexto. Compõem assim o movimento de longa duração, ou seja, de períodos históricos mais alargados. A sociedade do século XIII passou por transformações que mobilizaram os homens, modificaram as condições de vida, alteraram espaços físicos, mas, segundo nosso entendimento, tais transformações estão diretamente relacionadas ao contexto anterior, isto é, aos séculos XI e XII.

Em suma, as mudanças ocorridas entre os séculos XI e XIII impactaram a vida dos homens medievais. Como intelectual, frade, cristão, Tomás de Aquino exerceu seu ofício de mestre tendo em conta o homem em sua totalidade e, reconhecendo-o como agente na realidade por sua capacidade intelectual, colocou para seus alunos a necessidade do homem espiritual (intelecto) imperar sobre o homem natural (instinto). Dito de outro modo, Tomás de Aquino pôs em foco a importância de o homem exercer a atividade de inteligir de modo consciente, tendo a razão como guia de seus atos.

2.3 A intencionalidade no ensino em Tomás de Aquino

Já se fortalecia no ambiente universitário certa autonomia dos professores para escrever suas obras com a síntese de seu próprio pensamento. O momento favorecia a descoberta de novos conhecimentos conformes às necessidades dos homens do medievo, que careciam de direcionamento para o ordenamento da sociedade urbana. Era imprescindível pensar a organização do espaço público que surgia em correlação com o espaço privado, definir novos valores, princípios, normas e regras adequadas ao espaço citadino. Tudo isso em resposta aos anseios da população, que já demonstrava interesse por questões da nova organização social, política, econômica, intelectual e religiosa.

O ofício de ensinar, ou ato educativo, é integrante do processo de educação (formal) e implica a ação de aprender; ou seja, as duas ações estão intrinsecamente ligadas à socialização do saber. O ato de ensinar e aprender modifica-se ao longo da história, uma vez que visa a transmissão dos conhecimentos necessários a cada civilização em um determinado tempo. Assim, transforma-se a concepção de ensino e aprendizagem, modificam-se teorias acerca da aprendizagem ou de como o homem aprende, ressignificam-se os espaços escolares, reinterpretam-se os papéis de professores e alunos.

Contudo, todo ofício de ensinar está permeado por uma intenção no agir, ou seja, é necessário que todo professor/mestre saiba o que, por que e para que está desenvolvendo determinada estratégia de ensino. Dito de outro modo, significa ter consciência de cada escolha e de cada decisão a respeito de situações de aprendizagem, inclusive do resultado. Nesse sentido, Negri (2018) apresenta a definição de intencionalidade pedagógica e completa: agir com intencionalidade pedagógica é ir além do simples "ritual" de planejamento de conteúdo, é agir de forma a incidir, principalmente, na postura do professor.

Entende-se a Intencionalidade Pedagógica como sendo toda a ação consciente, planejada e executada pelo professor/educador, acomodada dentro do cenário pedagógico (salas de aula ou qualquer outro ambiente no qual seja possível o ato de ensino e aprendizagem), determinado como espaço relacional dos que ensinam e dos que aprendem. Assim, pode-se afirmar que a Intencionalidade Pedagógica é toda a intenção direcionada que vai além da mera transmissão pura de conteúdo pelo conteúdo. Envolve, claramente, a atitude e a postura do professor/educador, além do domínio de determinadas habilidades de ensino capazes de conduzir o participante do processo a aprender. Portanto, Intencionalidade Pedagógica é toda a ação consciente do professor/educador visando uma ambientação para conduzir o aluno a aprendizagem. O espaço para que isto se realize é justamente o ambiente de aula, determinado aqui como "cenário pedagógico", ou o "lugar" onde as mediações se dão de maneira relacional. Logo, a Intencionalidade Pedagógica não se realiza isoladamente, se relaciona, interage, reflete e exige uma postura aberta com papéis definidos para quem ensina e para quem aprende. (NEGRI, 2018, p.2)

Nas palavras do autor, fica claro que o ato educativo calcado em uma intencionalidade pedagógica vai além da mera transmissão de conteúdo pelo conteúdo e alcança aspectos relativos à postura do professor, que é o condutor do processo educativo e precisa levar o aluno à aprendizagem. É uma decisão consciente do professor definir os meios necessários para levar o aluno da potência ao ato.

Diante do exposto, acreditamos que Tomás de Aquino agia com intencionalidade em seu ofício de ensinar, uma vez que, desde o início de suas ações professorais, demonstrou capacidade de aperfeiçoar o conhecimento bem como de definir estratégias didáticas, adequando-as aos alunos de modo a tornar o processo de ensinar e aprender mais significativo, proveitoso e interativo. Ele mesmo punha à prova suas formulações, buscava a verdade ontológica do ser para explicar a realidade por meio do pensamento lógico, depurava das correntes filosóficas existentes o que considerava verdade, estabelecendo o lugar da razão e da fé para explicar o mundo.

Em face de tantas mudanças, os desafios também se apresentaram para Tomás de Aquino. Oliveira (2012) descreve como ele os enfrentou no artigo *A influência da leitura de Tomás de Aquino na formação do professor*.⁹

[...] Tomás de Aquino procurou não só entendê-las como, acima de tudo, apontar caminhos para seus contemporâneos sincronizarem com elas. Foi com esse objetivo que abordou inúmeras questões. Podemos assinalar, dentre as mais significativas, a formação do Ser pessoa, tema explícito nas suas duas Sumas: A suma de Teologia e a Suma contra os Gentios (OLIVEIRA, 2012, p. 104).

Segundo a autora, Tomás de Aquino não se omitiu diante da problemática de seu tempo e, por meio do seu ofício, que era ensinar, elaborou obras bastante significativas, desenvolvendo um método, ou seja, um instrumento que serviria à razão humana para melhor conhecer a verdade das coisas e, por analogia, ter acesso a Deus. Assim, contribuiu decisivamente para os homens de seu tempo, no que concerne à capacidade humana de poder comandar as próprias ações, uma vez que a alma humana possui inteligência e vontade.

É relevante salientar que Tomás de Aquino não se contentou com reproduzir os conhecimentos ora cristalizados pela tradição; ele enfrentou adversários por causa de seu pensamento aberto e universalista por meio do qual trabalhou na depuração da verdade. O mestre de Aquino “procede do estudo de casos mais simples e concretos para chegar à análise

⁹ Esse texto integra o livro *Ensino e Debate na Universidade Parisiense no século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio*

dos mais complexos e abstratos”. (FAITANIN, 2007, p. 123). Ele partiu da análise da realidade sensível em busca de realidade imaterial, partiu das ideias mais simples em direção às mais complexas, valeu-se dos princípios da razão para afirmar a verdade, negar o que era falso. Originalmente, edificou seu fazer docente na argumentação e na demonstração conforme a lógica aristotélica e com o modo expositivo das questões na escolástica, buscou explicar o homem em sua totalidade. (FAITANIN, 2007)

Para a análise exposta na próxima seção, selecionamos duas ações do fazer docente de Tomás de Aquino, nas quais, segundo nosso entendimento, agiu com diligência metódica, comentou, criticou, analisou e ofereceu solução à problemática. Ambas as atitudes dizem respeito à realização de seu fazer professoral diante da necessidade de empreender mudanças, seja no modo de ensinar seja nos textos utilizados para apresentar o tema em estudo. Tomás de Aquino procurava avaliar reflexivamente, buscava a melhor maneira para ensinar, o que nos faz crer que tinha uma intencionalidade educativa primordial- o desenvolvimento das potencialidades intelectivas do homem.

Inicialmente, procederemos à análise do momento no qual Tomás de Aquino pretendeu retomar com seus alunos a explicação dos quatro livros das *Sentenças de Pedro Lombardo*¹⁰

A segunda ação a ser analisada relaciona-se à originalidade com que Tomás de Aquino tratou o ensino na Universidade de Paris, aperfeiçoando seu método e buscando com seu procedimento didático seguir o modo pelo qual o homem pensa para conhecer a realidade.

¹⁰ As *Sentenças*, redigidas em meados do século XII pelo bispo de Paris, Pedro Lombardo, compõem quatro livros e são consideradas uma obra fundamental no campo da especulação teológica, mas também as mais difundidas e comentadas no contexto universitário medieval. Os livros correspondem aos quatro blocos de temas interpretados nas universidades do medievo. A primeira sentença é dedicada ao estudo de: Deus, Unidade e Trindade, em sua Essência e em suas Pessoas, sua presença no mundo e pelo dom da graça; - Divindade, Unidade, Trindade, Atributos de Deus, Providência, Predestinação, Mal; na segunda, são abordados os seguintes temas: Deus criador e a obra da criação; Criação, Trabalho dos seis dias, Homem, Anjos, Demônios, Queda, Graça, Pecado; na terceira, está: A Encarnação do Verbo, sua obra redentora e santificadora pela graça, as virtudes e os dons do Espírito; Encarnação, Redenção, - Virtudes, Dez mandamentos; na quarta sentença: Os sacramentos e os fins últimos, Sacramentalidade, Sete Sacramentos, Morte, Juízo, Inferno, Glória. (BARREIRA, Catarina. Os livros das *Sentenças de Pedro Lombardo* na Biblioteca de Alcobaça. *INVENIRE Revista de Bens Culturais da Igreja*, 2015, p. 32-39) João Ameal comenta que Lombardo é, sobretudo, um compilador eclético que sistematiza o vasto material teológico da era patrística. Os *Libri quattuor Sententiarum* constituem, relativamente ao tempo em que são escritos, útil instrumento de exposição e ensino. Isto explica seu êxito persistente, que dura até os meados do século XVI (data em que se lhes prefere a *Summa Theologica* do Doutor Angélico) e os numerosos comentários e desenvolvimentos que inspira. Em um paralelo entre o tratado de Lombardo e a *Summa Theologica* do Aquinense, não hesita em escrever Francisco Brentano: - «Comparadas com a ordem maravilhosa que torna aqui o conjunto da ciência teológica um organismo íntegro, as *Sentenças* de Lombardo são apenas um conglomerado grosseiro e arbitrário». (Capítulo sobre a história da ciência medieval na *Geschichte âes Katholisch Kirche*, de João Adão Mõhler, tomo 11, pág. 554).

Nessa seção, procuraremos demonstrar que as etapas da *quaestio disputata* correspondem às etapas do próprio ato humano de inteligir. Tendo por fundamento a psicologia e a antropologia tomistas e, como fonte, a *Questão 79 da Suma Teológica*, que trata das potências intelectivas, analisaremos as etapas do método escolástico em estreita correspondência com as fases do ato de inteligir.

2.3.1 Ações de Tomás de Aquino no ofício de ensinar: ato educativo e intencionalidade

Após ter sido ordenado frei em 8 de setembro de 1265, em Anagni, Tomás de Aquino foi mandado para Roma, onde deveria estabelecer um estúdio. Ele tentou retomar com seus alunos a explicação dos quatro livros das *Sentenças de Pedro Lombardo*, mas “[...] não parece ter ficado satisfeito com essa retomada das *Sentenças* e resolveu mudar de vez o ensino das questões de moral necessárias aos frades para sua atividade de pregadores e confessores” (NUNES, 2011, p. 36).

Em *Tomás de Aquino: um mestre no ofício*, Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento refere-se à ocasião em que Tomás de Aquino demonstrou não ter ficado satisfeito nem com o recurso material que estava utilizando com seus alunos, *Sentenças de Pedro Lombardo*, nem com a metodologia desenvolvida para explicá-las. Detalharemos esse assunto conforme os registros dos autores selecionados.

Tomás tentou retomar com seus alunos a explicação dos quatro livros das *Sentenças de Pedro Lombardo*. [...], Mas Tomás não parece ter ficado satisfeito com essa retomada das *Sentenças* e resolveu mudar de vez o ensino das questões de moral necessárias aos frades para sua atividade de pregadores e confessores. A seus olhos, umas grandes falhas dos manuais disponíveis, como a *Suma de casos de Raimundo de Pena Forte* (c.1175-1275), era se concentrarem apenas nas questões morais, ou mesmo nos casos concretos, sem ter muito em conta o pano de fundo da vida humana e cristã, e o desenrolar da história da salvação, que punha ao alcance da humanidade o mistério divino. Tomás já teria notado isso quando ensinou no convento de Oviendo e chegou à conclusão de que estava na hora de sanar esse defeito. (NUNES, 2011, p. 36),

Na sequência desse comentário, Nunes (2011) esclarece que é possível saber das preocupações de Tomás de Aquino a esse respeito, uma vez que estão “perfeitamente claras na introdução ou no prólogo da obra a que Tomás deu então início a sua *Suma de Teologia*” (NUNES, 2011, p. 36). Do trecho abaixo transcrito, extrairemos elementos para analisar a intencionalidade de sua ação educativa.

O mestre da verdade católica deve não só instruir os avançados, mas cabe-lhe também ensinar os principiantes, conforme diz o Apóstolo em 1Cor 3,1-2: “como a pequeninos

em Cristo, leite vos dei de beber, e não comida”. Por isso, o propósito por nós visado nesta obra é transmitir o que se refere à religião cristã de modo conveniente à instrução dos principiantes. Pois consideramos que os principiantes nesta doutrina encontram muitas dificuldades no que foi escrito por diversos. Quer pela multiplicação de questões, artigos e argumentos inúteis; que ainda por não ser o que é necessário que saibam tratado conforme ordem da disciplina, mas segundo o exigia a exposição dos livros ou se apresentava a ocasião de disputar; que enfim, porque a frequente repetição do mesmo gerava nos ânimos dos ouvintes o tédio e a confusão. Esforçando-nos, pois, por evitar isso e o que se lhe assemelha, tentaremos, confiantes no auxílio divino, expor, breve e claramente, o que se refere à doutrina sagrada, na medida em que a matéria o comporta (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, Prólogo)

Segundo Nunes (2011), Tomás de Aquino explica em seu livro que não estava satisfeito com a utilização de *Sentenças de Pedro Lombardo* como recurso didático¹¹ para ensinar seus alunos/discípulos. Da afirmação de Nunes (2011) de que o mestre de Aquino ‘tentou’ utilizar esse recurso antes de decidir modificar tanto o modo quanto o material de apresentação de conhecimento aos alunos, podemos inferir que ele iniciou esse trabalho, mas desistiu de continuar por causa do resultado da aula. Isso está implícito na informação de que a pretensão do mestre Tomás era ‘explicar’ os quatro livros de *Sentenças*. Analisando as expressões ‘tentou’ e ‘pretendia explicar’, podemos interpretar que Tomás de Aquino refletiu a respeito dos resultados iniciais de seu fazer docente, detectou a dificuldade de entendimento por parte dos alunos/discípulos e decidiu aprimorar tanto o conteúdo quanto o modo de ensiná-lo.

Essa hipótese foi levantada por entendermos que Tomás de Aquino não desistia facilmente de seus objetivos, a exemplo de sua firme resistência em manter-se filiado à Ordem Dominicana, mesmo que sua família o tivesse levado para a casa em Rocca Seca contra sua vontade, onde passou por situações constrangedoras e foi mantido preso por quase um ano. Ele resistiu mansamente, até o dia em que recebeu permissão de sua mãe para retornar à ordem mendicante e seguir, conforme sua escolha, seu ofício de ensinar.

Outro aspecto que consideramos relevante é a revelação de que Tomás de Aquino já havia notado as deficiências no material didático quando ensinou em Orvieto (1261-1265). Atento às questões que norteavam o processo de ensino aprendizagem, tendo manifestado a insatisfação pela segunda vez, decidiu aprimorar os recursos didáticos e os procedimentos metodológicos, ou seja, os instrumentos necessários para que o professor realizasse o ofício de ensinar, ciente de que as condições de trabalho oferecidas ao professor influenciam

¹¹ O termo recurso didático nem mesmo havia sido pensado na Idade Média, porém decidimos utilizá-lo para facilitar a abordagem do material utilizado por Tomás de Aquino e pelos demais intelectuais da universidade no desenvolvimento de suas aulas. Esses materiais consistiam em sentenças comentadas por autoridades e mestres que antecederam Tomás de Aquino e sua geração de professores.

sobremaneira o processo de ensino e aprendizagem. Sua preocupação em adequar os recursos para atender aos alunos conforme suas necessidades leva-nos a crer que ele reconhecia os alunos em suas heterogeneidades, que nem todos aprendiam ao mesmo tempo, nem do mesmo modo, e se dedicava a garantir a seus alunos /discípulos, de modo mais simples, o acesso ao conhecimento.

No Prólogo da *Suma Teológica*, consideramos que as orientações de Tomás de Aquino em relação ao ensino são claras. Ele escreve em um estilo simples, com objetividade e de maneira pontual, o que proporciona o entendimento de todos.

Começa por destacar a responsabilidade do professor tanto com os que possuem a capacidade intelectual mais desenvolvida, quanto com os que ainda estão no início dos estudos e, por alguma situação, encontram-se limitados para alcançar desenvoltura e domínio dos princípios básicos, mas que, depois, tendo vivenciado a experiência do processo de aprendizagem, adquirem condições de agir com autonomia.

Logo depois, apresenta uma justificativa e, por meio de um relato de caso que chama a atenção dos alunos, apresenta um contexto ilustrativo, semi concreto, que facilita a visualização do objeto a ser conhecido. O contexto do breve relato de caso tem, em sua interioridade, um conhecimento “atitudinal” (princípios éticos e morais) percebido no campo da mentalidade. Podemos inferir que Tomás de Aquino escolheu esse versículo intencionalmente, porque a mensagem traz sentimento de zelo, cuidado, afetividade no modo de se comunicar com os alunos. Fica a impressão de que o fez com o objetivo de preparar os alunos para a questão das ‘falhas’ nos recursos didáticos. Por fim, ele as descreve, compartilhando com os alunos. Nossa hipótese é de que o fez também intencionalmente, pois é um modo de inserir os alunos no processo, estimulando a participação.

Relaciona, enfim, as causas das dificuldades dos alunos: um mesmo texto escrito por diferentes copistas, o que certamente provoca diferenças para o leitor; a multiplicação de conhecimento inúteis, às vezes é preciso ensinar o necessário, como o próprio Tomás de Aquino afirma no *Comentário à Ética a Nicômaco*, ou o que não é necessário, porém não é inútil, inadequado; o conteúdo tratado conforme uma situação ocasional e não segundo a ordem da disciplina, o que, segundo nosso entendimento, expressa falta de planejamento; conteúdos com repetição excessiva, o que provoca tédio e confusão nos alunos. Conclui exortando a todos com bom ânimo, demonstrando que acredita na capacidade dos alunos, sempre confiante no auxílio divino.

Em suma, podemos inferir que Tomás de Aquino escreveu o prólogo supracitado com intencionalidade educativa e abordou tanto aspectos relacionados ao conteúdo (o que e como

ensinar), quanto aspectos ligados à formação moral de seus alunos/ discípulos. Transcendendo a dimensão material do conhecimento, já indica que o homem, por ser capaz de pensar, poderia alcançar os conhecimentos espirituais. Ao se dedicar à reforma dos recursos didáticos que eram utilizados, demonstra amor pelo ofício e por seus alunos, o que pode ser confirmado em uma análise de Grabmann (1944).

Pedro Calo O.P., um dos mais antigos biógrafos do Aquinate, dá-nos de sua atividade professoral esta descrição entusiasta: “Quando Tomás se tornou professor e começou suas Discussões e cursos, tal multidão de alunos afluíu à sua escola que a sala mal podia conter a todos os que a palavra de mestre tão notável atraía e estimulava ao trabalho. Assim, à luz de seu ensino, floresceram muitos mestres, tanto das ordens religiosas, como do clero secular. A razão deste êxito era a feição breve, clara e facilmente acessível de suas lições”. Seu devotamento à missão do ensino e aos alunos não se restringia à cátedra e à sala de aula, seguia o santo até o silêncio da cela e à mesa de trabalho. Desta dedicação aos alunos sobretudo aos jovens e principiantes, que encontravam dificuldades de todo gênero, é que nasceu a resolução de escrever a *Suma teológica*. (GRABMANN, 1944, p. 53-54)

Conforme o autor, desde o início de sua atividade docente, Tomás de Aquino conseguiu atrair um número alto de alunos/discípulos por causa de seu modo original e dedicado de ensinar. Além disso, Grabmann salienta a afetividade do mestre de Aquino por seus alunos/discípulos principiantes, motivo pelo qual ele decidiu reescrever as sentenças, o que culminou na *Suma Teológica*, conforme atesta o próprio excerto. O autor destaca também o fazer professoral que Tomás de Aquino consagrou aos seus alunos, não somente em termos da profundidade e da clareza de sua inteligência, mas ainda da pureza e da riqueza do seu coração.

2.3.2 Ações de ensino em Tomás de Aquino e Escolástica

Analisar as ações de ensino de Tomás de Aquino com o objetivo de identificar sua intencionalidade educativa, principalmente as relacionadas ao desenvolvimento das capacidades intelectivas dos seus alunos/discípulos, pressupõe conhecer as concepções de ensino comuns à época. Lembramos, por meio das palavras de Grabmann (1944), os movimentos que impulsionaram o surgimento e o fortalecimento das universidades.

Durante a primeira metade do século XIII, abriu-se, sob a influência de fatores diversos, um período novo que se tornou, desenvolvendo-se durante a segunda metade do mesmo século, a época da grande ou alta escolástica. O primeiro destes fatores é o nascimento e o desenvolvimento das Universidades, sobretudo da Universidade de Paris[...] O segundo fator importante do desenvolvimento da escolástica do século XIII é a poderosa intervenção, na vida intelectual, das ordens religiosas recentemente criadas por S. Domingos e por S. Francisco. Estas duas ordens obtiveram em boa hora, na Universidade de Paris, cadeiras que confiaram a seus melhores teólogos. O terceiro fator, e sem dúvida o mais ativo e o mais eficaz, foi o descobrimento das principais obras de Aristóteles sobre a metafísica, a física, a psicologia, a história natural, a ética, a política, a retórica. [...] as obras de Aristóteles, recentemente descobertas, estenderam e reforçaram poderosamente os fundamentos filosóficos da especulação

teológica e enriqueceram de novos motivos arquiteturais o edifício doutrinal da teologia. (Grabmann, 1944, p.8-9)

Depreendemos das palavras do autor que a Escolástica foi ressignificada e alcançou o patamar, não só de uma filosofia, mas também de um método educativo. Três foram os fatores principais disso: o surgimento das universidades, a intervenção das ordens religiosas na Universidade de Paris e o acesso às obras de Aristóteles, nas quais foi encontrada a importante fundamentação filosófica para a teologia cristã.

Para além das questões apresentadas, Tomás de Aquino (1224/5 – 1274) dedicou-se aos estudos de filosofia e teologia, refletindo sobre as divergências e convergências entre fé e razão. Ao tomar como objetos de estudo a fé e a razão, ele estabeleceu campos comuns e particulares à filosofia e à teologia, ou seja, discerniu o que pertencia ao âmbito da razão e ao da fé.

Por ser cristão, teólogo, frade dominicano e pregador, as reflexões tomasianas se fundamentam na doutrina cristã, que reconhece Deus como o Criador de todas as coisas e que razão e fé procedem da mesma fonte, o próprio Deus e, por isso, não podem se contradizer. (OLIVEIRA, 2012; SANTIN, 2018). Desse modo, a conciliação entre teologia e filosofia orientou seu modo de pensar e compreender a natureza, o homem e sua relação com o mundo.

Estudando as obras de Tomás de Aquino e algumas de suas biografias, identificamos concepções educacionais, bem como características de seu modo de ensinar e transmitir seus conhecimentos a seus alunos/discípulos. Verificamos que ele não se limitou aos conhecimentos teóricos, mas também se dedicou ao desenvolvimento da capacidade intelectual de seus alunos/discípulos.

Após tecermos considerações a respeito de Tomás de Aquino e do modo como os intelectuais cristãos do medievo buscavam compreender a realidade por meio dos estudos da filosofia e da teologia, analisaremos alguns fundamentos da Escolástica¹². Neste caso, iremos nos basear nos estudos de Terezinha Oliveira (2005) e Ruy Afonso da Costa Nunes (2018), cujas obras sintonizam no que concerne ao estudo da Escolástica.

Inicialmente, observamos que ainda é comum a referência pejorativa à Escolástica. Além de ser considerada como um método obscurantista e atrasado culturalmente, ela é

¹² A conceituação de Escolástica será detalhada adiante, ao considerarmos as dimensões filosófica e metodológica. Entretanto, antecipamos que “[...] este método pedagógico, que se desenvolve nas escolas urbanas dos séculos XI e XII, depois nas universidades, dá uma inflexão decisiva aos processos racionais do pensamento, afastando-se dos caminhos místicos da cultura monástica” (LE GOFF, 2013, p. 51).

ridicularizada com acusações de que suas questões eram sem profundidade teórica e sua metodologia repetitiva. Oliveira (2005) se contrapõe a essas falácias:

No estudo da Escolástica, a principal observação que devemos fazer é sobre as análises que dela foram feitas ao longo da história. Ao considerarmos a Escolástica e os estudos sobre ela, devemos levar em conta que estes trabalhos são, também eles, frutos da própria história. Com isso, queremos destacar que as diferentes interpretações sobre a Escolástica são o resultado das questões vividas pelo intérprete em sua época (OLIVEIRA, 2005, p. 5).

De acordo com a autora, o equívoco a respeito da Escolástica é oriundo das concepções que seus intérpretes construíram em seu tempo histórico. Ou seja, a concepção depreciativa de Escolástica é consequência do modo como certo grupo, em um determinado tempo, a concebe. Por isso, é importante compreender o passado sob as perspectivas culturais da época, sem estabelecer julgamentos, porque, para cada tempo histórico, há uma cultura específica que define o comportamento das pessoas e os modos como elas produzem conhecimento.

A maneira como os homens medievais produziram seus saberes¹³ revela-nos a capacidade de criar que eles tinham, o que desmistifica as interpretações elaboradas em virtude de aspectos históricos, cujas concepções estavam permeadas por interesses políticos, econômicos, culturais, sociais. Consideramos que a mentalidade dos grupos sociais é construída pelas estruturas desses aspectos.

Quanto a nós, procuramos compreender a Escolástica pela ótica da História Social, ou seja, procuramos analisá-la da perspectiva dos homens do medievo e considerá-la como uma forma de atender às necessidades do Ocidente medieval, especificamente as do século XIII. Recorrendo a Oliveira (2005), encontramos uma explicação que elucida a questão:

Com efeito, nos séculos XII e XIII, a educação dos jovens não poderia ocorrer de outra maneira. Não havia a imprensa, não havia os meios de comunicação que dispomos hoje e que constituem, de uma certa maneira, o pressuposto do entendimento a-histórico que hoje se tem da escolástica. Para que os estudantes dos séculos XII e XIII pudessem preservar o conhecimento era preciso a memorização. A

¹³ Oliveira (2005) nos oferece uma explicação a respeito do que o homem medieval pensou e fez para conhecer sua realidade. Na obra *Escolástica* (2005), a autora analisa o modo como os homens da Idade Média se apropriaram dos conhecimentos necessários ao enfrentamento das transformações sociais que exigiam daqueles homens capacidade para reorganizar suas vidas. Ela enfatiza que é fundamental entender a importância e a forma que o conhecimento adquire na Idade Média, sob o nome de Escolástica. Compreender que “[...] os povos que adentraramo Império apropriam-se do conhecimento pagão e cristão da forma como eles podiam se apropriar, ou seja, buscam, em primeiro lugar, a preservação do documento, a sua organização, [...] A forma como essa sistematização ocorreu é ainda original porque trata, antes de tudo, da conservação do que existe. No entanto, quando esse conhecimento da tradição passa a ser sistematizado nas escolas [...] esse conhecimento passa a ter também o filtro da religião cristã. Esse objeto apropriado ganha uma nova cor, bastante distinta da pagã” (OLIVEIRA, 2005, p. 22).

opção estava dada: ou decoravam, ou não aprendiam. Por conseguinte, a memorização era o único recurso disponível para conservar o conhecimento (OLIVEIRA, 2013, p.9).

Das palavras da autora, depreendemos que a escolha das práticas de ensino nos séculos XII e XIII tinham um propósito explícito: o desenvolvimento dos jovens e a preservação dos conhecimentos. Não poderia ser de outro modo, porque ler e memorizar eram os únicos recursos disponíveis, os livros não eram acessíveis a todos e a imprensa ainda não havia sido inventada. Assim, posta a questão das diferentes interpretações a respeito da Escolástica, é importante considerar como ela foi ao mesmo tempo filosofia e método de aprendizagem.

De acordo com Oliveira (2005), fundamentada em Grabmann (1944), a Escolástica é mais do que um método de ensino, é filosofia; é o próprio jeito de pensar e explicar o mundo criado pelos homens medievais. Afirma a autora:

São as escolas, ao longo da medievalidade, que elaboraram e formularam a filosofia cristã e é isso que Grabmann destaca nessa passagem. A Escolástica é uma criação medieval que surgiu no interior das escolas, no seio das relações medievais. É filha dos conventos, das catedrais e, mais tarde, das Universidades medievais. Trata-se, portanto, de algo novo. Mais do que isso, ela responderia às questões humanas de sua época, revelando, assim, um impulso vital que passa despercebido aos estudiosos que julgam que a escolástica nada teria criado (OLIVEIRA, 2013, p. 40).

Diante das observações de Oliveira (2013) ponderamos que a Escolástica é própria dos homens do século, do movimento de intensificação dos estudos dedicados à ciência. Esses homens, intelectuais medievais em busca de quem é o homem, elaboram um modo original de explicar seus pensamentos e a vida: a Escolástica. Oliveira (2013) oferece-nos uma conceituação significativa do tema:

[...] a Escolástica, mais do que um método de ensino baseado na *disputatio* ou de uma forma de leitura, é a maneira que os homens medievais encontraram para realizar suas ações. Não se trata apenas de uma forma específica que os ‘letrados’, os ‘intelectuais’, os ‘teólogos’, encontraram para evidenciar a vida, as relações humanas e praticarem as ciências e, especialmente, a filosofia. Acima de tudo, trata-se de uma forma nova de pensar que traz em seu bojo o conjunto da sociedade, desde o mais humilde dos homens até o soberano. (OLIVEIRA, 2013, p. 42).

Conforme a análise de Oliveira (2013), a Escolástica é o modo de compreender a vida dos homens do medievo, desde o mais humilde até o soberano; é a própria mentalidade da coletividade, o modo de pensar desses homens. Era o modo de conciliar a razão e a fé. A autora explica-nos como os escolásticos agiam para essa conciliação:

De que maneira ela tornou isso possível? Na medida em que escolástica foi a um só tempo a religião cristã e o conhecimento greco-romano, o seu filosofar chegava até os humildes por meio da religiosidade, ensinando e pregando a sabedoria contida nos

Escritos Sagrados, ditava a forma como os pobres deviam pensar e se comportar. Ao ensinar, nos mosteiros, nas escolas e na universidade, o conhecimento antigo permeado pelos escritos sagrados, os mestres escolásticos, também expunham a forma como os futuros monges, os filhos de nobres, em síntese, os futuros dirigentes dos poderes eclesiásticos e laicos deveriam pensar e agir. É preciso, portanto, salientar que, nas duas situações em que os mestres escolásticos ensinavam, tinham a pessoa na sua totalidade, pois não perdiam de vista o homem nas suas duas dimensões: a material e a mental (OLIVEIRA, 2013, p. 42).

A filosofia escolástica, conforme depreendemos do pensamento de Oliveira (2012), alcançava todo o povo do medievo. Os pregadores, ensinando e pregando a sabedoria cristã aos pobres, direcionavam seu pensar e seu agir; quando ensinavam o conhecimento antigo, também permeado pelos escritos sagrados, aos futuros dirigentes dos poderes eclesiásticos e laicos, demonstravam-lhes como deveriam pensar e agir. Na conclusão dessa passagem, a autora chama a atenção para o fato de que, ao ensinar, os mestres escolásticos contemplavam o homem em suas duas dimensões: a material e a espiritual, ou seja, consideravam-no em sua totalidade.

As universidades, como produtoras de saber, expressavam-se pela Escolástica. Recordemos, Tomás de Aquino era mestre na Universidade de Paris, Doutor em Teologia e pesquisador interessado em compreender o homem, também sob a perspectiva da totalidade. Certa vez, ministrando-nos uma aula, a professora Terezinha Oliveira afirmou que “Tomás de Aquino é sinônimo de universidade e da Escolástica. É a própria expressão da Escolástica”. (informação verbal)¹⁴.

A autora oferece uma explicação pequena em palavras, mas profunda em reflexão filosófica, pois em Tomás de Aquino podemos encontrar a síntese da universidade unida à Escolástica (conhecimento e expressão do conhecimento, simultaneamente acontecendo). Se a universidade busca a verdade pelo conhecimento, podemos inferir que Tomás de Aquino, ao ensinar, expressava-se em prol da verdade ou, ainda, era expressão da verdade. É possível considerar que ele agia com rigor científico, utilizava-se do raciocínio lógico e dialético para explicar a cientificidade do saber, organizava as produções escritas de modo sistemático e progressivo com o propósito de fazer o homem conhecer que conhece.

Grabmann (1944) também explica de modo claro e preciso como se desenvolvia o ensino escolástico no século XIII.

A *Quaestio* ocupava, no ensino teológico, os exercícios de discussão organizados pelo professor com seus discípulos. Importa distinguir aqui, de um lado, as *Disputationes ordinariae* e sua redação literária, as *Quaestiones disputatae*; de outro, as

¹⁴ Fala da Professora Dr^a Terezinha Oliveira no encontro do Grupo de Pesquisa GTSEAM no dia 14 de dezembro de 2019

Disputationes quodlibetales e sua relação escrita, as Quaestiones quodlibetales.
(GRABMANN, 1944,p.14)

Segundo o autor, a *disputatio* durava dois dias: no primeiro, o bacharel respondia aos argumentos e às dificuldades; no segundo, o próprio mestre entrava em função, ordenava e agrupava os argumentos e as objeções. Tais objeções, denominadas de *Sed contra breves*, eram argumentos tirados da razão e da autoridade que faziam pressentir a própria solução do problema. Em seguida, o mestre se dedicava a livremente resolver a fundo e em pormenores a questão, ligando-a às suas origens ou às suas consequências históricas ou especulativas e demonstrando com muitas provas sua resposta definitiva. Essa solução do problema pelo próprio mestre chamava-se *determinatio magistralis*. Enfim, apoiando-se nessa demonstração, o mestre respondia às questões. As *quaestiones disputatae* são precisamente a redação e, de algum modo, o processo verbal dessas *disputationes ordinariae*.

Gardeil (s/d) apresenta uma descrição de procedimento docente de Tomás de Aquino quando este comenta a *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles.

No dizer de Ptolomeu de Lucca, São Tomás utilizou um novo método em seus comentários mais rigoroso do que os comumente usados. Substituiu a paráfrase um pouco vaga pela análise precisa de todas as particularidades do texto, complementa aliás por esforço de construção sintética do texto. Acrescentemos que, se teve preocupação pelo detalhe, e isso algumas vezes até à minúcia, nosso Douto se manifesta como autêntico filósofo. Análise e síntese se conjugam, assim, numa harmonia genial (GARDEIL, s/d, p. 428).

Em relação a Tomás de Aquino e seu modo de agir no exercício professoral, podemos afirmar que há uma intrínseca coerência entre ser, pensar e agir, adequadamente representada em sua obra e seu pensamento (FAITANIN, 2011). Sua postura em defesa da doutrina cristã e da Igreja católica, os ideais teológicos, filosóficos e científicos que debateu na Universidade com o objetivo de construir uma imagem sintética de suas produções humanas, relacionando-as às transformações dos homens de seu tempo e de sua comunidade, confirmam a assertiva posta.

Reportamo-nos, neste ponto, a alguns procedimentos que os professores da universidade medieval adotavam em suas atividades acadêmicas, valendo-se da própria escolástica, da investigação, da interpretação, da análise, da argumentação. A finalidade desses intelectuais era conhecer as verdades das coisas. Segundo Faitanin e Veiga (2015):

Durante a Escolástica, sobremaneira nas universidades do século XIII, os professores, para o desempenho de suas atividades acadêmicas compunham, mediante exaustivas pesquisas, obras para serem lidas e analisadas em suas aulas, no exercício da docência. Para compô-las os professores utilizavam diferentes métodos: comentar, expor, reunir sentenças, fazer sumas etc., cada qual com uma finalidade própria, mas todas para

atender às duas formas mais usuais de ensino: a *lectio*, que consistia na leitura e comentário de um texto, e a *Disputatio*, que consistia na disputa de uma *quaestio* (FAITANIN; VEIGA, 2015, p. 15-16).

Destacamos da passagem que os próprios professores construía seus textos escritos como resultado de suas exposições e debates com os alunos e de exaustivas pesquisas e que utilizavam um rol de procedimentos diversificados para o desenvolvimento das potencialidades intelectivas de seus alunos.

Convém examinar mais detalhadamente a *quaestio disputatae* que, no dizer de Oliveira (2013), “tinha uma função extremamente importante. Era a forma de estimular o pensamento, as discussões teóricas. Não é gratuito, pois, que os estudantes universitários, para se tornarem mestres, precisavam apresentar e discutir as sentenças de Pedro Lombardo” (p.2). A Escolástica indica, portanto, que a educação na Idade Média já se orientava pela preocupação com o desenvolvimento intelectual dos homens.

Assim, os homens do medievo desenvolveram um modo próprio de ensinar e aprender, no qual a dialética se apresentava como o eixo metodológico para o exame exaustivo de um tema. As duas práticas fundamentais eram a *lectio* e a *disputatio*. Nunes (2018) descreve as etapas do método escolástico:

Proposto o assunto, examinam-se as concepções mais expressivas que se lhe referem, as opiniões contrárias e as sentenças favoráveis à solução aventada. No corpo do artigo resolve-se o problema através de demonstração em forma silogística e, por último, analisam-se as sentenças propostas anteriormente, aprofundando-se o seu significado e descartando-se os seus aspectos positivos ou refutando-se os pontos de vista inadmissíveis (NUNES, 2018, p. 261-262).

Assim, o autor descreve os princípios da Escolástica em uma ação docente. Na dinamicidade das proposições, havia espaço para os mestres e os alunos participarem, ambos com funções ativas no processo de ensino e de aprendizagem.

Essa metodologia foi a base para Tomás de Aquino aperfeiçoar seu modo de ensinar. Por meio de uma interpretação filosófica da realidade e valendo-se do estudo de caso, ele partia dos mais simples e concretos para chegar à análise dos mais complexos e abstratos. (FAITANIN, 2007). Desse modo, o mestre de Aquino inaugurou a “*linguagem analógica*”, um método filosófico com aplicação teológica, que se fundamenta em duas doutrinas – a doutrina do ato de ser e a da *participação*.” (FAITANIN, 2007, p.124). Tomás de Aquino acredita que, exatamente por existir, o homem pode conhecer (AMEAL, 1937.).

Reiteramos que a escolástica transpõe a mera aplicação metodológica. Ela fomenta o diálogo entre diferentes pontos de vista, estimula o pensamento, desenvolve a capacidade de

análise e síntese, tendo a busca pela verdade como fundamento filosófico. Oliveira (2005) elucida a natureza da Escolástica com as seguintes palavras:

Com efeito, em sua essência, a Escolástica busca explicar o homem em sua fé e em sua natureza humana. Por isso, não podemos considerar a Escolástica de um ou de outro ângulo, pois isso significa empobrecê-la. Antes de tudo, devemos considerá-la como uma forma de explicar a essência do ser humano e da natureza em uma dada época histórica (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

Essencialmente, a escolástica buscou explicar o homem em sua totalidade. Tomás de Aquino é também sinônimo de escolástica. Ambos expressaram de modo sistemático e original a essência humana. Ao constituir sua psicologia da alma, mestre Tomás busca na obra aristotélica *De Anima* ou A Alma (*psyché*) conhecimentos para escrever o Tratado da alma, no qual reconhece a imperfeição do intelecto humano e, por isso, afirma ser necessário que o homem utilize os sentidos para conhecer, até que, elevando-se, possa alcançar os inteligíveis ou conhecimentos espirituais – as ideias.

Ao investigar quem é o homem, Tomás de Aquino une os pressupostos de Aristóteles e os fundamentos da fé, ultrapassando, inclusive, o mundo sensível e alcançando o plano metafísico. Seu aluno deveria conhecer o intelecto e desenvolver as potencialidades intelectivas, porque, sendo composto de corpo e alma, o homem poderia conhecer tanto o plano sensível quanto as coisas de Deus.

Compreender a existência era o caminho para conhecer o Ser, que, para Tomás, precedia a manifestação do mundo material; portanto, o homem precisava desenvolver a especulação para ser capaz de contemplar o divino. Assim, com a clareza da realidade objetiva do Universo e a confiança na inteligência humana, dedicando-se criteriosamente ao estudo do homem e do Universo, o autor iniciou sua jornada na construção do vasto e preciso material que facultou tanto aos homens de seu tempo quanto aos do nosso (AMEAL, 1937). Esse mesmo autor explica como a mente percorre seu caminho para conhecer:

Posta diante do Universo, a inteligência humana depara um imenso espetáculo, variado e confuso. Desse espetáculo, os sentidos apreendem, a esmo, formas, volumes, cores, movimentos. A inteligência, cuja função natural é ordenar para compreender, submete o largo tropel das sensações e das imagens a uma série de noções fundamentais. Dos sentidos recebe, sem dúvida, os primeiros elementos, segundo o famoso adágio escolástico: *Nihil est in intellectu (ut cognitum) quod non prius fuerit in sensu* (1). Mas a sua natureza impõe-lhe a tarefa de selecionar, de catalogar aquilo que lhe é fornecido de maneira tumultuária e arbitrária. Não se contenta pois com os dados imediatos que os sentidos lhe oferecem. Orientada para o absoluto, sequiosa de ultrapassar as aparências, quer ir mais longe. (AMEAL, xxx, p. 238)

O homem busca o conhecimento por natureza. Tomás de Aquino tinha consciência dessa capacidade e, ao afirmar que o mundo é real e que a inteligência pode conhecê-lo em sua realidade, empreende um rigoroso e determinado estudo para desvendar esse composto formado de matéria e espírito, esse elo entre o mundo divino e o material. Como o homem toca com o corpo o plano material e com o intelecto(alma) o plano espiritual, ou seja, toca os dois mundos, pode conhecer os dois.

É nesse movimento de conhecer que Tomás de Aquino explica as potencialidades intelectivas do homem. Com base na *Questão 79* da primeira parte da *Suma Teológica* e considerando tanto os aspectos metodológicos da escolástica quanto os filosóficos, procederemos às reflexões a fim de identificar sua intencionalidade educativa.

a. Análise da segunda ação selecionada

A *Questão 79* da primeira parte da *Suma Teológica* compõe o *Tratado do homem* que possui 28 *Questões* a respeito da constituição do ser humano. Conforme está descrito na Introdução Geral do *Tratado do homem*, de autoria de Marie-Joseph Nicolas “Sto. Tomás de Aquino dá a entender que, em uma antropologia filosófica, ele (o homem) teria partido do mundo da matéria a fim de chegar, de ascensão em ascensão, a essa espécie de alma que é espiritual, à qual ele chamará de “termo de todo devir da matéria”. Ao final dessa introdução, a autora explica a divisão utilizada para estudar o homem: alma humana, o pensamento humano e a criação do homem.

A *Questão 75*, primeira questão do *Tratado do homem*, traz à baila a explicação do que é o homem, sua natureza e produção. Iniciando suas considerações acerca da alma humana, Tomás de Aquino analisa a essência, a virtude ou potência e a operação da alma até que, na conclusão do tratado, *Questão 102*, reflete, interpreta, debate e responde acerca do lugar do homem: o Paraíso. Nessa questão, dispõe-se a responder quatro perguntas: 1. *O paraíso é um lugar corpóreo?* 2. *É um lugar conveniente para a habitação do homem?* 3. *Para que o homem foi posto no paraíso?* 4. *O homem devia ser criado no paraíso?*

Analisando essa exposição, observamos que Tomás de Aquino dedicou-se a localizar o homem na hierarquia da criação divina e destacou o intelecto como princípio que o diferencia de todos os outros seres vivos porque, por meio dele, o homem conhece. Ele encerrou esse tratado com explicações sobre a morada do homem, o paraíso.

A parte que nos interessa porque diz respeito às potências intelectivas é a *Questão 79*. Nos 13 artigos que a compõem Tomás apresenta os seguintes questionamentos: 1) *se o intelecto é potência da alma ou sua essência;* 2) *se o intelecto é uma potência passiva;* 3) *se se deve*

considerar a existência de um intelecto agente no caso de o intelecto ser passivo; 4) se o intelecto agente faz parte da alma; 5) se o intelecto agente é um só para todos os homens; 6) se a memória está no intelecto; 7) se a memória é diferente do intelecto; 8) se a razão é distinta do intelecto; 9) se a razão superior e inferior são duas potências diferentes; 10) se a inteligência é distinta do intelecto; 11) se o intelecto especulativo e o intelecto prático são potências diferentes; 12) se a síndese está na parte intelectiva; e 13) se a consciência é uma potência da parte intelectiva.

Para a análise, selecionamos o primeiro artigo, cujo título é *O intelecto é uma potência da alma?* Considerando os passos apresentados por Nunes (2018), estruturamos didaticamente os passos do método escolástico conforme a ação original do mestre de Aquino.

Doravante, quando nos reportarmos ao modo como Tomás de Aquino se utilizou da Escolástica, nos referiremos ao método escolástico como método tomista, relacionando os passos do método escolástico e a análise, em sequência.

1º Passo: *Proposição do Assunto*

No primeiro artigo, a indagação é a proposição do assunto para disputa: *O intelecto é uma potência da alma?* Por sua dimensão filosófica, Tomás de Aquino, professor de Teologia, precisa definir com precisão essa questão para dirimir as dúvidas de seus alunos/discípulos, uma vez que a questão sobre o intelecto era debatida com veemência no século XIII. Nesse debate, enfrentavam-se concepções filosóficas divergentes: a que defendia um único intelecto para todos os homens e a que afirmava o contrário, que o homem pensa por si e, individualmente, cada um possui sua alma.

A questão do intelecto era um dos temas mais pungentes na Idade Média. A contribuição tomasiana, que resiste até nossos dias, provocou e provoca discussões que, desde a Antiguidade, inquietam os filósofos. O pensar é exatamente a palavra-chave no desenvolvimento da psicologia de Tomás de Aquino. Ao escrever a *Unidade do intelecto contra os averroístas*, ele responde aos destinatários que o privilégio do homem como criatura mais desenvolvida de todos os seres e mais perfeita, porque possuidora do intelecto, é aproximar-se da deidade. (PICHLER, 2008)

Afinal, Tomás de Aquino, fundando-se nas leituras de Aristóteles, confirma a definição do estagirita de que o pensamento ou a capacidade intelectual é o que caracteriza a função racional da alma ou intelecto. Portanto, pensar é um ato relativo ao sujeito do pensar, ou seja, ao homem. Pensar a sua própria natureza, refletir acerca de seus próprios processos mentais e suas capacidades cognoscitivas permite ao homem desenvolver a capacidade de especular o mundo imaterial e eterno, condição que permitiu a Tomás de Aquino elevar a alma humana à

condição de incorruptível, ou seja, de imortal. Esse aspecto nos outorga o direito de ponderar que a condição imortal que Tomás de Aquino atribuiu à alma humana se apresenta em seu ensino como intencionalidade: ele pretendia educar o corpo e a alma dos alunos, levando-os, já em matéria, desenvolvendo a capacidade de abstração, a tocar o mundo perfeito das ideias.

Em *Unidade do Intelecto contra os Averroístas*, ele declara que é natural ao homem desejar saber a verdade, fugir dos erros e refutá-los quando tem essa faculdade; porém, entre todos os erros, parece que o mais inconveniente é o que se erra sobre o intelecto que naturalmente nos habilita a conhecer a verdade e evitar os erros. É importante salientar que o mestre Tomás escreveu esse opúsculo no contexto em que pairava uma polêmica questão: que todos os homens, ao pensar, partilham de um só ou único intelecto. Essa era a tese dos averroístas que equivaleria à teoria do monopsiquismo. Observemos suas palavras na obra *A Unidade do intelecto contra os averroístas*, traduzida e comentada por Carvalho (1999):

Há já algum tempo que se implantou entre muita gente um erro acerca do intelecto, originado nos escritos de Averróis, consiste em defender que o intelecto a que Aristóteles chama ‘possível’, e que Averróis designa impropriamente pelo nome ‘material’, é uma substância separada do corpo segundo o ser, que de modo nenhum se une ao corpo como forma. Mais ainda; Averróis defende que o intelecto possível é único para todos os homens. (TOMÁS DE AQUINO, 1999, p.45)

Tomás de Aquino afirma sua intenção de avançar com novos argumentos nessa obra, uma vez que não cessa a resistência à verdade que ele já apresentou sobre esse erro. É importante destacar seu argumento de que refutará tal erro para além das questões da fé cristã porque tornava-se evidente que, se subtraísse dos homens a diversidade do intelecto, a única de todas as partes da alma que se vê bem ser incorruptível e imortal, após a morte, nada restaria das almas dos homens, exceto a substância única do intelecto. Desta feita, a retribuição das recompensas e das penas ficaria suprimida além de que se retiraria do homem a única parte que o distinguia de outros animais.¹⁵ (CARVALHO, 1999)

¹⁵ A questão do intelecto era um dos temas mais pungentes na Idade Média. A contribuição tomasiana continua nos nossos dias a provocar discussões, exigindo o pensar acerca de temas que, desde a Antiguidade, inquietam os filósofos. E o pensar é exatamente a palavra-chave de Tomás de Aquino ao escrever a o texto sobre a unidade do intelecto que é motivo de reflexão para qualquer pensador de qualquer tempo. Afinal, pensar é um ato relativo ao sujeito do pensar. Pensar a sua própria natureza, refletir acerca de seus próprios processos mentais e suas capacidades cognitivas.

Tomás de Aquino, quando começa a filosofar sobre as obras do Estagirita, examina o sentido desses textos com o rigor científico que lhe era peculiar, estabelece um diálogo com as autoridades conhecidas dos espaços judeu e islâmico. Assim, evidenciando a capacidade de diálogo intercultural do mestre Tomás, Carvalho enumera três concepções ou interpretações relativas à natureza do intelecto tal qual Aristóteles a teria pensado: 1º Alexandre de Afrodisia (sec. II-III) defendera que o intelecto agente era uma substância transcendente distinta do homem, de cujo organismo o intelecto natural ou material dependia por inteiro; 2º o cordovês Ibn Ruxd (+1198), conhecido

Assim, Tomás de Aquino problematiza a questão do intelecto ao defini-lo como uma parte incorruptível da alma, o que leva a distingui-la das restantes partes que não são incorruptíveis ou eternas, seria outro ‘gênero’ de alma. Aproximamo-nos, assim, da característica do intelecto, de sua propriedade ou especificidade: de acordo com o nosso autor, ele seria um gênero da alma separável (das outras partes ou faculdades da alma) porque incorruptível e não é incorruptível porque existe separado do corpo como queriam os averroístas. (CARVALHO, 1999)

Ao afirmar que parece ser o intelecto algo de eterno enquanto as outras partes da alma são corruptíveis e só se separam conceitualmente e não segundo o lugar, Aquino argumenta que Aristóteles definiu intelecto possível como aquilo pelo qual a alma opina e pensa; a alma seria o princípio de todas as operações do ser vivo e só no homem é que se encontram todas as faculdades e operações da alma.

Tomás refuta que a separação está no modo como ocorre o funcionamento do intelecto ou seu modo de operar, enquanto parte da alma e não, à maneira averroísta, para uma separação do intelecto em relação ao corpo. (CARVALHO, 1999, p.172)

Ao definir que o modo de operar do intelecto é que caracteriza a separação, ele explica o intelecto possível e o intelecto agente, mas apenas conceitualmente, visto que ambos cumprem funções distintas, mas pertencem à mesma faculdade da alma, a intelectiva. A alma intelectiva é a forma, que é também incorruptível. Conclui que a alma humana é o ato de um corpo e que o intelecto possível é uma das partes ou potências.

Assim, considerando o intelecto ativo ou agente como uno com o intelecto possível (em potência), recorre à comparação entre arte e matéria: a arte não é exterior à matéria, tal como o construtor é exterior à sua obra, antes penetra por inteiro na obra identificando-se com ela ou atualizando-a. Atentemos para as palavras de Tomás de Aquino.

O intelecto activo, isto é, o prático, necessita do corpo e das faculdades corpóreas para todas as suas ações; o intelecto contemplativo precisa do corpo e das suas faculdades, embora nem sempre nem em absoluto, pois basta-se a si mesmo por si mesmo. A alma humana não é nenhuma destas faculdades, mas é aquilo que possuiu essas faculdades

entre os latinos por Averroís, defendeu que o intelecto que se distingue do homem, uma substância separada (da matéria), por isso imaterial, eterna e única para todos os homens, não é só “intelecto agente”, mas também o intelecto capaz de se transformar em todas as coisas, a que ele deu o nome de ‘intelecto material’ e que os latinos conheciam melhor pela expressão *intellectus possibilis*, *intelecto possível*; 3º Tomás de Aquino aparece como representante de uma alternativa: por razões filosóficas (mas também teológicas) não aceita que só exista um único intelecto para todos os homens e, por isso, interpreta quer o intelecto agente quer o possível como constituintes da alma humana individual, o que implica que cada homem seja individualmente considerado e de *per si* a conhecer e sobretudo pensar. (CARVALHO, 1999, p.14-15)

e, tal como haveremos de declarar, é uma substância solitária, ou seja, apta a agir por si. Algumas das suas ações só se realizam mediante instrumentos, e de certa maneira pelo seu uso, enquanto para outras os instrumentos não são de modo nenhum necessários. (TOMAS DE AQUINO, 1999, p.97)

Podemos inferir do excerto acima que Tomas de Aquino admite ser a alma humana uma substância solitária que tem perfeição suficiente para existir, porém necessita da cooperação do corpo para agir. Desse modo, o intelecto possível é como alguma coisa da alma que é ato de um corpo, porém, sem que esse intelecto da alma possua qualquer órgão corporal tal como sucede com as restantes faculdades da alma. Assim, não é difícil compreender como é que a alma pode ser forma do corpo e uma certa faculdade da alma não ser faculdade do corpo. (CARVALHO, 1999).

Para distinguir o intelecto agente do intelecto possível, potências da alma humana, ele afirma inicialmente que são inseparáveis da mesma: “Há, pois, na natureza da alma intelectiva algo como matéria, que está em potência para todos os inteligíveis e que se chama intelecto possível, e algo como causa eficiente, que reduz todos os inteligíveis a ato, e se chama intelecto agente”. (TOMÁS DE AQUINO, SCG, II, c. 778,2, p.316).

2º Passo: *Exame das concepções mais expressivas das opiniões contrárias*

Tomás de Aquino apresenta quatro proposições e as analisa por último; desse modo, podemos inferir que foram as concepções consideradas mais expressivas.

3º Passo: *Exame das sentenças favoráveis*

Tomás inicia essa análise da seguinte maneira: “Em sentido contrário, o filósofo afirma, no Livro II da Alma, o intelectivo como potência”. É interessante observar que Tomás responde às sentenças de opiniões contrárias ao assunto e, por isso, inicia a sentença favorável com a expressão “Ao contrário”

4º Passo: *Solução do problema no corpo do artigo*

Tomás inicia com a palavra “Respondo” e apresenta a solução ao assunto, segundo estabelecido metodologicamente. Desse modo, ele relembra que, em vista do que precedeu e do aprofundamento que será apresentado, considera as questões anteriormente analisadas e revela o que entende por solução. O Aquinate ensina, então, que o intelecto é potência da alma, e não essência. Justifica seu posicionamento e esclarece que toda essência opera por si mesma e que o homem opera por suas ações, mesmo sendo um composto (alma e corpo). A alma sozinha não se realiza, somente com o corpo material; por isso, o intelecto é uma potência da

alma. Concluiu com a afirmação de que só em Deus o intelecto é essência; nas demais criaturas dotadas de intelecto, ele é potência do que conhece.

5º Passo: *Análise das sentenças propostas anteriormente com aprofundamento em seu significado.* Destacam-se os pontos positivos e rejeitam-se os pontos inadmissíveis.

Tomás de Aquino relaciona as análises das sentenças de opiniões contrárias ao assunto. É possível identificá-las pela expressão: “Quanto ao 1º” e prossegue ordenando em sequência até a última análise da última opinião contrária.

Conforme mostramos na análise do artigo 1 da Questão 79 da *Suma Teológica*, Tomás de Aquino agiu com rigor científico, com postura dialética, considerou as proposições favoráveis e contrárias, extraindo das últimas o que considerou verdadeiro. De nosso ponto de vista, essa é mais uma possibilidade de ensinar, reconhecendo o valor de todo pensamento, ainda que inadmissível. Contudo, ao rejeitar algumas proposições, não deixou sem o esclarecimento que a Escolástica exigia: a verdade. Precisamos lembrar que a verdade para os homens do medievo está inserida em um contexto histórico próprio do século XIII.

Podemos considerar, ainda, que o tema estudado na *Questão 79 da Suma Teológica* - as potências intelectivas – traz à baila o aprofundamento acerca do ato intelectual que é exclusividade do homem. Nessa questão, Tomás de Aquino explicou princípios, como a *sindérese* e a ação da consciência, ambos presentes no ato de inteligir, ação exclusiva do homem. A análise dos aspectos filosóficos, psicológicos e antropológicos da *Questão 79 da Suma Teológica* será apresentada na seção 4, quando, tratando do ensino de Tomás de Aquino e do desenvolvimento da consciência como elemento necessário à civilidade, interpretaremos suas respostas para tentar demonstrar que seu ensino preparava os alunos tanto para as atividades inerentes ao homem natural quanto para as pertinentes ao homem espiritual.

Reiteramos nosso pressuposto de que, em seu ofício de ensinar, Tomás de Aquino agiu intencionalmente para provocar o desenvolvimento dos alunos. Por meio do método da *quaestio disputata*, cujo início já era a condução da reflexão acerca de uma problemática, ele fomentava o trabalho intelectual de seus alunos. À medida que o debate acontecia, os alunos mobilizavam uma série de habilidades até alcançar a resposta. São essas habilidades do raciocínio empreendido para conhecer ou alcançar o conhecimento sensível que pretendemos analisar e verificar se correspondem ou não às fases do ato intelectual.

Provavelmente, Tomás de Aquino tinha a intenção de levar seus alunos à repetição de determinadas ações, que, estando em potência, viriam a ato e se transformariam em um certo modo de agir, coerente com a necessidade do projeto de civilização que se apresentava no século XIII.

Contudo, não bastava a transformação da atitude; era necessário que os novos atos fossem interiorizados para que os alunos se tornassem virtuosos. Inspirado pela filosofia aristotélica, Tomás de Aquino argumentava que o homem era um ser político e alcançaria a felicidade somente vivendo em sociedade. Dito de outro modo, não bastava reconhecer-se como um ser pensante e capaz de perceber e acompanhar a própria operação intelectual, o que correspondia a um agir direcionado pela razão; era preciso também agir racionalmente e eticamente, ou seja, agir para que houvesse uma relação saudável entre as necessidades individuais e coletivas.

Nessa perspectiva, Tomás de Aquino apontou as virtudes como ordenadoras do bem agir. Por isso, para analisar a correspondência entre ensino, intelecto e civilidade, é imprescindível refletir acerca da virtude (potência) como definidora dos atos humanos, especialmente da virtude da prudência, denominada pelo mestre de Aquino como a rainha das virtudes cardeais. Por que a prudência? Porque a virtuosidade da prudência consiste em agir corajosamente com certa clarividência dos efeitos das ações, porque essa é uma virtude do contingente, do dia a dia, das ações práticas, sendo, portanto, indispensável ao homem consciente e ao agente de seu grupo social.

Consideremos, em primeiro lugar, que o próprio Tomás de Aquino dispensou o lugar mais digno à virtude da prudência; em segundo, que o significado da palavra prudência e de cardeal (prudência, *prudens*, que vem de *porro uidens* – ‘ver longe’; ‘cardeal’, de origem latina, *cardus*, gonzo, eixo em torno do qual se abre a porta. Assim, nosso entendimento é que não podemos abdicar da prudência, pois isso significaria “perder o eixo, o gonzo, tornar-se desengonçado existencialmente! Abdicar da *Prudentia* é abdicar da realidade[...] (LAUAND, *s/d*).

3 O ENSINO EM TOMÁS DE AQUINO, O INTELLECTO E A FORMAÇÃO HUMANA: A VIRTUDE DA PRUDÊNCIA, O CONSELHO E A CIVILIDADE

Nesta seção, a análise será direcionada para a relação entre o ensino de Tomás de Aquino, a natureza do homem, o intelecto e a virtude da prudência nos atos humanos vinculados ao conceito de civilidade. Importa salientar que Tomás de Aquino ensinava a seus alunos conhecimentos necessários à vida cotidiana, à vida em sociedade, o que significava, para um futuro pregador, levar a palavra de boa nova e de conversão, a palavra da doutrina cristã, a toda a sociedade do século XIII, dos mais nobres aos mais necessitados. Podemos, assim, verificar a capacidade dos frades dominicanos para abarcar a quase totalidade do grupo social como um meio de renovação da mentalidade do coletivo, os primeiros passos para uma reordenação no projeto de civilidade. Podemos compreender também que o mestre Tomás ensinava ao espírito, ou seja, tocava a potência intelectual de seus alunos por meio de sinais (instrumentos utilizados pelo mestre para apontar aos alunos o caminho do conhecimento) advindos também de potencialidade intelectual. Em suma, podemos pensar na aproximação de alma ou intelecto de mestre e aluno.

Tal aproximação se realizava por meio da linguagem, um dos sinais que o mestre utiliza para iluminar o caminho de seu discípulo até o conhecimento da verdade. Ou seja, a linguagem, carregada da força viva das palavras pronunciadas pelo mestre, toca, por suas vibrações de sentimento e pensamento, as impressões ainda indefinidas do aluno, iluminando-as e imprimindo sentido ao que se apresenta desconexo. É nesse sentido que, para Tomás de Aquino, o mestre ilumina /ensina o discípulo: uma vez que provoca o desenvolvimento das potencialidades intelectivas, tem a oportunidade de eduzi-lo à apreensão do conhecimento.

Reiteramos que não basta ter acesso ao conhecimento; o discípulo necessita interiorizar os saberes de tal modo que se tornem ações, que apareçam no fazer-se humano do cotidiano da vida, onde o individual se entrelaça ao social, transformando-se mutuamente.

Nessa perspectiva, pensar o homem na interação com a realidade contingente, dinâmica, diversa, é entender que não podemos definir modos de agir específicos, mas, conforme o mestre Tomás indica, podemos nos valer de uma espécie de arte de bem conduzir; é entender também uma virtude que não pode ser reduzida nem à ciência nem à arte: a prudência (TOMAS DE AQUINO, *ST.*, II^a-II^a, q. 47-56). Para as reflexões acerca da virtude supramencionada utilizamos a *Suma Teológica II^a II^a – Tratado da Prudência* e o *Comentário da Ética a Nicômaco*, ambos de autoria de Tomás de Aquino.

3.1 O Ensino em Tomás de Aquino: a natureza humana, o intelecto e a civilidade

3.1.1 Homem: a união intrínseca entre a alma e o corpo

Tomás de Aquino, um intelectual, pesquisador, com firme formação científica por ser pertencente à Ordem Dominicana, interessou-se pelo pensamento lógico de Aristóteles e, unindo-o aos próprios estudos clássicos em teologia e filosofia, reelaborou o pensamento cristão no século XIII cumprindo coerentemente sua expressão escolástica de comunicar o conhecimento ao mundo. Conciliando o estudo da fé e da razão para explicar o homem, o mundo e as relações do homem com o mundo, tornou a união da alma e do corpo o ponto central de sua filosofia da educação. A tese fundamental de sua antropologia é *anima forma corporis*, a profunda unidade no homem entre espírito e matéria: a alma é a forma substancial em intrínseca união com a matéria (LAUAND, 2013).

Em outros termos, ele define o homem total como intrínseca união entre espírito e matéria, pois a alma é forma, co-princípio em união com a matéria. Tomás de Aquino aceita tão completamente o corpo como integrante essencial da realidade do ser humano e essa união se projeta até na operação espiritual, que é o conhecimento intelectual. (AMEAL, 1937)

Ao tratar do primeiro princípio da alma dos seres vivos chamados animados e racionais, Tomás de Aquino esclarece que essa distinção a respeito da alma humana é da operação intelectual. Considerando sua singularidade, por ser pensante e ter existência própria, ele afirma que a alma humana, chamada de mente ou de intelecto, é incorpórea e subsistente, ou seja, é uma substância independente da matéria para existir, não é corruptível, é imortal.

Teologicamente, Chesterton (2015) apresenta-nos a reflexão de que, com a defesa da unidade da alma e do corpo, Tomás de Aquino valoriza dois dogmas da Igreja: a encarnação do Verbo Divino em Cristo e a Ressurreição do Corpo, pois apresenta a imagem de um Deus que se tornou humano, que redimiu a matéria da corrupção pela sublimação do espírito. A concepção acerca da dimensão totalizante do homem é explicada por Chesterton (2015) nos seguintes termos: “[...] se deteve tenazmente no fato de que o corpo de um homem é seu corpo e sua mente é sua mente; e que ele pode apenas ser o equilíbrio e a união dos dois” (CHESTERTON, 2015, p. 34). Dessa explicação, podemos depreender que o homem concebido por Tomás de Aquino representa o elo que liga a dimensão material à dimensão espiritual.

No artigo 4 da *Questão 75* da primeira parte da *Suma Teológica*, a indagação é: *A alma é o homem?* O mestre de Aquino responde que o homem é um conjunto composto, formado de corpo e alma:

RESPONDO: que a alma seja o homem, pode-se entender de duas maneiras:

1. Que o homem é a alma, mas que este homem não o é, pois é o composto de alma e de corpo. [...] Assim, como é da razão deste homem ter esta alma, estas carnes e estes ossos, assim, também é da razão de homem ter alma, carnes e ossos. Isso porque pertence à substância da espécie ter o que é comum à substância de todos os indivíduos contidos naquela espécie. [...]
2. O homem não é só alma, mas é algo composto de alma e corpo. O homem é uma alma que se serve do corpo (TOMAS DE AQUINO, S.T. q.75, a. 4.r.).

Ao observar o movimento externo do corpo do homem, Tomás de Aquino o percebe como gesto da alma, o que significa que a alma necessita do corpo para conseguir o seu fim, é pelo corpo que ela adquire a perfeição no conhecimento e na virtude. Na obra *Suma contra os gentios*, ele explicita como o homem conhece:

Com efeito, o nosso conhecimento intelectual tem seu ponto de partida nos sentidos corporais, de tal modo que tudo o que não cai sob o domínio dos sentidos não pode ser apreendido pela inteligência humana, a não ser na medida em que os objetos sensíveis (acessíveis ao sentido) permitam deduzir a existência de tais coisas. Ora os objetos sensíveis não podem conduzir a nossa inteligência a enxergar neles aquilo que constitui a substância divina, pois se verifica uma diferença de nível entre os efeitos e o poder da nossa inteligência a certo conhecimento de Deus, até o ponto de conhecermos que ele existe, e mesmo até conhecermos tudo o que se deve atribuir ao primeiro princípio (TOMÁS DE AQUINO, *Suma contra os gentios*, p. 141).

Tomás de Aquino afirma que é necessário ao homem conhecer por meio dos objetos sensíveis, ou seja, por meio dos sentidos externos. Essa potência, os outros animais irracionais também possuem, no entanto, pela razão, o homem transcende essa condição e atinge o modo de conhecer pelo intelecto.

O princípio de todo conhecimento que a inteligência pode conseguir acerca de uma coisa é o conhecimento da substância desta coisa, visto que, segundo o ensinamento do filósofo, o princípio de demonstração é aquilo que a coisa é. Por conseguinte, a maneira pela qual a substância da coisa é apreendida pela inteligência comandará necessariamente a maneira pela qual se conhecerá tudo quanto diz respeito a esta coisa (TOMAS DE AQUINO, C.G, p. 141.)

Para Tomás de Aquino, dando-nos o intelecto, Deus nos deu sua Luz. Afirma ele que só podemos chegar às ideias mais abstratas e às considerações mais espirituais por meio da realidade sensível, material, concreta. Na defesa do uso da inteligência humana para conhecer, ele renovou uma concepção agostiniana que prevalecia até seus dias: a de o homem conhecia por iluminação divina; a cada elaboração intelectual, Deus iluminava a mente do homem. Santin (2018) explica as concepções aristotélicas nas quais Tomás de Aquino se fundamentou para reelaborar a concepção de homem:

A teoria realista do conhecimento de Aristóteles conferia à razão natural a possibilidade de um conhecimento positivo da natureza e garantia que toda operação

sensória tinha, por base, o mundo material e sensorial. O inteligível, em vez de ser transcendente às coisas, como pensava Platão (428-347 a.c.), é o elemento constituinte da realidade, envolvido no devir sensível. O seu objeto não era mais o mundo das ideias, dos arquétipos separados das coisas, mas o ser na medida em que é ser (SANTIN, 2018, p.134).

Das palavras do autor, podemos depreender que o mundo sensorial é resgatado de sua condição de inferioridade em relação à dimensão abstrata ou mundo das ideias. Tal concepção recoloca o corpo na posição de valor imprescindível no processo de aquisição do conhecimento, que é a condição para o homem ascender do material ao espiritual. O mundo concreto, a realidade, nesse sentido, é valorizado e necessário à evolução material (corpo) e espiritual (mente) do homem. Ao valorizar a capacidade do homem enquanto ser que pensa e pode conhecer infinitamente, a filosofia cristã repensa em termos aristotélicos e aponta uma nova perspectiva antropológica, diferente do platonismo¹⁶. O homem é visto como um ser totalizante, isto é, é composto de espírito e matéria, em união intrínseca, e necessita do contato com o mundo real por meio dos sentidos, para aprender.

Ao reinterpretar as questões teológicas sob a luz do intelecto, em contrapartida às concepções platônicas, Tomás de Aquino (1224/1225-1274) desenvolveu uma ética profissional que o tornou referencial em seu ofício de ensinar e, ultrapassando os limites de ensino da Universidade, como mendicante dominicano, levou a palavra sagrada aos povos do medievo. Esta palavra tinha muito mais do que uma função comunicativa: trazia em seu âmago a força viva da interação entre o sentimento e a ação humana, ou, dito de outro modo, uma palavra geradora de sentido ou que possibilitava a percepção da realidade.

Tomás de Aquino ensina que é pelo intelecto (mente, alma) que o homem pensa e conhece, porém, para conhecer pela alma, ele necessita do corpo: “[...] o homem não é só alma, mas é algo composto de alma e corpo” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I^a II^a q. 75, a.4). É nessa interação que se realiza a completude do homem, um “eu” que se dá mediante a união do corpo e da alma.

¹⁶ A concepção filosófica que explicava o homem e sua realidade na Idade Média era baseada nas ideias dos primeiros helenistas convertidos ao cristianismo. Os chamados pais, padres da Igreja (Justino, Tertuliano, Clemente de Alexandria, Orígenes, Gregório de Nazianzo, Basílio e Gregório de Nissa, Agostinho), filósofos helenistas convertidos ao cristianismo fundamentados nos princípios da filosofia de Platão. O platonismo, segundo o Dicionário de Filosofia, de Nicola Abbagnano (2007), na primeira das teses apresentadas no verbete, significa: “1 A doutrina das idéias, segundo a qual são objetos do conhecimento científico entidades ou valores que têm um *status* diferente do das coisas naturais, caracterizando-se pela unidade e pela imutabilidade (v. IDÉIA). Com base nesta doutrina, o conhecimento sensível, que tem por objeto as coisas na sua multiplicidade e mutabilidade, não têm o mínimo valor de verdade e podem apenas obstar a aquisição do conhecimento autêntico” (ABBAGNANO, 2007, p. 776).

Suas reflexões filosóficas e teológicas evidenciam uma nova perspectiva: o homem passa a ser entendido como um ser capaz de aprender por meio de sua atuação no mundo concreto, intermediado pelos sentidos, movido pela vontade e pela razão. Ao apresentar-nos esse pensamento, Tomás de Aquino humaniza o divino, trazendo-o para perto dos homens, e diviniza o homem, colocando-o como copartícipe na transformação do mundo e na condução de seu destino (OLIVEIRA, 2012). Quanto a nós, analisando a formação do homem de uma perspectiva integral, somos convidados a refletir a respeito dos atos humanos e a compreender seu papel na sociedade tendo em vista seu livre arbítrio.

3.1.2 O intelecto ou inteligência humana: capacidade para conhecer da forma à essência

A inteligência humana, cuja função natural é ordenar para compreender, submete a aglomeração das sensações e das imagens que capta do objeto a ser conhecido a uma série de noções fundamentais. Sem dúvida, a inteligência humana recebe dos sentidos os primeiros elementos, mas sua natureza lhe impõe a tarefa de selecionar, de catalogar aquilo que lhe é fornecido de maneira tumultuada e arbitrária (AMEAL, 1945).

Nesse sentido, segundo Tomás de Aquino, o ato de inteligir inicia-se como uma espécie de confusão, uma vez que o homem não apreende o ser em sua totalidade: pelos sentidos externos, entra em contato com a imagem ou forma do objeto e dessa imagem obtém uma compreensão geral. Após esse conhecimento generalizado, inicia-se um processo de identificação das partes do objeto, seguido de vários passos, em uma sequência ordenada, até atingir o conceito, a abstração da forma captada em uma ideia a ser realizada, concretizada no verbo, na palavra, na linguagem. João Ameal (1945) explica esse procedimento:

Primeiro, vê o todo depois seleciona as partes. Não se contenta, pois, com os dados imediatos que os sentidos lhe oferecem. Orientada para o absoluto, sequiosa de ultrapassar as aparências quer ir mais longe. Em tudo quanto à sua volta a solicita, a inteligência descobre por abstração uma constante irreduzível: a presença do ser. Eis o que lhe aparece como base do conhecimento: a existência do ser. Esse conhecimento encontra-se na origem do homem. (AMEAL, 1945. p.306)

Tomás defende a ideia de que, quando Deus criou o homem, engendrou os primeiros princípios no intelecto. Por isso, o homem pode conhecer infinitamente, conhecer tudo quanto existe. A certeza inicial imposta à atividade intelectual é a de que o universo existe; por consequência, para conhecer e interpretar sua existência, cabe à inteligência humana legitimá-lo. Desse modo, Tomás de Aquino fundamenta suas teses na existência real do mundo: este não é uma alucinação criada pelo homem subjetivo, existir é condição do ser e a inteligência humana

pode conhecer o mundo em sua realidade, indo além dos acontecimentos concretos da vida cotidiana da vida humana até alcançar a substância essencial do ser, ou seja, a quiddidade¹⁷.

Vimos, pois, que a inteligência reconhece como noção primordial a ideia do ser. Tudo quanto se apresenta perante ela existe ou pode existir. De fato, a cada passo surgem novos modos e novos aspectos de existência; entidades variam, nascem, morrem, lutam entre si, excluem-se ou se aliam. Apenas o ser permanece, embora manifestado por formas diversificadas. Conhecemos aquilo que existe na medida em que existe, já que o não ser escapa inteiramente às nossas faculdades. Assim, o intelecto do homem procede a partir do mundo exterior porque o conhecimento é acessado por meio dos sentidos, porque entende ou porque há intelecção com imagens sensíveis, denominadas por Aquino de fantasmas.

É próprio da inteligência humana conhecer. Para tanto, esta se subordina a alguns princípios supremos que não admitem contestação porque resumem as leis gerais intrínsecas de seu funcionamento. Tomás de Aquino sintetiza essa premissa ao afirmar que o homem sabe que pensa porque pensa. É o próprio ato de reflexão que demonstra ao homem a existência do intelecto e de sua capacidade de elaborar conhecimento acerca do mundo real. João Ameal (1945) afirma:

A inteligência humana subordina-se a alguns princípios supremos, que não admitem contestação porque resumem as leis gerais, intrínsecas do seu funcionamento. São os primeiros princípios: negados ou abolidos eles, a inteligência não seria capaz de exercer a sua missão própria. À esses primeiros princípios - indemonstráveis porque evidentes, toda a demonstração os implica e subentende - serve de alicerce o de não contradição que se enuncia de várias maneiras: o ser exclui o não ser; uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto; é impossível que uma coisa seja e não seja. Se se contesta isto, nenhum raciocínio será viável - será sequer, formulável. (AMEAL, 1945, p.239-240).

Esse autor nos direciona ao entendimento de que o homem já nasce com os primeiros princípios, não sendo possível duvidar de sua existência: toda demonstração para provar sua existência implica tê-los como ponto inicial do argumento. Entretanto, Tomás de Aquino elabora uma argumentação para dirimir qualquer possibilidade de dúvida e, utilizando-se da teoria da não contradição, afirma que um ser não pode existir e não existir ao mesmo tempo.

A existência do ser, portanto, base da tese tomasiana, coloca o homem no centro do debate. Por meio do intelecto, o homem está hierarquicamente acima dos outros animais porque possui a condição de entender, de conhecer. Tomás afirma que é próprio do homem agir em

¹⁷ Segundo o dicionário de Filosofia, de Nicola Abbagnano *Quiddidade* significa (lat. *Quidditas*: in. *Qukkitiv*. fr. *Quiddité*, ai. *Quiddicit*; it. *Quiddità*). Termo introduzido pelas traduções latinas feitas no séc. XII (do árabe) a partir das obras de Aristóteles;. Esse termo significa essência necessária (substancial) ou substância..

vista do fim e que ele se diferencia dos outros animais exatamente porque exerce domínio sobre suas ações pela razão e pela vontade. O homem possui livre-arbítrio, que é a faculdade da vontade e da razão. Ressalva Tomás de Aquino: “[...] são propriamente ditas humanas as ações que procedem da vontade deliberada. Se outras ações, porém, são próprias do homem, poderão ser chamadas ações do homem, mas não são propriamente ações humanas, pois não são dos homens enquanto homem” (TOMAS DE AQUINO. *ST. Iª IIª q. 1*)

Quando se dispôs a estudá-lo, em virtude unicamente de sua natureza, o autor dispensou um lugar central para o homem. O ato de pensar, em si, que tem início em uma percepção de individualidade e autonomia, é também uma experiência de liberdade que reverbera no entorno social e exige novos rearranjos e contornos da sociedade. São mudanças de atitudes, construções e práticas de hábitos necessários a um novo projeto de civilidade.

Podemos considerar que o ensino em Tomás de Aquino é intencionalmente dirigido para o desenvolvimento da capacidade intelectual de seus alunos/discípulos, levando-os ao entendimento de que o homem age por vontade e razão, sendo, portanto, senhor de seus atos. Dessa perspectiva, o mestre atua de forma direta na transformação da percepção de seus alunos/discípulos sobre si mesmos e sobre o mundo.

Há uma reciprocidade de sentidos da realidade entre o mestre que ensina e o discípulo que aprende; tal reciprocidade abre espaço para o saber do mestre, enquanto possibilidade de visualização da realidade, para o aluno, é mais clara e perceptível em suas representações. Essa linguagem representativa fala diretamente ao intelecto, que reelabora as informações e constrói outra realidade, agora ressignificada. (LAUNAD, *s/d*; PICHLER, 2009).

Com efeito, ao assimilar o conhecimento, o intelecto ressignifica a realidade, reelabora os saberes de modo mais objetivo e simples e, assim, torna a visão da realidade cada vez mais clara, mais fácil de compreender e, por isso, mais favorável a uma vida pautada na civilidade. Para tanto, o homem deve ter consciência de seu agir, ser virtuoso, guiar-se pela razão, ordenadamente, pois a ordem da razão requer que tudo se dirija convenientemente a seu fim. Assim, não há “pecado” se, pela razão, o homem se vale das coisas, no modo e na ordem convenientes, de acordo com o fim para que existem, se esse fim for bom (LAUAND, 2004, p. 106). Nos termos de Tomás de Aquino, pecado é o que tira o homem do seu ordenamento natural. É nesse sentido que vinculamos o sentido de civilidade ao ensino de Tomás de Aquino e ao desenvolvimento do intelecto ao qual ele se dirige: é necessário o agir humano para a realização dinâmica da sociedade.

A ação humana é um tema que também recebe a atenção de Tomás de Aquino na *Suma Teológica*. Na parte denominada *Atos humanos*, estes são classificados em duas dimensões

distintas: a voluntária, obra da vontade livre e a sensível, relacionada às paixões. A vontade, considerada como o apetite humano, tem como objeto o bem universal e a potência intelectual da alma; pela inteligência, a vontade busca a verdade universal. As potências superiores são a razão e a vontade.

O mestre Tomás concebe o homem como imagem e semelhança de Deus, porque, sendo cristão, reconhece que Deus é o criador de todas as criaturas. Entretanto, concede ao homem um lugar especial na hierarquia de seres: “[...] o homem é feito à imagem e semelhança de Deus por seu livre-arbítrio, o qual lhe confere o domínio dos seus atos, o poder de agir por si mesmo” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I., *I^a-II^a*, Int.). O agir por si mesmo significa agir sob o domínio do intelecto, porque os atos humanos são os que procedem das faculdades verdadeiramente próprias do homem: sua razão e sua vontade. Porém, para que ocorram em virtude da ordem, da intenção e da execução para um fim, essas faculdades devem ser esclarecidas pela inteligência. O fim supremo dessa busca é a bem-aventurança, cuja definição é a felicidade; esta, por sua vez, é a ação que procede da virtude perfeita ou a alegria que provém da verdade, segundo os princípios cristãos (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, 2002).

Reiteramos que Tomás de Aquino ensinava com o propósito de fomentar o desenvolvimento das capacidades intelectuais de seus alunos /discípulos, de modo que suas ações procedessem da vontade deliberada, ou seja, que a razão imperasse sobre os atos. No opúsculo *De malo, os sete pecados capitais*, ele evidencia que o pecado nos atos humanos é o que contraria a ordem da razão e considera que o intelecto pode ser, então, condição de civilidade pois, tendo consciência de sua natureza, o homem poderá, por vontade e razão próprias, agir para um bem, que, no caso do homem, é a felicidade.

3.2 O ensino em Tomás de Aquino e a virtude da prudência: o conselho e as ações direcionadas à civilidade no século XIII

O estudo das obras tomasianas revelou que, em sua concepção, o homem se constitui na união de intelecto e corpo, o que o diferencia dos demais animais. Nessa concepção, o homem é um ser capaz de agir deliberadamente pelo esclarecimento da inteligência e de argumentar, pensar, pesquisar, enfim, de lançar mão da razão para explicar suas questões. (ARNO DAL RI JÚNIOR, 2005).

Nesta parte da tese, procuramos refletir sobre o ensino em Tomás de Aquino, considerando sua relação com a virtude da prudência e o aconselhamento como um ato da razão.

O objetivo é analisar a condução do ensino em Tomás de Aquino e sua intencionalidade de formar uma mentalidade de homem virtuoso que, assim, teria condições para guiar seus atos pela inteligência e pela vontade, premissa para a (trans) formação do homem por meio de uma educação pautada nos princípios da ética e da moral.

Tomás de Aquino se dedica a explicitar os princípios éticos e morais necessários à formação humana, por entender que é bom que o homem aja com razão e vontade, principalmente que sua ação seja direcionada ao bem de todos. Ele apresenta a virtuosidade como condição para o equilíbrio entre a individualidade e a coletividade humana, seguindo a filosofia de Aristóteles, que entende a virtuosidade como a capacidade de encontrar o meio termo entre os extremos. Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (1991) assim expressa o conceito de virtude:

Por conseguinte, se as virtudes não são paixões nem faculdades, só resta uma alternativa: a de que sejam *disposições de caráter* que o torna bom e que o faz desempenhar bem a sua função. [...] Ora, a virtude diz respeito às paixões e ações em que o excesso é uma forma de erro, assim como a carência, ao passo que o meio-termo é uma forma de acerto digna de louvor; e acertar e ser louvado são características da virtude. Em conclusão, a virtude é uma espécie de mediania, já que, como vimos, ela põe a sua mira no meio-termo (ARISTÓTELES, 1991, p. 34-36).

Segundo Aristóteles, a virtude é a capacidade de agir no meio termo, distanciar-se do excesso e da escassez e posicionar-se entre os dois extremos. A isso podemos designar também equilíbrio. Tomás de Aquino considera as virtudes como hábitos, um estado, uma maneira de ser (ROCHA; ALBERTUNI; ESPÍNDULA, 2018). Na *Suma Teológica, Questão 55*, define virtude como hábito:

A virtude designa certa perfeição da potência. Mas a perfeição de uma coisa é considerada, principalmente, em ordem do seu fim. Ora, o fim da potência é o ato. Portanto, a potência será perfeita na medida em que é determinada por seu ato. As potências racionais próprias do homem não são determinadas a uma coisa só, antes se prestam, indeterminadamente, a muitas coisas. Ora, é pelos hábitos que elas se determinam aos atos. Por isso as virtudes humanas são hábitos (TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, I seção, II parte, q. 55, a.1).

Conforme definida por Tomás de Aquino, a virtude consiste em hábitos, sendo pelas virtudes que a alma determina seus atos. Ele não se refere ao mérito do hábito, se é bom ou não, somente pondera que os hábitos são costumes e determinam os atos. Buscando em Aristóteles mais uma fundamentação, demonstra a definição de hábito como uma certa disposição de agir para o bem ou para o mal.

O filósofo define o hábito como uma disposição segundo a qual alguém se dispõe para o bem ou para o mal, e, no livro II da *Ética*, diz que é segundo os hábitos que nos comportamos em relação com as paixões, bem ou mal. Quando, pois, é um modo em harmonia com a natureza da coisa, então tem a razão de bem; e quando em desarmonia, tem a razão de mal (TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, I seção, II parte, q. 49 a. 2).

Tomás de Aquino não determina que o homem aja de um modo ou de outro, deixando evidente que, em seu entendimento, é a liberdade e a escolha do homem que definem a ação a ser realizada. Não determina nem induz que os homens ajam de uma ou de outra maneira, porém não se omite a respeito do que considera ser mais adequado para uma vida social mais harmônica e justa. Na própria *Suma Teológica*, apresenta o Tratado sobre a Prudência, que é, segundo o pensamento de Tomás, a razão governativa de si mesmo.

Ao comentar a *Ética* de Aristóteles, explicita a necessidade de se desenvolver o hábito desde a mais tenra idade, pois, ao desenvolvê-lo, o homem adquire a virtude moral que se externalizará em ações, nas práticas cotidianas, em suas relações humanas. Assim, ele adverte e ensina que as virtudes morais se produzem em nós pelo costume, não são inatas.

Nesse sentido, virtudes morais precisam ser ensinadas e aprendidas. À medida que agimos com disciplina e persistência na repetição de atitudes, com inteligência de vontade, os desejos e as paixões são dominados pela luz da razão, transformam-se em hábitos que, ao ser externados nas ações humanas, revelam as virtudes morais do caráter do homem.

Operando o que é justo ou moderado, os homens se tornam justos ou moderados; somente a prática de ações justas torna o homem justo. Só há prudência naquele homem que age segundo as virtudes morais; por isso, essa virtude cardeal é considerada por Tomás de Aquino a principal entre as virtudes cardeais e, em uma ordem superior, a mãe das virtudes. (LAUAND, 2014).

Com base no diálogo antropológico com a obra do Aquinate abordado por Lauand (2014), podemos pensar sobre as questões existenciais dos homens do século XIII e as do nosso tempo. Não estamos propondo que conceitos e diretrizes tomasianos sejam adotados em nossos tempos; porém, consideramos que a essência humana dos homens da Idade Média é a mesma dos homens da atualidade e, por isso, podemos aprender com eles princípios éticos e morais apropriados ao comportamento individual e social.

A história social torna possível essa conversa: “se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. Nesse sentido, possibilita vislumbrar as memórias” (HALBWACHS, 2003, p. 29). Vale salientar, dessas ponderações, que olhar para o

passado é possível, já que temos a dimensão investigativa da História, que se interessa pelas práticas nas quais os homens vivenciam suas verdades e suas lutas (LE GOFF, 2013). Nesse sentido, a memória é um instrumento que permite o entendimento da relação passado/presente, uma vez que a educação, enquanto ato, precisa ensinar no presente as possibilidades para o futuro, tendo o passado como fundamento de aprendizagem sobre as ações humanas e a construção da sociedade.

É válido ponderar que, quando buscamos na memória conhecimentos acerca das ações humanas do passado, podemos compreender como um bem aconselhar-se acerca do que lhe é próprio e útil não em relação aos seus interesses particulares, mas acerca das coisas que são boas e úteis para que toda a vida humana seja boa (TOMÁS DE AQUINO, s/d). Nessa perspectiva, pensar nos dias de hoje na virtude da prudência em Tomás de Aquino exige a observação do significado que a palavra tinha na Idade Média e a que tem nos dias hodiernos. Lauand (2014) assim nos alerta sobre tais modificações:

[...] *prudentia* é uma daquelas tantas palavras fundamentais que sofreram desastrosas transformações semânticas com o passar do tempo. A proximidade entre a nossa língua e o latim de Tomás não nos deve enganar: ocorre, como dizíamos, um conhecido fenômeno de alteração do sentido das palavras que se manifesta muitas vezes quando lemos um autor de outra época. Então só alteração: como mostra C.S. Lewis, dá-se frequentemente, sobretudo no campo da ética, uma autêntica inversão de polaridade: aquela palavra que originalmente designava uma qualidade positiva esvazia-se de seu sentido inicial ou passa até a designar uma qualidade negativa. [...] Se hoje a palavra *prudência* tornou-se aquela cautela da indecisão (em cima do muro), em Tomás de Aquino, ao contrário, *prudentia* expressa exatamente o oposto: é a arte de decidir corretamente, isto é, com base não em interesses oportunistas, não em sentimentos piegas, não em impulsos, não em temores, não em preconceitos etc., mas, unicamente, com base na *realidade*, em virtude do límpido conhecimento do ser. É esse conhecimento do ser que é significado pela palavra *ratio* na definição de *prudentia: recta ratio agibilium*, “reta razão aplicada ao agir”, como repete, uma e outra vez, Tomás (LAUAND, 2014, p. IX-X).

Observamos, na leitura do excerto, que o verdadeiro significado de prudência não tem correspondência com a ideia de acovardamento diante da necessidade de decidir. Tomás de Aquino atribui à prudência o sentido de cuidado de conhecer e educar cada sujeito em seu dever, de discernir as etapas de crescimento ou os sinais de regressão, comparar os estados interiores onde isso for possível. (TOMÁS DE AQUINO, *S.T. IIª IIª, pro.*)

O ensino em Tomás de Aquino é dedicado ao aprimoramento das capacidades humanas, o que implica a necessidade de desenvolver o intelecto em sincronia com as virtudes morais, com a intenção de preparar os alunos/discípulos para o dever da sociedade do século XIII. Nesse sentido, a prudência pertence às ações projetadas para o futuro. Jean Lauand (2014) explicita:

Afirmar a *prudentia* é afirmar que cada pessoa é a protagonista de sua vida, só ela é responsável, em suas decisões livres, por encontrar os meios de atingir seu fim: a sua realização. Esses meios não são determináveis a priori; pertencem, pelo contrário, ao âmbito do contingente, do particular, do incerto, do futuro e, necessariamente, a *prudentia* se faz acompanhar da insegurança, da necessária insegurança que se faz presente em toda vida autenticamente humana (LAUAND, 2014, int. XVIII).

O autor esclarece que Tomás de Aquino apresenta um conhecimento relevante para o medievo quando define o homem como capaz de ensinar e aprender e destaca a essência humana em sua individualidade concreta e os princípios individuais como diretriz para a própria capacidade de se autogovernar para o bem coletivo. Não ser prudente, nesse contexto, significa ser incapaz de decidir com a reta razão para um reto fim, tornando-se dependente de outras instâncias, como a Igreja, o Estado e a Escola, para lhe direcionar a vida (LAUAND, 2014).

Tomás de Aquino destaca três atos que a prudência comporta: “[...] aconselhar, que diz respeito à descoberta, pois aconselhar é inquirir; o segundo ato é julgar, avaliar o que se descobriu, [...] terceiro ato, que é comandar: aplicar ao agir o que foi aconselhado e julgado” (TOMÁS DE AQUINO *ST*, 2017, II^a- II^a, q. 47, a. 8). Podemos inferir que, ao ensinar, Tomás é prudente, uma vez que suas ações educativas têm como fim conduzir seus alunos/discípulos ao desenvolvimento dos bons hábitos e das virtudes morais. Além disso, ele atribui ao ensino a importância de se colocar em prática o conhecimento adquirido, pois afirma que não é suficiente ao homem somente saber fazer: é preciso querer fazer e fazer bem.

No artigo 15, o autor indaga *Se a prudência existe em nós por natureza*. (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, IIa Iae, q. 47, a.11) e, encaminhando o debate, afirma que parece que a prudência existe em nós por natureza. Mencionando três elementos argumentativos que parecem concordar com o ponto inicial, continua com uma contraposição clara:

Mas, *em contrário*, o Filósofo diz, a virtude intelectual tem a sua origem e o seu aumento sobretudo na instrução: por isso, precisa da experiência e do tempo. Ora, a prudência é uma virtude intelectual, como já se estabeleceu. Logo, a prudência não existe em nós por natureza, mas, pela instrução e pela experiência (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, IIa Iae, q. 47, a.11).

Em sua contra-argumentação, Tomás de Aquino (1224/1225-1274) afirma que a virtude intelectual aumenta à medida que o ser humano aprende, na instrução. Para se instruir, o homem necessita de tempo e de experiência.

Nas questões desenvolvidas na *Suma*, ele apresenta as articulações necessárias para responder aos problemas debatidos na ambiência dos mestres, sobre os quais não se tinha um acordo. Como um estrutura de texto dialético, cujo modelo segue um confronto de posições, que denominamos de contra- argumentação, ele apresenta uma resposta e, como solução, afirma

que o homem necessita vivenciar situações de convívio com outros homens, isto é, conhecer pelas experiências ou instrução para adquirir a prudência, uma vez que esta é virtude intelectual.

Vejamos suas palavras:

Quanto pois ao conhecimento desses princípios, a prudência é da mesma natureza que a ciência especulativa. Pois, os primeiros princípios universais de uma e de outra são naturalmente conhecidos, como resulta do que já dissemos. Salvo que os princípios gerais da prudência são mais conaturais ao homem; pois, como diz o Filósofo, a vida especulativa é melhor que a vida puramente humana. Mas os outros princípios universais posteriores, quer da razão especulativa, quer da prática, não os conhecemos por natureza, mas descobrindo-os por via da experiência ou da instrução. Quanto, porém, ao conhecimento particular daquilo que constitui o objeto da ação, de novo, é mister distinguir. Porque a ação tem por objeto o fim ou os meios. - Ora, os fins retos da vida humana são determinados. Por isso, podemos ter inclinação natural para esses fins; assim, como já dissemos, certos homens têm disposição natural para determinadas virtudes, o que os faz inclinarem-se para fins retos; e por consequência também fazem um juízo naturalmente reto sobre esses fins. - Ao contrário, os meios, nas coisas humanas, não são particularizados, mas diversificam-se de muitas maneiras, conforme a diversidade das pessoas e dos negócios. Por onde, sendo a inclinação da natureza sempre para um objeto determinado, o conhecimento dos meios o homem não pode tê-lo naturalmente, embora, por disposição natural, um seja mais apto que outro para discerni-los, como também se dá com as conclusões das ciências especulativas. - Ora, a prudência, não tendo por objeto os fins, mas os meios, como já estabelecemos, ela não é, portanto, natural (TOMÁS DE AQUINO, *S.T.*, II^a II^a, q. 47, a. 15).

Observa-se, também, que ter certa inclinação natural para os fins retos da vida não significa que a prudência seja natural ao homem. Há diferenciações também nos graus de inclinação de cada indivíduo para os fins da vida, bem como para as virtudes, porém, como a prudência é uma virtude que pertence à dimensão da prática, da ação humana, da reta razão no agir, ela precisa ser adquirida. Por isso, pode ser ensinada e o aprendizado se dará conforme a condição de cada pessoa, pela capacidade de discernimento individual.

Pensar o papel da prudência no conjunto da vida moral, portanto, é refletir sobre a lógica dos atos humanos na construção de uma sociedade que produza o bem-estar para o todo. A virtude da prudência, nessa perspectiva, assume sua definição precisa quando se vincula ao domínio do conhecimento e, mais precisamente, do conhecimento racional, já que é uma atividade de previsão e implica um confronto de dados (NASCIMENTO, 1993). A prudência, a única das virtudes morais a apresentar um caráter explicitamente racional, ou mesmo intelectual, permite ao homem ver a realidade, discernir, em meio às inúmeras turbulências da vida social, o que o destrói ou edifica e, feita a eleição, cumprir a segunda parte: transformar a realidade vista em decisão de ação.

Se o homem é um composto de alma e corpo, que age deliberadamente pela razão, então é capaz de aprender a ser virtuoso e agir bem em determinada direção. A prudência é, pois, a

virtude intelectual da boa decisão. Tomás de Aquino também ressalta que, para uma ação virtuosa da prudência, é imperiosa a retidão da vontade. Não basta apenas considerar uma ação que direciona ao bem se, internamente, o que elege aquela ação não é reto. Percebemos, assim, que agir retamente, conforme a razão, perpassa a vontade sincera de querer o bem para toda a coletividade. A prudência, sendo do domínio da razão prática, conduz a deliberação do que o homem deve fazer em vista de um certo fim e como o homem almeja alcançar o fim último, que é a felicidade, ou sua realização, o que ele só consegue se unido a outros homens no processo de ensinar e aprender.

Desse modo, as decisões precisam ser tomadas com o fim de alcançar o homem, seus objetivos. Nesse aspecto, Tomás de Aquino faz uma reflexão acerca da necessidade do bom aconselhamento, que orienta como devemos agir para obter algum fim. Explica que é um parecer ponderado que o homem deve apresentar primeiramente para si mesmo, aconselhando a si próprio, antes de aconselhar outros (LAUNAD, 2015; TOMÁS DE AQUINO, *ST*, 2017).

Ao comentar *Ética a Nicômaco*, ele se dedica a explicar o modo como acontece o ato intelectual, cuja intencionalidade parece-nos ser a aquisição de consciência acerca de como o homem decide. À medida que consiga pensar em suas ações exatamente quando opera, por meio da consciência, em uma das fases da intelecção, o indivíduo pode frear alguma ação julgada desagradável ao homem e ao meio social. Assim, ao iniciar o processo de intelecção destinado a uma decisão ou à realização de uma ação, o homem alcança o momento da eleição, o desejo das coisas que estão em seu poder, proveniente do conselho; a eleição é ato do apetiteracional, que é dito vontade.

A vontade está no campo do gênero voluntário; quem decide se age ou não é o próprio homem, sem influência de forças externas. Ele age porque é sua vontade fazê-lo; é o conselho que guiará essa eleição voluntária, porque ele se ordena à operação, à prática. Quanto à ordem, o conselho precede a eleição; só quando algo já está determinado pelo conselho é feita a sua eleição. Desse modo, o aconselhamento acontece antes da eleição, antes que a vontade se torne ação, que se realize e se concretize nos atos humanos.

Nesta tese, destacamos o conselho como um aspecto imprescindível para o agir consciente do homem porque é no momento do conselho que se procede à eleição da continuidade ou não de determinado ato. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o ensino em Tomás de Aquino destinava-se a tornar elucidativo esse procedimento do ato intelectual, para que os seus alunos/discípulos agissem pré-aconselhados e soubessem eleger a melhor ação ou seja, agir com consciência e decididos a transformar a realidade.

Pensar o papel da prudência no conjunto da vida moral, portanto, é refletir sobre a lógica dos atos humanos na construção de uma sociedade que produza o bem-estar para o todo. A virtude da prudência, nessa perspectiva, sendo vinculada ao conhecimento racional, permite ações de previsão e, como está no domínio da razão prática, conduz à deliberação de uma reorganização do meio social. Ao agir com prudência, os homens encontram o equilíbrio em suas ações, a ponto de se tornar homens necessários ao seu tempo.

É importante destacar que o agir voluntário e prudente apresentava-se como uma condição para que os homens do medievo reordenassem seu espaço de relação social e estabelecessem novos comportamentos diante das novas necessidades sociais. Era uma possibilidade de elaborar um novo projeto de civilidade para o século XIII.

No processo de reordenamento do espaço citadino, a reflexão acerca de um novo projeto de humanização ou de civilização passava, necessariamente, pela capacidade dos alunos/discípulos do mestre Tomás para agir guiados pela luz do intelecto. Ao valorizar o ensino em dupla dimensão (com a doutrina aprende-se mais a verdade; o costume/cultura ensinapadrões sociais que se convertem em natureza), Tomás de Aquino demonstrou que a educação pode ser um instrumento capaz de promover o desenvolvimento de um novo projeto de civilidade, pois é esse o diferencial dos homens; é pela civilidade que se instala o progresso, a evolução humana.

É importante compreender o conceito de civilização e seus desdobramentos na construção das identidades dos povos, pois isso favorece a percepção das transformações históricas que o homem realizou em cada tempo, para harmonizar as novas necessidades individuais e coletivas.

Buscamos orientação conceitual sobre civilidade nos estudos de François Guizot (1907), historiador francês que aborda essa mudança na relação entre indivíduo e relações sociais. Guizot (1907) explica que há um sentido popular e natural da palavra civilização vinculado ao sentido de progresso e continua:

[...] é o fato do progresso, do desenvolvimento: a ideia d'um povo caminhando não para mudar de lugar, mas para mudar de estado, d'um povo cujas condições se desenvolvem e melhoram. Parece-me que a ideia fundamental contida na palavra civilização é a idéia de progresso, de desenvolvimento da sociedade propriamente dita, das relações dos homens entre si.

Essa mudança a que o autor faz referência é a da mentalidade que se desenvolve lentamente nas estruturas profundas do ordenamento social, como já mencionado nessa tese, no tempo de longa duração. No entanto, Guizot (1907) destaca um aspecto importante nesse

processo civilizador que é a necessidade de tanto o indivíduo quanto a sociedade se desenvolverem juntos para um equilíbrio no grupo social. Vejamos.

Tal é com efeito a idéia que primeiro concebe o espírito quando se pronuncia a palavra civilização; acode logo à mente a extensão, a máxima actividade e a melhor organização das relações sociaes; por um lado, a sociedade adquirindo augmento de força e de prosperidade; pelo outro esta força e esta prosperidade mais equitativamente repartidas entre os indivíduos. (GUIZOT, 1907, p.36, Tomo 1)

Porém, o sentido de civilização vai além da vida social, atinge também o desenvolvimento da vida individual, da vida interna, dos sentimentos, das faculdades, das ideias, enfim, da mentalidade do homem. A civilização, assim, manifesta-se por dois aspectos: o desenvolvimento da atividade social e o da atividade individual, o progresso das sociedades e da humanidade. É um processo de duplo sentido, haja vista que homem e relações sociais são inseparáveis, ambos se constroem e são construídos nessa relação intrínseca.

Guizot (1907) também evidencia a civilidade na expansão dos conhecimentos científicos e filosóficos, mesmo em condições de desorganização social.

Todas as vezes que as condições externas do homem se desenvolverem, se verificarem, melhorarem; todas as vezes que a natureza íntima do homem se apresentar com brilho e com grandeza, ainda que às vezes, a par d'estes factos, ainda que profunda imperfeição social, o gênero humano reconhece e proclama que existe alli a civilização. (GUIZOT, 1907, p.39, v.1)

É interessante reiterar que o desenvolvimento individual ou social acontece em meio a crises e que tal progresso conduz ao aperfeiçoamento da vida social, ao desenvolvimento da sociedade propriamente dita, das relações dos homens. Desse modo, dois elementos da civilização estão intimamente ligados e nascem um do outro. O primeiro, quando o homem, por seus atos, influencia o meio externo.

Os homens ao se alterarem, alteram por seus atos a face do mundo, basta que no homem aconteça uma alteração moral, que ele adquira uma idéia, uma virtude, uma faculdade a mais, quando se desenvolve individualmente ele quer transmitir o seu conhecimento e sentimento ao mundo exterior, fazer predominar fora de si mesmo a alteração, o melhoramento que n'elle se realizou.[...] não foi outra a força que dirigiu e impeliu os grandes homens, que, depois de se mudarem a si próprios, alteram por seus atos a face do mundo.(GUIZOT, 1907, p.44)

Nesse aspecto, ao socializar seu conhecimento, à medida que demonstra melhoria de vida com a apropriação e a aplicação do novo saber, o homem consegue agir na vida de outros homens.

Quando a mudança acontece externamente ao homem, ele percebe os bons exemplos e o bem-estar que estes promovem e decide adotar tais comportamentos, modificando-se interiormente.

A mudança externa, assim, realiza a revolução, ficam mais igualmente repartidos os direitos e os deveres; apresenta-se mais puro e mais bello o espectáculo do mundo, melhoram na prática os governos, aperfeiçoam-se as relações entre os homens. [...] tudo quanto se alega acerca da autoridade dos exemplos, dos hábitos, dos bons modelos, funda-se exclusivamente sobre a convicção de que um facto exterior quando é bom, racional, bem regulado, produz mais cedo ou mais tarde, mais ou menos completamente um facto interno da natureza e com o mérito; que sendo o mundo mais bem regulado e mais justo, é o homem mais justo também; [...] (GUIZOT, 1097, p.44-45)

Baseando-nos nessas considerações a respeito do conceito de civilidade e civilização, podemos destacar que Tomás de Aquino foi um líder importante para a Idade Média porque apresentou novas formas internas de perceber o mundo, novos sentimentos, novas percepções, que iam contra a brutalidade dos sentimentos dos homens da época. Com sua mudança interna, ele quis ensinar ao mundo externo, a todos os homens, para que pudessem agir no estabelecimento dos direitos e deveres, no equilíbrio entre os governantes e a população, já que considerava que a civilidade poderia acontecer a partir dos indivíduos para o coletivo, dos homens para a sociedade. O progresso social consiste justamente em substituir, por um lado, as vontades particulares pelos poderes públicos e, por outro, a resistência individual pela resistência legal. É esse o principal motivo da civilização: o aperfeiçoamento da ordem social.

Como podemos perceber, as mudanças que ocorrem em uma determinada sociedade constroem a mentalidade coletiva que guia os comportamentos e modos de ser dessa sociedade; constroem as concepções socialmente convencionadas como as mais adequadas ao processo de reorganização social.

Quanto a isso, o ensino em Tomás de Aquino se apresentava como uma oportunidade de desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico dos alunos, por meio do que eles poderiam perceber as concepções e os valores necessários para estruturar a nova sociedade e agir na adoção dos princípios éticos morais do novo processo de civilidade do século XIII.

As mudanças nas estruturas políticas e históricas das sociedades do século XIII levaram à reorganização social, constituíram o processo civilizador dos homens e mulheres daquele tempo. Em outros termos, os eventos sociais, políticos, culturais, econômicos, intelectuais, movendo-se em conjunto, deram origem a novas exigências civilizatórias para o devir, modificando a união dos elementos que compõem a vida humana.

A construção da mentalidade social que leva os homens a se movimentar em direção à evolução pode ser considerada o centro mais importante do processo de ensino aprendizagem, pois é o campo de maior resistência às transformações. Ao expressar seu pensamento acerca do movimento do pensamento coletivo da sociedade, Guizot (1907) afirma que esse “é o oceano d’onde emana a riqueza d’um povo, e em cujo seio encontram todos os elementos da vida d’esse povo, todas as forças da sua existência” (GUIZOT, 1907, p. 30).

Referindo-se à história da Idade Média para explicar a formação da civilização europeia, Guizot (1907) destaca a ligação dos diversos estados pelos quais passou a sociedade com o desenvolvimento da civilização. Isso nos leva a pensar que, no contexto do século XIII, o ensino realizado por Tomás de Aquino contribuiu para trazer à baila, no ambiente das universidades, reflexões sobre conhecimentos que precisariam ser esmiuçados, aprendidos e incorporados pelos homens medievais do século XIII, principalmente na formação da mentalidade coletiva de sua sociedade.

4 TOMÁS DE AQUINO E O ENSINO: *QUESTÃO 79 DA SUMA TEOLÓGICA*, CONSCIÊNCIA E PROJETO DE CIVILIDADE PARA O SÉCULO XIII

Nesta seção, apresentamos nossas reflexões sobre a *Questão 79* da *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. Ressaltando as aproximações entre as respostas dos artigos analisados e a Escolástica, temos como objetivo de mostrar que, com seu ensino, Tomás de Aquino tinha a intencionalidade de desenvolver a capacidade intelectual dos alunos/discípulos para uma transformação em suas vidas e, conseqüentemente, no espaço social do século XIII.

O homem que age com razão e deliberadamente para um bem - e que seja agradável, porque virtuoso - é capaz de transformar o processo de civilidade da sociedade. Podemos afirmar, portanto, que o intelecto é condição de civilidade. Como já mencionamos, aqueles eram tempos novos, de desenvolvimento da vida cidadina, de novas mentalidades: tudo isso exigia novos comportamentos para o quadro sociocultural que então se apresentava.

Constatamos que o ensino de Tomás de Aquino proporcionou a seus alunos/discípulos uma educação que lhes permitia pensar ações no presente e para o futuro, ou seja, a consciência é a demonstração da capacidade dos alunos/discípulos para apreender os conhecimentos compartilhados pelo mestre de Aquino e torná-los ato. O próprio mestre Tomás afirmava que não havia serventia na aquisição do conhecimento se ele não se evidenciava em ato.

Ao ensinar, ele se dedicava a explicar conceitos, destrinchar as palavras e aprofundar o exame dos seus significados, oportunizando o exercício da lógica e da interpretação. Um exemplo desse procedimento encontra-se na obra *De malo*, na parte referente aos *sete pecados capitais*, na qual, tratando do pecado da vaidade, ele estabeleceu uma comparação entre as palavras glória e vanglória. Em suas palavras: “Para a discussão desta questão é necessário primeiramente examinar o que é glória e, em seguida, a vaidade, isto é, a vanglória [glória vã], para, finalmente, verificar se a vaidade é pecado.” (LAUAND, 2004, p.82) É interessante considerar que Tomás de Aquino se vale do sentido etimológico da palavra para esclarecer aos seus alunos /discípulos que a busca do significado pode ser o início para se entender a questão em discussão.

Recorrendo às autoridades da Igreja, como Agostinho e Ambrósio, para explicar três sentidos atribuídos à glória e à vanglória, ele conclui que é natural ao homem tender ao conhecimento da verdade, pois, por esse conhecimento, seu intelecto se aperfeiçoa, mas salienta que não tender a uma certa vaidade e querer que seu bem seja conhecido, exceto quando seja útil a algum fim e de preferência ao conhecimento, é tender à glória de Deus.

Seu pensamento autêntico influenciou outros intelectuais, dando início a uma reforma científico-filosófica e, por que não dizer, teológica, pois agiu com espírito crítico em face das modificações das obras de Aristóteles, que foram incorporadas ao patrimônio acadêmico. Não podemos nos esquecer de que as universidades, em sua maioria, tinham como professores os teólogos da igreja.

4.1 O homem e as capacidades intelectivas da alma

Tomás de Aquino afirma o homem total, valorizando-o como ser que aprende. É nessa premissa que se encontra a potencialidade de transformação humana que seu ensino foi capaz de promover. A confiança na capacidade intelectual do homem para conhecer e a valorização da união de espírito e matéria, ou seja, do homem em sua totalidade, resultam na possibilidade de transformação da realidade humana, do mundo. A evolução do ser humano como animal político está intimamente relacionada à capacidade de adequar a natureza às suas necessidades sociais, culturais, políticas e intelectuais.

Nesse sentido, faremos algumas considerações acerca das potências da alma, primeiro de modo abrangente e, depois, de modo mais particularizado, abordando a *Questão 79* da *Suma Teológica* e focalizando importância da ação consciente do homem.

Tomás de Aquino, baseando-se na filosofia aristotélica, desenvolveu elaborações acerca da natureza corporal do homem, que está submetida à alma, sendo matéria e instrumento. Explica ele que há, pois, uma operação da alma que ultrapassa a natureza corporal: a operação da *alma racional*. Com isso, ele conseguiu defender suas convicções cristãs teológicas contra a influência árabe e judaica (AMEAL, 1945).

Convém salientar que a questão da natureza do homem já era tema bastante debatido no século XIII, remontava há muito tempo e antecedeu Tomás de Aquino. Em razão disso, faremos algumas reflexões sobre Platão e de Aristóteles, visto que esses filósofos estavam mais próximos de Tomás de Aquino e influenciaram o pensamento e a doutrina cristãos.

Platão e Aristóteles tinham concepções diferentes da natureza do homem. Ao tratar da psicologia tomista, Gardeil (s/d) comenta:

Para Platão, ao contrário, não somente a inteligência se manifesta como uma potência original, mas ainda se deve afirmar que é, em sua atividade, absolutamente independente de todo órgão corporal; de onde se segue que os dados desta faculdade procedem de uma fonte transcendente, pois o incorpóreo não pode ser afetado pelo corpóreo (GARDEIL, s/d, p. 436).

A interpretação desse autor nos leva a inferir que Platão acreditava que a alma era a essência do ser humano e que a união da alma com o corpo não era necessária, pois o corpo era considerado uma prisão para a alma. Para Aristóteles, o ser humano é essencialmente um conjunto substancial de natureza e racionalidade. Em Gardeil (*s/d*), também buscamos os fundamentos da concepção aristotélica sobre a alma:

[...] admite Aristóteles que a inteligência é diferente dos sentidos, que as operações da parte sensível da alma são causadas pela impressão dos corpos externos, é preciso dizer para serem produzidas, o concurso simultâneo das sensações, nas quais estas operações encontram seu dado, e o concurso de uma potência espiritual ativa, o intelecto agente que tem por função abstrair do sensível o inteligível que, naquele, estava contido em potência (GARDEIL, *s/d*, p. 502).

Em Aristóteles, a alma se une ao corpo em dois princípios inseparáveis: matéria e forma. A matéria é indeterminada e a forma é determinada e determinante; a alma é a forma do corpo do homem, é princípio da vida e possui a razão como virtude fundamental, reúne funções diferentes: vegetativa (das plantas); sensitiva (dos animais); e intelectiva (dos homens). A característica que diferencia o homem dos demais animais é a racionalidade. Além disso, Aristóteles considerava fundamental ao ser humano viver em sociedade e participar das decisões na *pólis*, já que seria um ser social e político por natureza.

Gardeil (*s/d*) explica que a tese central da psicologia, ou antropologia aristotélica, é aquela na qual as relações das duas grandes realidades que nos constituem são determinadas: a alma é a forma do corpo e o comportamento do homem disso depende inteiramente.

Fundamentando-se em Aristóteles e em Santo Agostinho, São Tomás afirma que o homem é um ser composto de substância espiritual e corporal, as quais se encontram em união intrínseca. A Questão 76 da *Suma Teológica*, Art. 1, contém a seguinte resposta: “Não resta, portanto, senão o modo de Aristóteles: “Esse homem conhece porque o princípio intelectivo é sua forma”.

Em suas obras de Teologia, Tomás de Aquino, embora seguindo pela mesma vida do estagirita e sendo-lhe fiel em seus comentários, apresentou o homem em seu conjunto. Em vez de considerá-lo somente um aglomerado de elementos físicos do cosmo, mais um corpo entre outros corpos, apresenta-o como uma criatura composta de um corpo e de uma alma vinda diretamente de Deus. Essa composição constitui nosso objeto principal.

Ao discutir o intelecto, contrariamente aos seus predecessores, ele não se dedica à separação ou à universalidade da faculdade de pensar, mas une-a estreitamente ao corpo humano, por meio da forma. Sua afirmativa de que a alma é integrante de todo e qualquer

homem singularmente considerado, não significa que a ciência, que deverá ser sempre universal, lhe seria vedada.

Nessa perspectiva, Tomás de Aquino não apresentou uma interpretação nova, já que se fundamentou em Aristóteles, mas referiu-se a dois aspectos importantes. O primeiro é o da teoria hilmórfica de que a qual a alma humana é a forma do corpo, sua energia interna, e está indissolúvelmente ligada ao corpo, o que diferencia Aristóteles de Platão. O outro é o da aceitação de que só há a ciência do universal, isto é, o resultado do conhecido porque é algo que todos os homens podem conhecer.

Para ele, o intelecto é a forma da matéria, da qual, indiretamente ou por intermédio da alma, faz parte. O intelecto é separável porque não é corpóreo, mas é uma faculdade da alma que é ato de um corpo. Nessa definição, ele segue o mesmo método estagirita: caminha do que é mais evidente para nós, os efeitos, até o que menos conhecemos, a causa. Para ele, a alma é o princípio de todas as operações vitais: sensação, movimento local, repouso, nutrição, crescimento, intelecção [...] dizem respeito à alma. (CARVALHO, 1999)

Ao estudar *De anima*, de Aristóteles, Aquino parte do mundo físico, mostra os corpos vivos e destaca a notável propriedade de se mover a si mesmo. A seguir, estuda suas atividades, desde as mais humildes até uma atividade superior, o pensamento, que é absolutamente independente da matéria e que nos abre acesso a outro mundo, o mundo espiritual. O espírito, com efeito, está ligado à matéria, o psíquico ao físico; a vida da alma repercute nos comportamentos corporais e pode ser considerada sob este prisma (GARDEIL, s/d)

A respeito da alma humana, ele caracteriza três potências ou faculdades da alma: a vegetativa (nutrição, crescimento e de geração), a sensitiva (sensações, paixões) e a intelectual (conhecimento), explicando que o homem, por possuir a parte intelectual, possui também a vegetativa e a sensitiva. Para conhecer, o homem necessita dos sentidos. Observemos suas palavras:

[...] não é a forma que está ordenada à matéria; é antes o contrário. A partir da forma se deve compreender a razão pela qual a matéria é tal, e não inversamente. Ora, a alma intelectual está como foi estabelecido, segundo a ordem da natureza, no ínfimo grau das substâncias espirituais: pois não tem conhecimento inato da verdade, como os anjos, mas é preciso que, com a ajuda dos sentidos, ela o retira da multiplicidade das coisas, conforme as palavras de Dionísio. A natureza, no que é necessário, não falta a ninguém. Era preciso, portanto, que a alma intelectual possuísse não só o poder de conhecer, mas ainda o de sentir; e, visto que a ação do sentido não se realiza sem um órgão corporal, era necessário que a alma intelectual estivesse unida a um corpo apto a servir de órgão para os sentidos (TOMÁS DE AQUINO, S.T. Q. 76, a.5, resp.).

Ao expor seu pensamento acerca da natureza humana, ele esclareceu que a alma necessita do corpo para conhecer, que depende dos sentidos. No *Tratado do homem*, contido na *Suma Teológica*, ele fez um estudo detalhado da alma, referindo-se a sua multiplicidade de potências ou faculdades, cujo ordenamento leva à concretização do conhecimento nos atos humanos.

A essência da alma, nesse sentido, pode ser considerada como causa das potências, o que significa que estas emanam ou procedem da essência da alma. Tomás de Aquino afirma ainda que as diversas potências da alma se distinguem conforme seus atos e seus objetivos. No ordenamento das potências, destacou a potência intelectual como anterior à sensitiva e à vegetativa e, nessa explicação de como o homem conhece, concebeu o encadeamento de procedimentos que se desenvolvem no ato intelectual do homem, opondo-se, assim, à concepção de que o homem conhecia por iluminação divina.

A seguir, sintetizamos sua forma de explicar o modo de conhecer dos homens para, na sequência, comentar as particularidades da Questão 79 da *Suma Teológica*. Recorremos aos ensinamentos de Gardeil (s/d):

A primeira ideia que se pode fazer do conhecimento é a da abertura de um ser em relação aos outros. Abro os olhos e é todo um conjunto de objetos externos que se põe em comunhão comigo. Eu penso e um mundo de realidades diversas invade o campo de minha consciência. E esta extensão, esta projeção de meu ser para aquilo que não é ele, parece-me ter algo de indefinidamente renovável e de ilimitado. Vinte vezes posso contemplar o mesmo quadro e ao infinito posso olhar tantos outros. Tratando-se do conhecimento intelectual, nada do que existe parece escapar às presas de minha percepção: sim, todo o ser é pensável, isto é, inteligível. É diante de semelhantes constatações que se situará e se compreenderá a fórmula, tão frequentemente repetida no peripatetismo, que a alma pelo conhecimento é, de certo modo, todas as coisas, sensíveis e inteligíveis. (GARDEIL, s/d, p. XX).

Inicialmente, esse autor afirma que conhecer é abrir-se em relação a outro ser, ter a capacidade de perceber a diversidade de formas existentes a nossa volta. Isso está de acordo com o pensamento do mestre Tomás de que a capacidade de assimilar o conhecimento distingue os que conhecem dos que não conhecem:

[...] devemos considerar que os seres dotados de Conhecimento distinguem-se dos que não o são, no sentido em que estes têm apenas a sua forma própria, ao passo que àqueles é natural. Podem conter em si também a forma de outro ser, pois, a espécie do objeto conhecido está no cognoscente. Por onde é manifesto que a natureza do ser que não conhece é mais restrita e limitada ao passo que a dos que são dotados de conhecimento tem maior amplitude e extensão e por isso diz o Filósofo no III De anima que a alma é de certo modo tudo (TOMÁS DE AQUINO S.T.).

Tendo explicado que o processo de conhecimento se faz com as coisas que se conhece, ou seja, que há certa identificação do sujeito com o objeto, acrescentou "que a alma é, em um sentido, todas as coisas" (III, c. 8, 431 b 21). Ressalvou que não quis dizer que os elementos do objeto a ser conhecido estejam integrando o ser que conhece, mas que essa semelhança ocorre por representação. Segundo Gardeil (*s/d*), os elementos não estão por si nos sentidos, mas somente por suas representações.

Tomás de Aquino explicou que, na continuidade do ato de conhecer, a identificação do sentido e do objeto se encontra nos diversos graus dos seres dotados de conhecimento; o intelecto humano conhece ao perceber as semelhanças do objeto e, após estabelecer a relação de semelhança, apreende a essência do objeto, ou quiddidade das coisas sensíveis, ou seja, o objeto próprio da inteligência.

Tomás de Aquino explicou ainda que o que foi denominado de intencionalidade difere da intenção voluntária: no processo de conhecimento significa ter o objetivo de conhecer. Após as imagens da representação, percebidas pelos cinco sentidos, o *sensus communis* - sentido interno –, centro ou base dos sentidos externos, acolhe as informações, unificando-as em uma única imagem. Após essa fase, a imaginação recebe e conserva as impressões sensíveis, que são transmitidas pelo *sensus communis* que, a esse título, é uma espécie de memória, segundo reproduz, na ausência do objeto, as impressões.

Tomás de Aquino se opõe à ideia de que o ato de conhecer é fruto da iluminação e destaca a capacidade do intelecto humano para pensar. É por esse teor, ou seja, raciocinando, que o ser humano se aproxima da iluminação. O ato mais significativo no processo de conhecimento humano está representado na afirmação de Tomás de Aquino: “nossa alma reflete sobre si, tomando-se a si mesma como objeto; indiretamente em nosso estado atual de vida, mas diretamente quando separada do corpo”.

Para ele, é sempre a própria alma, em sua estrutura profunda, que se procura conhecer. O espírito, com efeito, está aliado à matéria, o psíquico ao físico; a vida da alma repercute nos comportamentos corporais e pode ser considerada desse prisma. O homem é concebido, portanto, em seu conjunto, corpo e alma divina. Salientamos que, embora tenha se dedicado a comentar as obras de Aristóteles, o autor não se limitou a reproduzir seus conhecimentos. Como teólogo, utilizou a psicologia aristotélica, mas aperfeiçoou-a para seu próprio fim, que era ensinar a doutrina cristã na universidade.

Segundo ele, a inteligência tem primazia no homem somente com a vida intelectual, no plano da vida propriamente humana; a inteligência tem por objeto o universal, enquanto o sentido atinge somente o singular. Some-se a isso sua afirmação de que a inteligência é superior

à vontade: ele ensina com objetivo de conduzir seus alunos/discípulos à aprendizagem, para dominar a vontade e assim favorecer a civilidade

Fica evidente que, para Tomás de Aquino, o procedimento distintivo do homem é a reflexão, a capacidade que a alma tem de olhar para si e apreender o mais profundo de que precisa para alcançar o conhecimento. Dito de outro modo, o homem precisa conhecer e agir com razão para decidir e a ação intelectual só será ato se o homem exercer a ação de olhar para si, para conhecer de modo consciente, sabendo o que está fazendo: agir com reta razão e pela reta ação. Ele ensinava pela Escolástica, cuja originalidade era possibilitar o raciocínio e o olhar para si. O processo metodológico da Escolástica era o olhar para si, o que equivale ao ato reflexivo da alma.

O autor assegurava que só conhecemos nosso intelecto porque temos a percepção de nosso ato de intelecção, o que equivale a dizer que o homem pesquisa seu próprio modo de pensar de si, que a alma espiritual é inteligível e que está evidentemente presente em si mesma enquanto inteligente. No entanto, as necessidades preliminares do conhecimento abstrativo colocam obstáculos à realização atual, imediata e permanente desse estado latente de conhecimento de si. (GARDEIL, *s/d*).

Tomás de Aquino sugere que o conhecimento atual, embora só relativo à existência e não à essência da alma, está no prolongamento do conhecimento habitual. A alma intelectual conhece a si mesma pelo fato de nela existir o que é preciso para que possa passar ao ato de se conhecer atualmente, percebendo que existe. Assim, a estrutura profunda da alma intelectual encontra-se de certo modo velada: só a sua existência pode ser diretamente captada. Temos consciência de pensar ou querer, mas as naturezas da inteligência e da vontade, como a da alma, permanecem escondidas dela própria. Os atos da inteligência e da vontade estão presentes em nossa alma espiritual, mas os dos sentidos, não. Ao mesmo tempo, Tomás de Aquino reconhece que nossa capacidade de percepção é um princípio de nossa vida sensitiva.

Com efeito, na *Suma Teológica*, ele afirma que, segundo os graus dos seres vivos, os modos de vida são distintos. Há seres vivos, como as plantas, nos quais não existe senão a potência vegetativa; há outros nos quais, além da potência vegetativa, existe a sensitiva, mas não motriz - são animais imóveis, como as ostras; outros, ainda, têm a potência locomotora - são animais perfeitos, que têm necessidade de muitas coisas para viver e, portanto, devem-se mover para procurar longe o que lhes é necessário; há, enfim, outros seres vivos, nos quais, além de todas as potências mencionadas, existe a potência intelectual: os homens.

Segundo Grabmann (1944), na Idade Média, as sumas, síntese teológicas completas, sucederam as sentenças (*Sententiae*), que “indicam originariamente coleções de sentenças, de

tese, de questões e de tratados tomados aos Padres, aos teólogos, às coleções canônicas, e agrupados segundo aspectos determinados.” (GRABMANN, 1944, p.5) Vale ressaltar que as sumas começaram a ser elaboradas desde o século XII (NUNES, 2018; GILSON, 2000)

O mesmo autor ainda destaca que as sumas contêm uma exposição sistemática da teologia em seu conjunto, sendo obras mais originais do que as sentenças. As coleções tipificadas como sumas eram utilizadas para designar obras literárias, tratados de pregação, resumos de gramática e lógica, obras de moral e ascética, trabalhos litúrgicos, escritos apologeticos, e tratados gerais de filosofia.

Por volta do ano 1200, a palavra *suma* foi utilizada para designar os tratados de teologia especulativa, nos quais se expunha a teologia com o auxílio da lógica aristotélica. Segundo informa Grabmann (1944), a mais perfeita e de todas as sumas teológicas é a de S. Tomás de Aquino.

A Suma Teológica de Tomás de Aquino foi escrita para servir de livro escolar aos estudantes de teologia, mesmo que não tenha sido ensinada em sala de aula. Grabmann (1944) ressalta que, dentre as obras de Tomás de Aquino,

distinguem-se as que se originaram de sua atividade acadêmica, isto é, as que foram primeiro ensinadas na cátedra, que nasceram nas salas de aula, publicadas em seguida por êle; e as que não tiveram origem imediata em seu ensinamento teológico. Entretanto, mesmo nestas, o autor procura sobretudo instruir seus alunos; se bem que não tenham nascido da escola e na escola, são compostas para a escola. (GRABMANN, 1944, p.12)

Em algumas de suas obras, ainda que não tenham sido expostas e desenvolvidas em sua cátedra, pois são, no fundo, produções exclusivamente literárias, Tomás de Aquino não perdeu de vista as necessidades científicas de seus alunos, porque “se consagrava com toda a alma e a mais generosa predileção ao ensino acadêmico, de que tinha tão alta predileção.” (GRABMANN, 1944, p.15). Como professor de teologia, Tomás de Aquino ensinou na forma de “lições” e de “questões.” A lição é a explicação de um manual, durante o curso. Já com o título de “bacharel sentenciário” na Faculdade de Teologia de Paris, S. Tomás explicou as *Sentenças* de Pedro Lombardo; em seu curso, como mestre em Teologia, ele explicou os livros da Sagrada Escritura e, como professor ordinário de teologia, escreveu seus comentários escriturários, os quais são destacados por Grabmann (1994) como um fruto do brilhante ensino magistral.

A Suma de Tomás de Aquino inicia-se com um prólogo, o que era comum nas sumas; entretanto, escreveu-o com originalidade: seu prólogo é mais extenso, contendo abordagens mais profundas, por meio das quais expôs seu método e o caráter literário da obra.

Embora não derive das funções essenciais do ensino universitário, a *lectio* e a *quaestio*, entretanto, foram escritas para os estudantes de teologia, para a escola. A Suma de Tomás de Aquino segue uma estrutura que se assemelha ao procedimento do método escolástico de ensino. Observamos em nossa análise que ele foi coerente com a postura de um professor com intencionalidade pedagógica, ou seja, agiu conscientemente no que concerne a seu papel de professor/mestre e, assim, cumpriu com responsabilidade a missão de transformar a vida de seus alunos.

A seguir, apresentaremos a análise acerca da Questão 79 da *Suma Teológica*, relacionando o ensino em Tomás de Aquino e a Escolástica.

4.2 Análise da Questão 79: as potências intelectivas

Na Questão 79 da *Suma Teológica*, *As potências intelectivas*, Tomás de Aquino pronunciou-se sobre o intelecto humano em 13 artigos, em resposta a 13 indagações: 1) O intelecto é uma potência da alma?; 2) O intelecto é uma potência passiva?; 3) Deve-se afirmar um intelecto agente?; 4) O intelecto agente é parte da alma?; 5) O intelecto agente é um só em todos?; 6) Está a memória na parte intelectiva da alma?; 7) A memória intelectiva é uma potência distinta do intelecto?; 8) A razão é uma potência distinta do intelecto?; 9) A razão superior e a razão inferior são potências diferentes?; 10) A inteligência é uma potência distinta do intelecto?; 11) O intelecto especulativo e o intelecto prático são potências diferentes?; Artigo 12) A *sindérese* é uma potência especial distinta das outras?; 13) A consciência é uma potência? Essas indagações estão diretamente relacionadas com a capacidade de pensar.

Nosso propósito, neste item, é refletir acerca da capacidade intelectiva humana, considerando cada resposta do mestre Tomás em sua relação com a Escolástica e com as dimensões filosófica e metodológica.

Com o objetivo de analisar sua concepção de como o homem que age com razão e consciência, foram selecionados quatro dos 13 artigos mencionados: o 1º O intelecto é uma potência da alma?; o artigo 8º, A razão é uma potência diferente do intelecto?; o artigo 10º, A inteligência é uma potência diferente do intelecto?; e o artigo 13º, A consciência é uma potência da parte intelectiva? O tema desenvolvido nesses quatro artigos é a definição de intelecto humano e sua importância nos atos humanos.

Após relacionar as cinco afirmações contraditórias, Tomás responde:

RESPONDO. É necessário afirmar, em vista de tudo o que precedeu, que o intelecto é uma potência da alma, e não sua existência. Com efeito, o único princípio imediato da operação é a essência mesma do que opera, quando a própria operação é seu ser. Pois, assim como a potência está para a operação como seu ato, assim está a essência para o ser. Ora, somente em Deus conhecer é a mesma coisa que ser. Portanto, só em Deus o intelecto é a essência; nas outras criaturas dotadas de intelecto, ele é uma potência do que conhece (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I^a II^{ae} Q. 79, art. 1, resposta, ad. 4).

Tomás de Aquino inicia sua resposta com a afirmação de que o intelecto não é essência da alma e sim uma potência. Explica que somente a essência opera, ou seja, conhece imediatamente, sem precisar raciocinar e que o homem não consegue refletir e abstrair sem pensar. Somente Deus, que é essência pura, que é ser e conhecer ao mesmo tempo, opera em essência. Nesse sentido, o intelecto do homem é imperfeito.

No oitavo artigo, ao responder se a razão é uma potência diferente do intelecto, afirma o autor:

RESPONDO: a razão e o intelecto não podem ser no homem potências diferentes. É o que claramente se vê, se considerarmos o ato de uma e de outra. conhecer é simplesmente apreender a verdade inteligível. raciocinar é ir de um objeto conhecido a um outro, em vista de conhecer a verdade inteligível. [...] os homens, ao contrário, como ele mesmo dizem, chegam ao conhecimento da verdade inteligível, procedendo de um elemento a outro, e por isso, são chamados racionais. [...] o raciocínio humano procede, pelo método de pesquisa ou de invenção, de alguns conhecimentos tidos de modo absoluto, os primeiros princípios; depois pelo método de dedução, volta a esses primeiros princípios, à luz dos quais examina o que descobriu. [...] Com maior razão raciocinamos pela mesma potência. Fica claro assim que, no homem, razão e intelecto são uma mesma potência (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I^a II^{ae} Q.79, art. 8, resposta).

É importante refletir: além de afirmar que, no homem, a razão e o intelecto são uma mesma potência, o autor apresenta dois modos do procedimento do raciocínio: a pesquisa e a invenção. Com efeito, esses são os dois meios que possibilitam a transformação das ações humanas. Só consegue agir com raciocínio, com a razão, quem conhece como proceder para fazê-lo. Assim, é possível afirmar a intencionalidade de Tomás de Aquino ao ensinar seus alunos/discípulos a desenvolver a capacidade intelectual, considerando que era necessário desenvolver tal capacidade e exercitá-la. Em nosso modo de ver, era isso que ele proporcionava por meio da Escolástica.

Segue a resposta de Tomás no *artigo 10º*:

RESPONDO: O termo inteligência significa propriamente o ato mesmo do intelecto conhecer.

[...] Quanto ao 3º, deve-se dizer que todos os atos que Damasceno enumera procedem de uma só e mesma potência, a potência intelectiva. Ela, primeiro, apreende de modo absoluto algo e esse ato se chama inteligência. Depois, ordena o que ela aprendeu para conhecer ou operar alguma outra coisa, e é a intenção. Enquanto persiste na investigação daquilo que intenciona, é a reflexão. Quando examina o que refletiu em função de princípios certos, isso se chama conhecer ou saber; é a *phronesis* ou sabedoria, porque, diz o livro 1 da metafísica que é próprio da sabedoria julgar. Quando possui alguma coisa de certo, porque foi examinada, pensa na maneira de comunicá-la aos outros: e é a disposição da palavra interior, donde procede a linguagem. Assim, não é qualquer diferença dos atos que diversifica as potências, mas aquela somente que não pode ser reduzida ao mesmo princípio, como acima ficou dito (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, Iª IIª Q.79, art. 10, resposta, ad. 3).

Desde a primeira frase, o mestre de Aquino afirma que a inteligência significa o ato mesmo do intelecto. Exemplifica com diferentes termos pelos quais a palavra inteligência é denominada: nas traduções árabes, chamam-se inteligências o que os cristãos denominam anjos; nas traduções em grego, chamavam intelectos ou mentes. Complementa que a inteligência não se distingue do intelecto. Descreve, em seguida, todo o percurso do procedimento do ato intelectivo, analisando e sintetizando, além de estabelecer relações entre as fases acerca da inteligência. Nesse sentido, podemos confirmar que Tomás de Aquino reforça o caminho metodológico da Escolástica sem, contudo, se distanciar das dimensões filosófica e teológica, pois se refere às autoridades, aos filósofos e aos ensinamentos cristãos: concebe a razão e a fé em conciliação.

Quanto ao artigo 13, Tomás assim apresenta sua resposta:

RESPONDO: propriamente falando, a consciência é um ato. E isso é evidente seja em razão do nome, seja em razão daquilo que lhe é atribuído na linguagem usual. Segundo o sentido próprio da palavra, consciência implica a relação do conhecimento com alguma coisa. De fato, consciência quer dizer conhecimento com um outro. Ora a aplicação de um conhecimento a alguma coisa se realiza por meio de um ato. Logo segundo a etimologia, é evidente que a consciência é um ato (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, Iª IIª Q.79, art. 13, resposta).

Por fim, ao afirmar que a consciência é um ato, Tomás de Aquino usa um recurso semântico que, segundo nosso entendimento, é no mínimo criativo. Ao examinar a etimologia da palavra consciência, procedeu como se desvendasse um mistério - “com ciência” - em um jogo de montar e desmontar palavras. Demonstrou, desse modo, que o conhecimento pode estar nas coisas mais simples, embora só se revele aos sábios. Mais uma vez, observamos que seu procedimento no ensino está em coerência com a escolástica, uma vez que afirma que a construção do conhecimento exige o conhecimento de significado de palavras, de termos, de expressões. Esse conhecimento é elementar aos homens no desenvolvimento da capacidade

intelectiva, pois, principalmente no ato intelectual, a palavra interna se atualiza, torna-se ato, é pronunciada, concretiza-se.

Como possui vida intelectual, o homem pode determinar a finalidade de suas operações e movimentos. Com um grau supremo e perfeito de vida, que é o da vida segundo o intelecto, pois o intelecto tem a reflexão sobre si mesmo, o homem é capaz de avaliar suas ações, escolher intencionalmente como agir e, caso o resultado não seja agradável, tem condição para reordenar suas ações para, em acontecimentos futuros, obter resultado satisfatório. Essa capacidade de programar é o que se espera de um indivíduo que necessita colaborar na construção de um novo projeto de civilidade.

Ensinando com base na Escolástica, com originalidade, Tomás de Aquino possibilitou que os alunos/discípulos usassem o raciocínio, tivessem consciência da condição intelectual, olhassem para si, chegassem ao ato reflexivo da alma. Por meio da Escolástica, os alunos puderam desenvolver a capacidade crítica e reflexiva de interpretar o mundo, criassem o hábito de exercitar o raciocínio ou a intelecção, adquirissem a nova visão de mundo da conciliação entre a razão e a fé e conhecimento para explicar o mundo no qual viviam, no caso específico, o mundo do século XIII, que passava pelo processo de civilização.

Nesse sentido, podemos inferir que o mestre Tomás estabeleceu uma relação entre método (pesquisa e invenção) e a razão e o intelecto (meios de conhecimento) e nos apresenta uma possibilidade de raciocinar e chegar na condição de mover a potência até se transformar em ato intelectual. Demonstrou por meio de sua pedagogia escolástica que esse ato pode ser consciente ou não. Se consciente, pode controlar a vontade e agir para o bem comum ou seja, para a civilidade.

4.3 O ensino em Tomás de Aquino, a consciência humana e a civilidade

Estudando o pensamento de Tomás de Aquino no que concerne ao ensino, ao intelecto, à consciência e à civilidade no século XIII, podemos afirmar que, no centro de sua filosofia da educação, encontra-se a tese fundamental de sua antropologia: *anima forma corporis*, a profunda unidade entre o espírito e a matéria do homem. A alma é forma substancial, em intrínseca união com a matéria.

Retomamos aqui que Tomás de Aquino ensinava na Universidade e que os textos que produziu foram resultado dos debates nos quais tratou das questões de seu tempo, dos assuntos relacionados aos desafios enfrentados pelos homens medievais e que interessavam aos alunos/discípulos. Dentre outros relacionados ao renascimento das cidades, constam o

fortalecimento dos espaços urbanos e as transformações econômicas, sociais, políticas, intelectuais,

O estudo do intelecto se apresenta como um dos mais reivindicados nos debates ocorridos na universidade. Tomás de Aquino sustentava a concepção de que o homem possui a condição especial de pensar e de que essa atividade é própria da alma humana. Nesse sentido, ele aceitava completamente o corpo como integrante essencial da realidade do ser humano, bem como a projeção dessa união na operação espiritual, que é o conhecimento intelectual. Em sua concepção, a alma necessita do corpo para aprender a perfeição pelo conhecimento e na virtude (LAUAND, 2013)

Ao valorizar o homem e afirmar que Deus nos deu sua luz, dando-nos o intelecto, ele se contrapõe à tradição teológica da iluminação imediata da inteligência humana por Deus. Segundo ele, só podemos chegar às ideias mais abstratas e às considerações mais espirituais por meio da realidade sensível, material, concreta: “o intelecto humano, que está acoplado ao corpo, tem por objeto próprio a natureza das coisas existentes corporalmente na matéria. E mediante a natureza das coisas visíveis, ascende a algum conhecimento das invisíveis” (TOMAS DE AQUINO, *S.T. I^a.II^a.q.84, a.7*)

O pensamento de que o homem consegue conhecer, nesta vida, por comparação com as coisas sensíveis, voltando-se para o concreto, para o sensível, não só marca profundamente sua pedagogia, como também é uma chave de interpretação de todo o pensamento de Tomás de Aquino. Reiteramos que ele, como teólogo, utilizou a psicologia aristotélica, aperfeiçoou-a e, seguindo a tradição peripatética, defendeu a primazia do entendimento sobre a vontade.

Além disso, dedicando-se ao desenvolvimento da capacidade intelectual e moral de seus alunos/discípulos, ensinou-lhes os conteúdos doutrinários e atitudinais que dizem respeito à ética, à moral, ou seja, conteúdos práticos como solidariedade, honestidade, responsabilidade. Sua preocupação com a formação de pessoas reflexivas e críticas está explícita em seus comentários à *Ética a Nicômaco*, cujas reflexões acerca da condição do homem estão relacionadas às problemáticas sociais de seu tempo.

É importante salientar que ao reafirmar o pensamento aristotélico de que o homem é princípio gerador de suas ações, é autor de suas próprias ações, ele revela que acreditava na condição intelectual do homem em face da necessidade de o homem ser virtuoso e agir para o bem, em prol da coletividade. Observemos as palavras de Aristóteles, nas quais Tomás se fundamentou para elaborar as definições contidas em grande parte de seus escritos:

De fato, para cada uma das disposições individuais existem coisas belas e agradáveis e, sem dúvida, o que mais distingue o homem bom é que ele vê em todas as coisas a

verdade, existindo para elas em algum tipo de regra e de medida. Na maioria dos homens, ao contrário, o engano parece surgir por causa do prazer, pois, não sendo um bem, existe em aparência; eles também escolhem o que é agradável como sendo um bem, e evitam o que é doloroso como sendo um mal.

O fim, sendo assim objeto, e os meios para alcançar o fim, objetos de deliberação e de escolha, as ações que dizem respeito a esses meios serão voluntárias e feitas por escolha. Por consequência, a virtude também depende de nós, e igualmente também o vício. De fato, como também depende de nós agirmos, e depende também não agir, e onde depende de nós dizermos não, depende também dizermos sim; de modo que, se agir depende de nós quando a ação é boa, dependerá de nós também não agir quando a ação é vergonhosa, e depende de nós agirmos quando é boa, dependerá de nós também agir quando a ação é vergonhosa. Mas se realizar ações boas e vergonhas depende de nós, do mesmo modo também depende o não realizá-las, e se isso significa ser bons ou maus, então depende de nós sermos virtuosos ou viciosos (ARISTÓTELES, 2016, p. 66).

Podemos depreender do pensamento do filósofo que o homem pode realizar coisas boas individualmente, mas melhor é realizar para todos. Além disso, o fazer humano melhor é o que busca a verdade e o que escolhe o mais agradável. Ao declarar que ao homem compete deliberar por suas escolhas, o Aristóteles enfatiza que, se podemos escolher realizar boas ou vergonhas ações, depende de nós sermos virtuosos ou não.

Podemos relacionar esse aspecto com a preocupação de Tomás de Aquino com o ensino intencionalmente dedicado ao desenvolvimento das potências intelectivas dos seus alunos/discípulos. Salientamos que seu objetivo era ensinar aos homens do medievo ações necessárias ao novo tempo histórico no qual estavam vivendo, qual seja, o do renascimento dos espaços urbanos.

Nesse sentido, podemos afirmar que Tomás de Aquino pretendeu construir uma nova sociedade, recuperar a *polis*, o que tornava imprescindível que seus alunos/discípulos se conhecessem como seres humanos, desenvolvessem suas capacidades intelectuais, para, assim, desenvolver a consciência, agir com razão e deliberar sobre o ordenamento do novo projeto de civilidade no século XIII. O autor tinha consciência do seu tempo histórico e procurava mostrar aos alunos os caminhos para que conhecessem a realidade que os cercava para, com base nesse conhecimento, agir e tornar-se partícipes de sua comunidade.

Ao se dedicar ao estudo do ser, Tomás de Aquino o fez tanto em relação a sua origem suprema, Deus, quanto em relação ao ser e ao mundo e, ainda, entre o ser e Deus, ou seja, entre o ser criado e a fonte de que este dimana (AMEAL, 1946)

Importa-nos reiterar que, no que concerne ao conceito de civilidade, ao indivíduo e às relações sociais em uma determinada sociedade, o que o historiador François Guizot (1907) expressou em sua obra *História da Civilização na Europa*: a sociedade é sustentada por dois pilares fundamentais: os indivíduos e as relações sociais; esses fenômenos e processos sociais

não são contínuos e lineares, mas se desenvolvem ao longo da história.

Portanto, a civilidade é um processo construído conforme as necessidades dos homens em seus períodos históricos. Nossos comportamentos, sentimentos e costumes cumprem uma função social e são convencionalmente construídos, ao longo de um tempo, modelados segundo a estrutura social.

Ao ensinar, Tomás de Aquino estruturou seus conhecimentos em escritos que modificaram a mentalidade dos homens do medievo. Como já mencionado, sabemos que essa estrutura mental simbólica alcançou outros tempos muito longos, influenciando os comportamentos de gerações futuras.

Um dos exemplos é a própria *Suma Teológica*, da qual, para analisarmos a intenção educativa do mestre de Aquino e a formação dos seus alunos discípulos, retomamos a análise do artigo 13, no qual ele trata particularmente da consciência, discutindo esse termo ao analisar, interpretar, sintetizar e responder às afirmativas a favor ou contra a primeira indagação.

Ao responder que a consciência é um ato, Tomás de Aquino argumenta que o próprio termo já se explica, pois o ato/ação é a materialização do ato intelectual comandado pela razão e pela virtude. Assim, podemos dizer que a consciência é relação do conhecimento com alguma coisa ou, dito de outro modo, a consciência quer dizer conhecimento de um outro, o qual, quando aplicado, concretiza-se em ato. Assim, Tomás de Aquino ensina para a vida prática, tratando de temas de seu tempo, preparando seus alunos para atuar no contexto social do século XIII.

Nessa perspectiva, o intelecto é condição de civilidade: possibilita que o homem aja de modo virtuoso, pela razão, com ordenamento, pois a ordem da razão requer que tudo se dirija convenientemente a seu fim. Dessa forma, não há desorganização se, pela razão, o homem se vale das coisas, no modo e na ordem conveniente, de acordo com o fim para que existem, se esse fim for bom (TOMÁS DE AQUINO, *De Magistro*, 2004).

Seu propósito era que seus alunos/discípulos compreendessem exatamente como o homem pode conhecer para a formação da consciência, cuja luz clareia no homem o procedimento necessário para agir com razão e vontade deliberada e, acima de tudo, para ser virtuoso em prol da coletividade.

Convém lembrar que a *polis* se constituiu com a autonomia da palavra, das ideias, da vontade e da luta. A expressão da individualidade, por meio do debate, engendrou a política, libertando o indivíduo dos desígnios divinos, para que ele próprio pudesse tecer seu destino na fruição do comércio, no desenvolvimento tecnológico e na expansão da nova concepção científica filosófica.

A educação, levando-se em conta que o ser humano se encontra em constante devir, tem como finalidade ajudá-lo a alcançar a plenitude e a reflexão do seu ser, a atualizar as forças que tem em potência. Discutindo não como os seres são, mas como podem vir a ser, Tomás de Aquino fundamentou-se na ética e demonstrou preocupação de estudar a ação humana, tendo em vista o bem.

Para ele, o sumo bem é alcançar a felicidade, pois ela consiste na plenitude da realização humana, no desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais. Sócrates identifica a felicidade com saber e virtude e Aristóteles enfatiza a ação da vontade que, exercitada pela repetição, conduz ao hábito: só é virtuoso quem tem o hábito da virtude.

Nesse sentido, Aristóteles considera que aquilo que mais fundamentalmente caracteriza o ser humano e o distingue do animal é a capacidade de pensar e, portanto, sua perfeição encontra-se no exercício dessa atividade. Se sua virtude é viver conforme a razão, cabe a esta disciplinar os sentimentos e os instintos. Por isso, no livro *Ética a Nicômaco*, recomenda que a criança se eduque repetindo os atos da vida dos adultos, adquirindo hábitos que vão formar uma segunda natureza (ARISTÓTELES, 2016).

Por outro lado, somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos. Ao acumular e assimilar a herança cultural dos nossos antepassados, estabelecemos projetos de mudança nos espaços sociais nos quais estamos inseridos no tempo. Assim, pensar o passado é importante, porque nele se fundam nossas raízes do presente. Somos resultado desse devir, desse movimento incessante de transformação. Nossa condição humana é plasmada, estruturada no conjunto das relações sociais, sempre mutáveis; para nos compreendermos, é necessário estarmos inseridos na nossa prática social, que, por sua vez, encontra-se mergulhada em um contexto histórico-social concreto.

Para Tomás de Aquino, tal como para os homens medievais, o contexto histórico social era a cidade que renascia e se fortalecia por meio das relações econômicas, sociais, intelectuais e políticas que se produziam no centro da sociedade. Ele acreditava que o homem é um ser político e apoiava-se em Aristóteles, que, na *Ética a Nicômaco*, afirmou que a política era a ciência que se ocupava do bem supremo que o homem desejava alcançar e que seu objeto era o bem supremo da sociedade. O filósofo trata da política como a ciência mais prestigiosa, sobretudo da mais soberana arte, pois ela designa quais são as ciências necessárias nas cidades, quais delas cada cidadão deve aprender e até quando. Também afirma que até as potências de

mais alta monta sujeitam-se a ela e exemplifica com a arte da guerra, a gestão econômica e a retórica.

Sob o mesmo ponto de vista, afirma que é preferível preservar o bem da cidade mais do que o do indivíduo: se, por um lado, deve-se contentar um indivíduo, por outro, é mais belo e mais divino contentar uma nação e as cidades. Tomás de Aquino, ao escrever os comentários à *Ética* (de Aristóteles), explica com clareza o que interpretou, favorecendo que seus alunos/discípulos aprendessem com mais facilidade e apreendessem o conhecimento com a verdade. Fundamentando-se nas autoridades, ele ressaltou que tanto os populares quanto os sábios concordaram entre si ao afirmar que o sumo bem dos homens é a felicidade.

O bem perfeito deve ser suficiente não só ao homem vivendo uma vida solitária, mas também aos seus parentes, aos filhos, à esposa, aos amigos e à comunidade, porque o homem é naturalmente um animal comunitário (*animal civile*). Regulado pela razão, o desejo, como deve ser o do homem feliz, não se inquieta com coisas que, mesmo podendo ser alcançadas, não são necessárias.

Tomás ensina que o fim último do homem é a felicidade e a define como o bem supremo, que é Deus. Mas, ao mesmo tempo, entende que existe uma dimensão material e que, portanto, a felicidade consiste em agir segundo a virtude, que é fazer o certo, o bem, o ótimo sempre. Pelo conhecimento da virtude, podemos melhor considerar a felicidade.

Tomás de Aquino valoriza o ensino porque acredita que, com a doutrina, apreende-se melhor a verdade; pelo costume (cultura), adquirimos padrões sociais, que se convertem em natureza. Assim, a virtude moral não pode existir por natureza na alma (aprendemos a ser moralmente virtuosos). Operando o que é justo ou moderado, os homens se tornam justos ou moderados.

As virtudes morais não estão em nós por natureza e nem estão em nós contra a natureza, mas em nós existe uma certa aptidão natural para recebê-las, na medida em que a força apetitiva em nós é naturalmente apta a obedecer a razão. As virtudes morais são produzidas em nós pelo costume: agindo repetidas vezes segundo a razão, sua força imprime-se na força apetitiva. Essa impressão nada mais é do que a virtude moral.

Com efeito, Tomás de Aquino estabelece uma relação entre as virtudes morais e a civilidade quando afirma que “porque os legisladores, acostumando os homens pelos preceitos, pelos prêmios e pelos bens (atribuídos) às obras da virtude, os tornam virtuosos”. Assim, eles percebem a diferença entre o bem e o mal. Fica evidente que, ao tratar das ações humanas, o mestre Tomás ensina que é pela ação, pela prática, pela persistência, que nos tornamos virtuosos ou não, moralmente.

As virtudes são em nós causadas pelo costume e, como consequência, concluímos que é preciso distinguir as operações que alguém deve fazer: definir o que se deve ou não fazer, distinguir as diferenças de hábitos; começar desde a juventude a ensinar; acostumar-se a bem agir. O melhor dependerá disso em tudo, já que as coisas que em nós são impressas no princípio são mais firmemente retidas. É necessário investigar acerca das nossas operações, quais devem ser feitas ou não, pois estas têm poder e domínio para que em nós sejam gerados os hábitos do bem ou do mal.

Isto posto, podemos afirmar que Tomás de Aquino via no ensino um meio para se atingir a condição de civilidade, ou seja, de transformar os hábitos dos homens medievais, para que se tornassem virtuosos. Em seu comentário à *Ética*, ele reforça a necessidade da disciplina certa e chama atenção para o papel dos responsáveis pelas instruções dos jovens, pois estes devem ser aplaudidos quando procedem bem e repreendidos se procedem mal.

Podemos afirmar também que, ao produzir seus escritos, ele se posicionou ética e politicamente diante das circunstâncias ou transformações sociais do século XIII, utilizando-se do ensino para se expressar, explicar os temas inúmeras vezes, apresentar alternativas contrárias, esclarecê-las, desenvolver o raciocínio minucioso para demonstrar suas proposições de maneira clara para que seus alunos assimilassem e se apropriassem do conhecimento. Com o domínio do conhecimento e fortalecidos pela formação humana, eles poderiam agir com consciência e construir um novo projeto de civilidade para o século XIII.

Tomás de Aquino exortou os alunos a operar com virtude e, no que diz respeito ao intelecto, operar sabendo o que faziam e não por ignorância ou acaso; a não operar movidos por qualquer paixão, mas pela própria obra da virtude e pelo hábito; a agir com firmeza e constância consigo mesmos, sem se deixar demover por nada de externo.

Em síntese, ele teve intencionalidade pedagógica em seu ensino: preparar seus alunos/discípulos para uma vida de prática virtuosa, tanto por meio de conhecimentos teóricos quanto por meio de suas ações, ou seja, desenvolver a capacidade intelectual pautado nos princípios morais e éticos do cristianismo. Ele ensinou a seus alunos/discípulos, os futuros frades mendicantes, que lhes cabia pregar ao povo, imbuídos de conhecimento e com consciência da importância de seus atos. Ensinou-lhes que, por meio de suas ações, em vez de somente filosofar, deveriam demonstrar sua prática de pregadores, para que, por meio dos dois modos de levar a verdade aos homens do medievo – pela palavra e pela ação –, estes aprendessem a agir com razão e consciência na ordenação da civilização do século XIII e do devir humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, seres humanos, somos seres históricos: nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos tanto os problemas da vida pessoal quanto os da experiência coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e à cultura a que pertencemos.

Com esta perspectiva dedicamos nossos estudos aos homens da Idade Média, especialmente ao ensino do maior escolástico de todos os tempos, Tomás de Aquino. Partimos de nossas inquietações do presente e nos voltamos para o século XIII, procurando conhecer como os homens do medievo superaram seus desafios em uma sociedade que vivia tempos de ruptura social. Indagamos: como esses homens foram capazes de reordenar a construção de um novo projeto de civilidade?

É possível observar que, atualmente, na sociedade do século XXI, vivemos tempos de ameaças à integridade das instituições democráticas. Ideias autoritárias permeiam os espaços sociais, o que fica evidente no tensionamento entre ideologias que se polarizam diante da necessidade de buscar novos modos de ser para os homens.

Pesquisamos a intencionalidade pedagógica presente no ensino de Tomás de Aquino, mestre escolástico, teólogo e o mais reconhecido intérprete das obras aristotélicas. No século XIII, ele exerceu seu ofício de ensinar, dedicando-se à formação humana de seus alunos /discípulos bem como ao desenvolvimento das potências intelectivas, por meio do estudo do intelecto.

Concluimos que, ao desenvolver o estudo do intelecto, ele tinha consciência da importância da intencionalidade como estratégia metodológica e, com essa consciência, ele direcionou suas ações docentes à aprendizagem dos alunos. Empenhou sua ação professoral na transformação das vidas desses alunos e na transformação das instituições sociais, fomentando com novas ideias a construção de um novo projeto de civilidade para seu tempo.

Como mestre de ofício, acreditando na potencialidade de seus alunos/discípulos, por meio da Escolástica, conduziu-os ao exercício da lógica, da dialética, da interpretação, da análise, da síntese e da oratória, para citarmos algumas habilidades dessa natureza. Nesse movimento para desenvolver tais capacidades intelectivas, integrou teoria e prática no ensino das doutrinas cristãs, já conciliadas com a filosofia aristotélica, com uma originalidade que influencia intelectuais até hoje.

Ao se dedicar ao estudo e ao ensino do intelecto, ponto central de sua antropologia, como afirma Lauand (2004), colocou o homem em uma posição especial na hierarquia da criação divina: possuidor do intelecto, pode pensar e conhecer infinitamente. Definindo-o como

um ser composto da união substancial entre espírito e matéria, ressignificou o papel do corpo e do mundo real, pois, em seu entendimento, os homens, aprendem pelos sentidos e podem ascender ao conhecimento contemplativo de Deus.

O intelecto, nesse sentido, pode ser compreendido como condição de civilidade, ou seja, à medida que o homem se reconhece como um ser capaz de agir por meio de sua razão e de sua vontade deliberada, como senhor de seus atos, poderá também refletir sobre si. Essa reflexão oportuniza a percepção da realidade e de como poderá interagir com ela em prol do bem da coletividade.

Pensar as relações entre indivíduo e instituições sociais era imprescindível para o reordenamento das cidades que renasciam no século XIII e Tomás de Aquino soube apresentar-se como um líder, que, por meio de seu ofício de ensinar, possibilitou o desenvolvimento das capacidades intelectivas de seus alunos/discípulos, que, desse modo, puderam transformar-se internamente.

Retomamos neste momento, algumas considerações a respeito da importância da intencionalidade do ensino em Tomás de Aquino para o desenvolvimento integral de seus alunos/discípulos, ou seja, o desenvolvimento do corpo (ações) e da mente (ideias, conhecimento).

Em primeiro lugar, ao se dedicar à vida professoral, ele percebia, nesse ofício, a possibilidade de agir diretamente na transformação da vida dos homens do medievo por considerar que o reordenamento da sociedade, ou seja, a civilidade, podia acontecer tanto por meio das mudanças internas no indivíduo, quanto das externas, do meio. Nesse sentido, demonstrou seu comprometimento ético-político com seu grupo social e seu tempo, ao posicionar-se com firmeza e responsabilidades, como se demandava de um professor/mestre da universidade do século XIII. Agiu com originalidade e capacidade reflexiva ao organizar os conteúdos teóricos científicos, filosóficos e teológicos, tornando-os mais claros e precisos, o que favoreceu a aprendizagem tanto dos principiantes quanto dos mais antigos.

Em conformidade com as considerações já expostas, destacamos que o estudo do intelecto oportunizou aos homens do medievo de se perceberem como seres capazes de pensar e aprender. Nesse sentido, Tomás de Aquino demonstrou, por meio de seu ofício de ensinar, a importância da consciência nos atos humanos e sobretudo a necessidade de esses atos serem virtuosos. Dedicou-se de modo profundo ao estudo das virtudes, porque, em seu modo de pensar, não bastava que o homem adquirisse o conhecimento, era imprescindível que agisse guiado por seu intelecto e com razão.

Ao definir a prudência como a mãe das virtudes, Tomás explicitou que as ações prudentes tendem ao devir humano, o que permite ao homem planejar e prever seus atos. Além disso, explicou a necessidade de se atentar para o aconselhamento, já que a ação prudente deve ser pré-aconselhada. Relacionando a prudência com as escolhas do homem para agir, Tomás se refere ao julgamento que definirá se a ação é agradável ou não. Assim, o homem poderá escolher com razão e agir com consciência.

Nesse ponto, Tomás de Aquino valoriza a memória, uma vez que o ato de julgar necessita da lembrança de atos passados, se foram agradáveis ou não, para, assim, decidir como agir no presente. A memória é a ponte entre presente e passado que a história social nos orienta a cruzar para percebermos o homem em sua totalidade.

Em segundo lugar, destacamos a importância que Tomás de Aquino atribuiu à relação entre indivíduo e instituições sociais. Preocupando-se com a formação humana baseada em princípios ético-morais cristãos em conciliação com os princípios éticos aristotélicos, oportunizou o cultivo de bons sentimentos entre os homens do medievo. Além disso, demonstrou ter esses princípios em sua ação docente, agindo com afetividade e amor para com seus alunos/discípulos, revelando ter coerência entre seu discurso e sua prática e enfatizando a necessidade de o professor ser um espelho para seus alunos para que estes vissem a prática no pregador.

Essa postura assegurou-lhe autoridade e reconhecimento, tanto no que diz respeito a seus alunos/discípulos quanto a seus colegas de ofício e autoridades dos poderes religioso e temporal. Podemos concluir que Tomás de Aquino atuou na harmonização desses poderes, o que contribuiu para um redimensionamento acerca do ordenamento social necessário aos espaços urbanos que renasciam no século XIII.

Em terceiro lugar, reiteramos que os atos educativos de Tomás de Aquino expressam sua intencionalidade de educar os homens medievais para que desenvolvessem suas potencialidades intelectivas. Assim, na medida em que acreditava no homem e em sua inclinação para o bem comum, elaborou estratégias metodológicas em seu ensino, tendo em vista a reestruturação do projeto de civilidade. Nessa perspectiva, ele é um modelo de professor com o qual podemos aprender a importância de conscientizar os alunos quanto a suas capacidades intelectivas.

Evidentemente, com isso, não estamos afirmando que se deva adotar hoje a metodologia pedagógica utilizada por Tomás de Aquino na Idade Média, pois sabemos que cada civilização tem o ensino adequado ao propósito social e cultural de seu tempo. No entanto, apontamos que seu ensino é referencial para se conhecer a natureza humana e reconhecer, nessa essência

humanizadora comum a toda a humanidade, o intelecto, a potência capaz de estabelecer a dignidade humana de poder pensar, e pensar quando quiser.

Não só na Idade Média o estudo homem é importante. Conhecer a natureza humana, como o homem aprende, é essencial aos homens de todos os tempos. O ensino, no decorrer da ciência histórica, sempre cumpre o papel de transformar as ações dos seres humanos para que sejam atos virtuosos e éticos, como ensinou Tomás de Aquino.

Esperamos que o ensino de todo professor/mestre possa oportunizar a transformação da vida de seus alunos, como tivemos a condição de experienciar em nossas pesquisas para a escrita desta tese de doutoramento. Para além de um acúmulo de conhecimentos, vivenciamos a inquietude crescer interiormente em busca do agir consciente, com razão e vontade deliberada, ou seja, potencialmente como homem.

Ao retomarmos o caminho aberto pela história social, concluímos que a ciência histórica permitiu-nos interpretar o ensino em Tomás de Aquino e sua intencionalidade no estudo do intelecto como condição para a elaboração de um novo projeto de civilidade do século XIII. Retornando ao presente, ciente do nosso papel de professora, pretendemos tocar, por meio de nosso ensino, a essência humanizadora potencial em nossos alunos, tornando-nos, assim, transformadora de vidas.

REFERÊNCIAS

Fontes

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- ARISTÓTELES. **A política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2013
- TOMÁS DE AQUINO. **Sobre o ensino (de magistro) e os sete pecados capitais**. Trad. Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1, C. p. 32.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. Trad. Aimom - Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola, 2001.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. Volume II. São Paulo: Loyola, 2002.
- TOMÁS DE AQUINO. **A sindérese e a consciência**: questões disputadas sobre a Verdade, Questões 16 e 17. Trad. Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas: Ecclesiae, 2015.
- TOMÁS DE AQUINO. Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre. In: TOMÁS DE AQUINO. **Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 127-175.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma contra os gentios**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulinas; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1990. 2 v.
- TOMÁS DE AQUINO. **A unidade do intelecto contra os averroístas**. Lisboa: Edições 70, 1999.

Estudos

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- ALBERTUNI, Carlos Alberto; ESPÍNDULA, Arlei de; ROCHA, Paulo Roberto de. As virtudes no pensamento de Santo Tomás de Aquino. In: VIII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS. **Anais**. Londrina: Eduel, 2010.
- AMEAL, João. **São Tomás de Aquino**: iniciação ao estudo de sua figura e da sua obra. Porto: Tavares Martins, 1945.
- BLOCH, Marc L.B. **Apologia da história** ou O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BLOCH, Marc L.B. Introdução à História. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. 2.ed. São Paulo: Publicações Europa América, 1974.
- BOEHMER, P.; GILSON, E.. **História da filosofia cristã**. 10.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BOVETO Lais. **Hábito e subjetividade na educação**: aproximações entre Aristóteles, Tomás de Aquino e a Neurociência. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2018.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

- BURKE, Peter. A escola dos Anales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- CARVALHO, M. S de. Apresentação in Tomás de Aquino. A unidade do Intelecto contra os averroístas. Lisboa: Edições 70, 1999.
- CHESTERTON, G. K. **Santo Tomás de Aquino**. 3.ed. São Paulo: Ecclesiae, 2015.
- DE BONI, Luís Alberto. **A entrada de Aristóteles no ocidente medieval**. Porto Alegre: EST Edições: Ed. Ulisses, 2018.
- DE BONI, Luís Alberto. Entre a urbe e o orbe - o De regno no contexto do pensamento político de Tomás de Aquino. In: **De Abelardo a Lutero**: estudos sobre a filosofia prática na Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/calvario_patricia_o_governo_cidade_no_de_regno_de_tomas_de_aquino.pdf.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FEBVRE, L. **Combates pela história**. 4.ed. Lisboa: Presença Ltda, 1989.
- GARDEIL, H. D. **Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino** s/d . Disponível em: [file:///D:/Documenta%20Catolica%20Omnia/99%20-%20Provvisori/mbs%20Library/001%20-Da%20Fare/00-index.htm2006-06-01 12:18:15](file:///D:/Documenta%20Catolica%20Omnia/99%20-%20Provvisori/mbs%20Library/001%20-Da%20Fare/00-index.htm2006-06-01%2012:18:15)
Acesso em 18 nov. 2018
- GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Média**. Martins Fontes: São Paulo, 1998.
- GRABMANN, M. Martinho. **A Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino**. Introdução teórica e prática. Trad. Pe. Francisco Lage Pessôa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1944.
- GROSSO, Miguel. Breve biografia de São Tomás de Aquino. Publicação Independente, 2021.
- GUIZOT, François. **História da civilização na Europa**. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora e Oficinas Typographica e de encadernação, 1907.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- LAUAND, Luiz Jean. Introdução. In. AQUINO, Tomás de. **Sobre o ensino (De magistro)**; os sete pecados capitais. Trad. Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LAUAND, Jean Luiz. **Antropologia e formas quotidianas**: a filosofia de S. Tomás de Aquino subjacente à nossa linguagem do dia a dia. Conferência proferida na Universitat Autònoma de Barcelona, Dept. de Ciències de l'Antiguitat i de l'Etat Mitjana em 23 abril 2006. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur31/jean-cassiodoro.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.
- LAUAND, Luiz Jean. Tomás de Aquino e o papel do corpo na realização do homem. *Notandum*, São Paulo / Porto. N.25. jan-abr 2013. Disponível em: .
<http://www.hottopos.com/notand25/17-26Jean.pdf>. Acesso em 05 jul 2019.
- LAUAND, Luiz Jean. **Cultura e educação na Idade Média**. Textos do século V ao XIII. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7.ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2013.
- LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Trad. Maria Jorge Vitar de Figueiredo, Lisboa: Editorial presença, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1991. - (Universidade hoje).

LUPI, João; DAL RI JUNIOR, Arno. **Humanismo medieval: caminhos e descaminhos**. Ijuí. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2005.

NEGRI, P.S. **A intencionalidade pedagógica como estratégia de ensino mediada pelo uso das tecnologias**. Disponível em : <https://www.labted.net/single-post/2016/05/30/artigo-a-intencionalidade-pedag%C3%B3gica-como-estrat%C3%A9gia-de-ensino-mediada-pelo-uso-das-tecno> . Acesso em 30 maio 2021

MENDES, Claudinei Magno Magre. A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos. **Acta Scientiarum**. Education. Maringá, v. 33, n. 2, p. 205-209, 2011.

NASCIMENTO, Carlos Artur Ribeiro do. **Um mestre no ofício: Tomás de Aquino**. São Paulo: Paulus, 2011.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. Microbook, 2006. Disponível em <file:///D:/Documenta%20Catolica%20Omnia/99%20-%20Provvisori/mbs%20Library/001%20-Da%20Fare/00-index.htm2006-06-02 22:31:37> Acesso em 19 de maio 2019.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Kírion, 2018.

OLIVEIRA, Terezinha. **Escolástica**. São Paulo: Mandruvá, 2005.

OLIVEIRA, Terezinha. A escolástica como filosofia e método de ensino na universidade medieval: uma reflexão sobre o Mestre Tomás de Aquino. **Notandum**. Ano XVI, n.32, maio-ago. 2013.

OLIVEIRA, Terezinha. Memória de Tomás de Aquino por seus pares: a importância e o sentido de ser mestre. In: OLIVEIRA, Terezinha. (Org.) **Conhecimento e educação no medievo**. São Luiz: Editora UEMA, 2012.

OLIVEIRA, Terezinha; MENDES, Claudinei Magno Magre. Introdução. In: OLIVEIRA, Terezinha; MENDES, Claudinei Magno Magre (Orgs.). **Formação do Terceiro Estado as comunas**: coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Maringá: EDUEM, 2005.

OLIVEIRA, Terezinha. Transformações sociais e educação na antiguidade e medievalidade. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2012, Maringá. **Anais...** Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/gp/18_OLIVEIRA.pdf > Acesso em: 13 mar. 2019.

OLIVEIRA, Terezinha Considerações sobre os estudos de história da educação na antiguidade e medievo: fontes históricas. **Roteiro**, Joaçaba, v. 33, n. 2, p. 163-180, jul./dez. 2008. Disponível em: < <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/download/326/75> >. Acesso em: 10 mai.2017.

OLIVEIRA, Terezinha. Um Olhar da História da Educação no Educar Medieval: um Diálogo, um Manual e uma Imagem **Revista Internacional d'Humanitats** 16 mai-ago. CEMOrOc-Feusp / Univ. Autónoma de Barcelona: 2009. Disponível em: <http://www.hottopos.com/rih16/tere.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2017.

OLIVEIRA, Terezinha. Um estudo de virtudes sociais segundo Tomás de Aquino. **Educação e Filosofia**, 2016, 725-743. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.ISSN.0102-6801.v.29.n58a.2015.p725.a743>.

OLIVERIA, T. A universidade medieval: uma memória. **Mirabilia**. Jun-Dez, 2006. Disponível em: https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2006_05.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, T. **A Escolástica como Filosofia e Método de Ensino na Universidade Medieval**: uma reflexão sobre o Mestre Tomás de Aquino Terezinha. Notandum 32 maio-ago Universidade do Porto: CEMOOC-Feusp / IJI, 2013.

OLIVEIRA, Terezinha. Ensino e Debate na Universidade parisiense no século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio. Maringá: Eduem, 2012.

REIS, José Carlos. Escola dos Analles: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROCHA, Paulo Roberto da.; ALBERTUNI, Carlos Alberto; ESPÍNDOLA, Arlei de. **As virtudes no pensamento de santo Tomás de Aquino**. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/as_virtudes_no_pensamento_de_santo_tomas_de_aquino.pdf. Acesso em: set. 2019.

SANTIN, Rafael. **A proposta tomasiana para a formação do educador no ocidente medieval do século XIII**: o intelecto como princípio essencial da sabedoria magistral. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991, p. 19-30.

TORREL, Jean-Pierre. **Iniciação a Santo Tomás de Aquino**: sua pessoa e sua obra. São Paulo: Loyola, 1999.

ANEXOS

1. Sínteses teológicas

Comentário aos livros das Sentenças.

Suma contra os Gentios, tomos 13-15.

Suma Teológica, tomos 4-11.

2. Questões disputadas

Questões disputadas sobre a verdade, tomo 22, 3 vols.

Questões disputadas sobre a potência

*Questão disputada sobre a alma*⁶, tomo 24, 1.

Questões disputadas sobre as criaturas espirituais, tomo 24, 2

Questões disputadas sobre o mal, tomo 23.

Questões disputadas sobre as virtudes.

Questão disputada sobre a união do Verbo Encarnado.

Questões de Quodlibet I-XI, tomo 25, 2 vols.

3. Comentários bíblicos

Comentários sobre Jó, tomo 26.

Comentário sobre Isaías, tomo 28.

Não se encontram editados: *Glosa contínua sobre os Evangelhos*

(*Catena aurea*), *Comentários sobre Jeremias e Trensos*, *Catena aurea*

sobre os Evangelhos, *Leitura sobre Mateus*, *Leitura sobre João*,

Exposição sobre as Epístolas de São Paulo, *Apontamento sobre os Salmos*.

4. Comentários a Aristóteles

Comentário ao Sobre a alma, tomo 45/1.

Comentário ao De sensu et sensato, tomo 45/2.

Comentário à Física, tomo 2.

Comentário aos Meteoros, tomo 3.

Comentário ao Peryermeneias, tomo 1/1.

Comentário aos Analíticos Posteriores, tomo 1/2.

Comentário à Ética, tomo 47, 2 vols.

Tabela (tabula) sobre a Ética, tomo 48b.

Comentário sobre a Política, tomo 48.

Comentário à Metafísica.

Comentário sobre O céu e o mundo, tomo 3.

Comentário sobre A geração e a corrupção, tomo 3.

5. Outros comentários

*Comentário ao Sobre a Trindade de Boécio*⁹, tomo 50.

Exposição ao De hebdomadibus de Boécio, tomo 50.

Comentário ao Sobre os nomes divinos de Dionísio.

Comentário ao Livro sobre as causas.

6. Escritos polêmicos

Contra os que impugnem o culto divino, tomo 41, 1.

Sobre a perfeição da vida espiritual, tomo 41, 2.

Contra a doutrina dos que dissuadem a entrar na religião, tomo 41, 3.

*Sobre a unidade do intelecto contra os averroístas*¹⁰, tomo 43.

*Sobre a eternidade do mundo*¹¹, tomo 43.

7. Tratados

*Sobre o ente e a essência*¹², tomo 43.

*Os princípios da natureza*¹³, tomo 43.

*Compêndio de Teologia*¹⁴, tomo 42.

*O regime dos príncipes*¹⁵, tomo 42.

*Sobre as substâncias espirituais*¹⁶, tomo 40.

8. Cartas e pareceres

São 18 obras, das quais existem traduzidas para o português:

*Exposição sobre o Credo*¹⁷, tomo 42.

*Do governo dos judeus à Duquesa de Brabante*¹⁸, tomo 42.

*A mescla dos elementos*¹⁹, tomo 43.

*As operações ocultas da natureza*²⁰, tomo 43.

*A consulta aos astros*²¹, tomo 43.

9. Obras litúrgicas e sermões

Traduzidos para o português:

Comentário ao Pai-Nosso

Comentário à Ave-Maria (DE BONI, 2018, p..12-17)